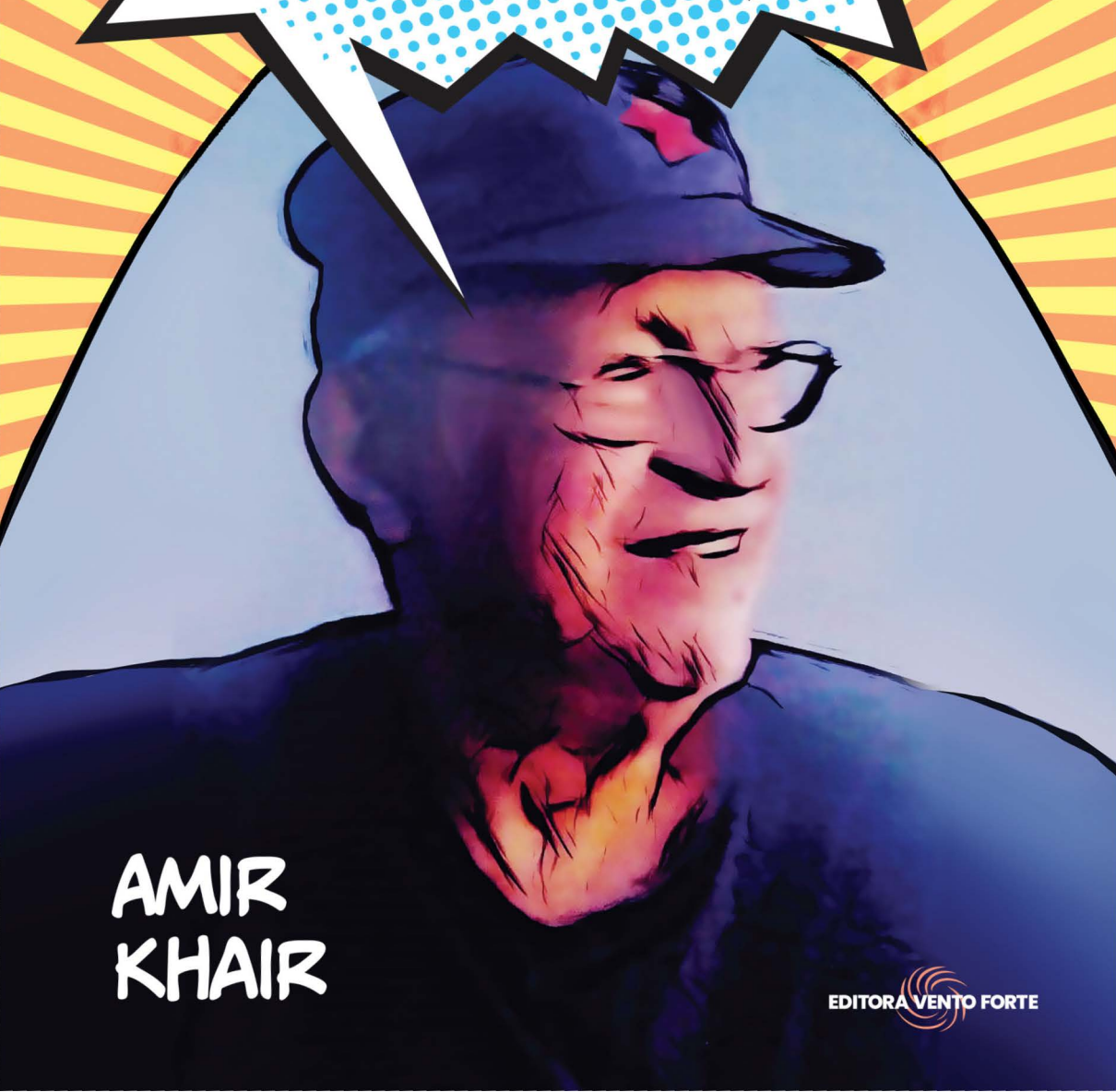


E AGORA,

JAIR?



AMIR
KHAIR

EDITORA VENTO FORTE

AMIR KHAIR



1.^a EDIÇÃO

SÃO PAULO

2021

EDITORA  FORTE

Copyright © Amir Khair, 2021

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Henrique Romanos

REVISÃO

Zaqueu Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Romanos

CAPA

Carlos Biaggioli

Davi Biaggioli

Ricardo Romanos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

K12e Khair, Amir Antônio, 1940-2020.
E agora, Jair? / Amir Khair. – São Paulo, SP: Vento Forte, 2021.
168 p. : 16 x 23 cm

ISBN 978-65-86225-14-3

1. Economia. 2. Brasil – Política e governo. 3. Brasil – Aspectos
econômicos. I. Título.

CDD 330.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EDITORA VENTO FORTE

Rua Ermelinda Meletti Teldeschi, 377 – Conj. 2

CEP 04785-100 – São Paulo – SP • Brasil

www.editoraventoforte.com.br

SUMÁRIO

CARTA-PREFÁCIO DE LUIZA ERUNDINA **7**

INTRODUÇÃO **10**

AUTORITARISMO POLÍTICO — LIBERALISMO ECONÔMICO	16
E AGORA, JOSÉ?	21
ECONOMIA E DEBATE	24
LIÇÃO DE CASA	27
DESIGUALDADES	29
A PREVIDÊNCIA SOCIAL EM FOCO	31
O DESEMPREGO E O TIRO NO PÉ	34
PERGUNTE AO QUEIROZ	37
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É NECESSÁRIA?	39
A VELHA POLÍTICA NA “NOVA PREVIDÊNCIA”	42
O ESTADO ARRECADA MAL E GASTA MAL?	45
DESAFIO À ECONOMIA	48

ECONOMIA E SOCIEDADE	52
QUAL REFORMA TRIBUTÁRIA?	55
ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E DESIGUALDADES	59
OS GANHADORES DE SEMPRE	62
COMO CRESCER?	64
RENDIMENTOS E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	67
A REFORMA TRIBUTÁRIA E O BOLSO	69
JUVENTUDE E DESEMPREGO	72
QUEM PAGA O IMPOSTO SOBRE A RENDA?	75
SEM MELHORA NO PODER AQUISITIVO NÃO HÁ CRESCIMENTO	78
FOTOS DA LINHA DO TEMPO I	82
DEMOCRACIA E ECONOMIA	90
A ECONOMIA VAI DECOLAR?	93
RESPEITÁVEL PÚBLICO	95
ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA	97
O ANO TERMINA...	100
O ORÇAMENTO DE TODOS	104

DESEJOS PARA ALÉM 2020	108
SINDICALIZAÇÃO	110
RETOMAR OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO	113
SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO	118
DEPUTADOS MILIONÁRIOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA	121
UMA PAUTA URGENTE!	125
CHANCE PARA MUDAR DE VERDADE	128
A PROMESSA DE CAMPANHA E O LEÃO	131
MAIS UM PIBINHO	134
RESPONSABILIDADE PÚBLICA	137
EMIÇÃO DE MOEDA JÁ!	141
POR QUE PRORROGAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL?	145
COBRAR IMPOSTOS SOBRE OS LIVROS OU TRIBUTAR OS SUPER-RICOS?	148
POR UMA ECONOMIA DAS PESSOAS	151
CAPITÃO CORONA	154
QUEM PAGA OS IMPOSTOS?	157
FOTOS DA LINHA DO TEMPO II	160

CARTA-PREFÁCIO DE LUIZA ERUNDINA

Foi com forte emoção que recebi de Sérgio e Renato, filhos de Amir Khair, o convite para prefaciar esta obra, dentre tantas outras que compõem o valioso legado intelectual deixado pelo autor.

Há diferentes maneiras de se escrever prefácios. Uma é aquela em que o livro é objeto de análise aprofundando seu conteúdo; outra é aquela em que o prefaciador acrescenta ao texto novos conhecimentos sobre a temática, como se fosse mais um capítulo. Há, finalmente, uma terceira forma, que é a que aborda aspectos da vida pessoal do autor e da sua relação com o prefaciador, o que, eventualmente, poderá projetar luz sobre o significado do livro e o contexto no qual ele foi escrito. Essa foi a que escolhi para prefaciar este trabalho e agradeço ao Sérgio e ao Renato a oportunidade que me ofereceram de homenagear o meu saudoso amigo e companheiro de lutas – lutas essas movidas pelo sonho comum de construir uma sociedade mais justa e solidária onde todas e todos tenham assegurado o pleno exercício de sua cidadania.

Antes, porém, devo antecipar aos leitores que na Introdução há uma excelente análise que aprofunda a compreensão dos temas abordados e o contexto em que se situa. A obra contém artigos publicados durante o período entre novembro de 2018 e agosto de 2020, e aborda questões cruciais que marcaram o período que vai das eleições presidenciais de 2018 aos primeiros dezoito meses do governo Jair Bolsonaro. Trata-se de um

momento tumultuado cujos desdobramentos colocam o país em uma situação de extrema gravidade do ponto de vista econômico, social e, especialmente, político, e que atenta contra a estabilidade das instituições democráticas.

Os alicerces que sustentam o pensamento lúcido do autor oferecem elementos que esclarecem os fatos e sugerem saídas para os impasses que o país enfrenta atualmente, os quais comprometem as valiosas conquistas do povo brasileiro ao longo do tempo.

Portanto, trata-se de um material inspirador e de grande interesse do ponto de vista teórico e que suscita a ação, seja no âmbito da sociedade política, seja no âmbito da sociedade civil.

Vamos, então, aos aspectos da minha relação pessoal com Amir Khair. Formávamos um grupo político dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), denominado “PT Vivo”. Além do Amir, faziam parte do grupo outros companheiros como Pedro de Abreu Dallari e José Eduardo Martins Cardoso, que também me acompanharam, como assessores, no exercício dos mandatos de vereadora da Câmara Municipal de São Paulo; de deputada estadual na Assembleia Legislativa; e como prefeita da capital paulista.

Foi convivência bastante enriquecedora e, sobretudo, afetiva. Minha relação com Amir foi marcada por uma profunda admiração que se mantém, após sua partida, nas pessoas de Sérgio e Renato, que, além do legado expresso na obra do Amir, são expressão da sua presença entre nós.

Para concluir, agradeço, em nome da população de São Paulo, os relevantes serviços prestados à gestão da Cidade, como Secretário Municipal de Finanças no Governo Democrático Popular, que tive o privilégio e a responsabilidade de

conduzir, como a primeira mulher a governar a cidade no período de 1989 a 1992.

À sua memória, Amir Khair, nossas sinceras homenagens e a minha profunda gratidão pelo valioso legado que você nos deixou.

Você permanecerá sempre nas nossas mentes e nos nossos corações!

Luiza Erundina de Sousa

Assistente social de formação, foi professora universitária e prefeita de São Paulo entre 1989 e 1992; atualmente exerce o 6.º mandato como deputada federal.

INTRODUÇÃO

Este é o quinto e último volume de uma série que reúne artigos de Amir Khair publicados entre 2008 e 2020 na imprensa e nas redes sociais. Aqui se reúnem artigos referentes ao período de setembro/2018 a agosto/2020, postados originalmente em “Palavra de Amir”, sua página do Facebook, os quais abrangem a etapa que abarca o final do processo eleitoral e os primeiros 18 meses do governo Bolsonaro.

A construção do espaço *Palavra de Amir* nas redes sociais refletiu a disposição de levar ao grande público o debate sem, contudo, abrir mão do rigor no que toca ao método e à análise econômica. Assim, Amir Khair compartilhou sua visão dos dilemas econômicos e suas consequências concretas na vida das pessoas. Aliando objetividade com linguagem acessível, este Mestre em Finanças Públicas buscou contribuir com o estímulo ao pensamento crítico aplicado à realidade – e o fez sempre apresentando proposições de políticas e medidas econômicas.

É, portanto, a concepção do conhecimento econômico como instrumental e meio para a melhoria do bem-estar das pessoas o eixo norteador de seus escritos, que dialogam com temas estruturais, tais como o das desigualdades econômicas e sociais, a precarização do mundo do trabalho, o desemprego, as abusivas taxas de juros cobradas ao consumidor, o sistema tributário brasileiro e a defesa da seguridade social, sempre sinalizando caminhos capazes de romper a estagnação da economia brasileira – caminhos estes bem distintos daqueles escolhidos nesses quase dois anos de governo Bolsonaro, marcados por constantes ameaças ao sistema democrático, expressas nos ataques aos demais poderes, na

negação e/ou desmonte de direitos e tentativas de desconstrução de políticas públicas voltadas à equiparação e combate às discriminações étnicas, de raça, de gênero e no tocante à orientação sexual, isto tudo além de todo o descaso com a proteção ao meio ambiente que tanto vem chocando a comunidade internacional.

Na esfera econômica, Khair não se cansou de promover a reflexão e o debate acerca da continuidade extremada de uma política de austeridade fiscal, a qual, ao optar pelo corte de recursos voltados às áreas sociais e pela promoção de reformas com o propósito de retirar direitos daqueles de menor renda, tais como a da reforma Previdência e a trabalhista, acabaram por solapar o poder de consumo da população e, por consequência, contrair a demanda agregada.

Os dois primeiros artigos deste livro (publicados no final de 2018, durante o processo eleitoral) antecipam tanto a forma de condução da política econômica do então candidato Bolsonaro, como também a guinada do presidente Bolsonaro para o denominado “centrão”, em busca de sustentação política. No artigo *“Autoritarismo Político – Liberalismo Econômico”* (14/09/18) vale destacar este parágrafo: “Se no plano político o deputado Bolsonaro, com quase três décadas de parlamento, associado a figuras como Paulo Maluf, de quem foi correligionário, e Eduardo Cunha, em nada representa uma ruptura com os vícios do atual sistema político, no plano econômico nada mais é que do que o continuísmo e aprofundamento da política econômica fracassada do atual governo Temer” – que segue o receituário consolidado no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado em 2015 pelo então PMDB, o qual diagnostica que, ao instituir direitos sociais similares aos de países desenvolvidos, a Constituição de 1988 criou despesas incompatíveis a um país de renda média como

o Brasil, responsável pelo desequilíbrio estrutural nas contas públicas, sendo, portanto, as despesas sociais e previdenciárias as principais vilãs. Tal diagnóstico preconiza, então, um conjunto de reformas que, via corte de despesas primárias, supostamente devolveriam o reequilíbrio fiscal, estimulando o setor privado a sentir-se confiante no futuro fiscal do país e, por conta disso, atrairiam investimentos. A esse discurso, Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, acrescentou uma agenda de privatizações tendo em vista, em teoria, o reforço do caixa do governo.

Sem obter, no entanto, nenhum sucesso no equilíbrio das contas públicas, o peso do propalado ajuste fiscal recaiu sobre aqueles mais pobres, que têm menos poder de influência sobre o Congresso Nacional e menos voz nos meios de comunicação de massa. O resultado? Ampliação da pobreza, das desigualdades econômicas e a estagnação da economia, com fortes sinais de elevada capacidade ociosa e milhões de brasileiros em situação de desemprego.

No artigo *“Sem melhora no poder aquisitivo não há crescimento”* (29/11/19), Amir Khair aponta o equívoco da política econômica adotada pelos governos Temer e Bolsonaro: “Fato é que nenhuma dessas reformas pode afetar o crescimento econômico; ao contrário, ao retirar direitos atenta contra o poder aquisitivo da população, reduzindo a demanda e construindo barreiras ao crescimento. Nos últimos três anos (2017 a 2019) o crescimento está semiestagnado em 1%”.

Crítico ferrenho desse tipo de política econômica adotada desde o governo Temer, Khair orienta o caminho de retomada do crescimento em artigos como *“Estagnação econômica e desigualdades”* (16/08/19): “Como já apontado nesta página, nos vídeos e artigos publicados, o caminho para a retomada do

crescimento está na ampliação do consumo, que ao responder por 65% do PIB tem o poder de alavancar a atividade econômica. São necessárias medidas que venham a ampliar o poder de compra das famílias por meio do incremento da renda e do crédito com juros civilizados”.

As desigualdades econômicas, a estrutura regressiva do sistema tributário e as altas taxas de juros cobrados no crédito às familiares e empresas como entraves ao desenvolvimento econômico estão sintetizadas no artigo *“Como crescer?”* (10/10/19): “Enquanto não forem enfrentadas essas barreiras do atraso, o Brasil não vai crescer; portanto, se existe uma saída para o crescimento econômico, ela está no fortalecimento do poder aquisitivo da população. É daí que nasce todo o crescimento econômico, que será refletido na elevação do emprego, do faturamento e do lucro das empresas, bem como na ampliação da receita pública”.

Medidas concretas para a retomada do crescimento econômico e combate às desigualdades sociais são debatidas ao longo de artigos como *“Desafio à economia”* (17/06/19): “Fundamental ampliar o debate para além do samba de uma nota só do reformismo, debater medidas concretas para geração de renda e retomada da atividade econômica. Seguem algumas sugestões ao debate público:

- Baixar as altas taxas de juros do crédito ao consumidor e ao financiamento de médias e pequenas empresas;
- Medidas de apoio à saída da inadimplência das famílias, que supera patamar de 60%;
- Ampliar os investimentos nas áreas de educação e saúde;
- Ampliar os investimentos em programas de transferência de renda para a população de baixa renda;
- Continuidade da Política de Valorização do Salário Mínimo;

- Preservar o modelo de Seguridade Social;
- Pacote emergencial de geração de empregos;
- Mudanças para conferir maior progressividade ao sistema tributário, no sentido de tributar mais a riqueza e o patrimônio, e menos o consumo;
- Como alternativa aos cortes indiscriminados nas despesas públicas, aperfeiçoar os mecanismos de gestão e transparência no setor público”.

Por sua trajetória na produção intelectual e na gestão pública como secretário da Fazenda do município de São Paulo, Amir Khair segue como uma das grandes referências na questão fiscal do Brasil. Porém, como se observa em seus artigos, o equilíbrio das contas públicas não é visto como um fim em si mesmo, em uma visão míope de cortes de despesas. As contas públicas devem ser compreendidas em sua dimensão do aprimoramento da gestão de despesas, a variável das receitas condicionada pelo nível da atividade econômica, além da sua articulação com as políticas monetária e cambial. O fundamental e propósito último: a condução da política fiscal em diferentes níveis (federal, estadual ou municipal) como meio de melhor direcionar os gastos públicos em prol do bem-estar da população.

Os artigos reunidos nesta série de cinco volumes possibilitam ao leitor não apenas acompanhar de forma crítica as medidas e escolhas adotadas por diferentes governos nos últimos anos, mas também conviver com o pensamento criativo na busca de soluções coerentes de uma das referências do pensamento econômico brasileiro.

Ao propor o crescimento econômico “de baixo para cima”, com profundas transformações em sua estrutura, a perspectiva da economia e do crescimento deixa de ser apenas focada

em sua dimensão quantitativa. Dessa forma, o pensamento de Amir Khair fomenta o desenvolvimento social, com vistas a um projeto de nação mais justa e solidária.

Nas palavras atemporais de Celso Furtado, uma das maiores referências do pensamento econômico brasileiro, proferidas em sua intervenção durante a III Conferência Internacional, em maio de 2004, na forma de um pequeno texto intitulado “Os Desafios da Nova Geração”, “o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”.

Em uma conjuntura de profunda incerteza política e econômica, tendo no leme um governo que, em plena pandemia causada pela Covid-19, atua de forma irresponsável com desprezo à vida de milhões de brasileiros, ter a oportunidade de absorver as sábias palavras de Amir Khair, que vão muito além do tempo presente, torna-se uma bússola eficaz rumo à lucidez. São dele os seguintes votos: “Desejamos ao Brasil a retomada do crescimento econômico baseado em um projeto de País voltado a enfrentar a profunda desigualdade econômica, a pobreza e a miséria, a desindustrialização com perda da sofisticação econômica, com prioridade para a preservação ambiental e a inclusão socioeconômica de toda a população. SIGAMOS JUNTOS”.

Boa leitura!

Equipe Palavra de Amir

AUTORITARISMO POLÍTICO — LIBERALISMO ECONÔMICO

14.09.18

Como já abordado em outros artigos, o atual governo buscou implementar a agenda neoliberal, que tem no documento “Uma Ponte Para o Futuro” o seu receituário. Também, como já expressei nesta Página, nenhuma coligação assume de forma explícita ser a continuidade de uma política econômica aplicada por um governo com uma aprovação quase nula, de apenas 3%.

Mas, ao observarmos os planos de governo, propostas e as assessorias econômicas das candidaturas, pode-se constatar a identidade com a atual política econômica nos candidatos alinhados com o Mercado ou, em outras palavras, com os interesses do grande capital, em especial, o financeiro.

Identificados com a linha do ajuste fiscal via despesas, em reformas como a trabalhista e a da previdência, que retiram direitos, alinhados com a Emenda Constitucional nº 95, que engessou o gasto público por 20 anos, com vendas de ativos públicos para amortizar parte da dívida pública, acreditam que a saída para a retomada do crescimento está em estabelecer um ambiente econômico que propicie confiança para o investimento privado.

O atual líder nas pesquisas e sua coligação pouco ou nada abordam o tema da economia e as propostas para retomada da atividade econômica. As posições na área econômica são ofuscadas por posições polêmicas. Para dizer o mínimo, a estratégia

de estabelecer inimigos e o discurso armamentista.

O principal assessor na área econômica (o Posto Ipiranga, como o próprio candidato se refere ao dizer que é a ele que se deve perguntar sobre assuntos de economia), Paulo Guedes é um economista do mercado financeiro de tendência ultraliberal.

O programa de governo da coligação Brasil Acima de Tudo – Deus Acima de Todos, ao identificar o liberalismo econômico como matriz de seu pensamento, já explicita o mesmo pressuposto do receituário adotado pelo governo Temer. Basta elevar a confiança para restabelecer os investimentos privados e, conseqüentemente, o crescimento da economia, e assim diz: “O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades”.

Assim como consta no documento “Ponte para o Futuro”, na área econômica, o programa de governo do candidato Bolsonaro identifica no desequilíbrio fiscal a origem da crise econômica, mas apenas aborda o lado das despesas, com foco na conta primária (receitas menos despesas, excluídos os juros). Cabe observar que o indicador de equilíbrio fiscal está na conta nominal, que inclui os juros pagos pelo governo.

“Temos o objetivo de equilibrar as contas públicas no menor prazo possível, buscando um superávit primário que estabilize a relação dívida/PIB”.

Sem nenhum sucesso, o atual governo buscou o equilíbrio fiscal via o corte de despesas. O fracasso de tal tentativa ocorre porque a margem de manejo da União é baixa: além das despesas de estados e municípios, que não dependem do governo federal, 90% das despesas federais são obrigatórias. Como ocorreu no governo Temer, não se observam nas receitas e na gestão elementos fundamentais para o equilíbrio fiscal.

“O déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano.”

Dada a dificuldade real de cortes significativos nas despesas, o documento da coligação faz a afirmação acima sem especificar como e onde vai cortar as despesas. Recorre a generalidades como o fim do “aparelhamento da máquina pública” e aglutinações de ministérios, que apenas têm valor simbólico. Há décadas vários governos, inclusive o atual, implementaram “reformas administrativas” nesse sentido, sem nenhum sucesso prático.

Na mesma linha que o atual governo, o programa de governo do candidato Bolsonaro busca na venda de ativos os recursos para redução da dívida pública. Os puxadinhos acabam por representar a perda de patrimônio público para cobrir gastos correntes, principalmente no pagamento de juros, sem nada resolver a questão fiscal, como ocorreu com o atual governo. E assim o documento explicita essa mesma posição: “Esse processo de redução de dívida será reforçado com a realização de ativos públicos”.

No tocante às reformas, assim como no receituário expresso no documento “Uma Ponte para o Futuro”, o programa de governo do candidato aborda as reformas da previdência e flexibilização das relações de trabalho como fundamentais para a retomada do crescimento. No caso da reforma da Previdência, propõe a mudança do atual modelo para um modelo de capitalização, sem especificar como se dará essa passagem ou detalhar o novo modelo.

“Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo.”

Uma proposta muito cara ao sistema financeiro é a independência do Banco Central, o que é proposto no programa do candidato, com ênfase no papel do Banco Central de perseguir as metas de inflação via manejo da taxa Selic. Como diz documento: “...avancamos institucionalmente, com uma proposta de independência formal do Banco Central, cuja diretoria teria mandatos fixos, com metas de inflação e métricas claras de atuação”.

Em relação à flexibilização das relações de trabalho, o documento vai na mesma linha adotada pela reforma trabalhista de forma mais radical. Ao aprofundar a ideia de que o negociado prevaleça sobre o legislado, a proposta chega a ser extravagante, pois vem a abolir toda e qualquer proteção ao trabalho, privilegiando uma negociação individual entre quem busca uma oportunidade de trabalho e quem oferta um emprego. Um retorno às relações de trabalho do início do século passado.

“Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais).”

Na falta de propostas concretas de políticas públicas, o candidato propõe armar a população como solução para os graves problemas de segurança pública. Mas, além de nada dizer sobre o “assalto” diário de que a população é vítima ao pagar taxas de juros exorbitantes no crediário, encobre a vinculação de suas propostas com aqueles que mais ganham nesta modalidade legal de agiotagem: o sistema financeiro.

Se no plano político o deputado Bolsonaro, com quase três décadas de parlamento, associado a figuras como Paulo Maluf, de quem foi correligionário, e Eduardo Cunha, em nada representa uma ruptura com os vícios do atual sistema político, no plano econômico nada mais é que do que o continuísmo e aprofundamento da política econômica fracassada do atual governo Temer.

E AGORA, JOSÉ?

26.10.18

Em meio à correria do centro da cidade e ao passar apressado dos transeuntes, José entrega panfletos de um restaurante a quilo. Em seu rosto o sol e o tempo deixaram suas marcas. No corpo, carrega o desgaste dos 40 anos de trabalho. Começou aos 13 anos. Já foi auxiliar de escritório, vendedor autônomo, balconista, supervisor de limpeza, porteiro de hotel e exerceu outras tantas ocupações que lhe garantissem a sobrevivência. Alternou alguns trabalhos com registro em carteira, outros tantos na informalidade, por alguns períodos ficou desempregado, quando, sem seguro desemprego, sobreviveu com uns bicos e a ajuda da família.

José é o retrato de boa parcela da população brasileira, de homens e mulheres que lutam arduamente por sua sobrevivência e a de sua família. Mas, com o passar dos anos, as portas ficaram cada vez mais estreitas, mesmo para aqueles que têm uma qualificação profissional e uma carreira.

Todos nós conhecemos um amigo, um parente, alguém que a partir dos 40, 50 anos tem grande dificuldade de uma recolocação profissional e cuja dificuldade aumenta com o passar da idade. Quem tem poupança acumulada com muito suor do trabalho arrisca um negócio próprio; outros são obrigados a viver de bicos enquanto a saúde aguentar.

É uma realidade bem diferente da daqueles poucos privilegiados que se aposentam de forma precoce aos 50, 55 anos e passam a acumular rendimentos, como ocorre, por exemplo, nas aposentadorias especiais exclusivas do poder Judiciário e de parlamentares...

A reforma da Previdência Social proposta pelo governo Temer, ao que tudo indica, pode ser votada após as eleições e já há movimentações nessa direção efetuadas pela bancada evangélica defendendo a reforma para Bolsonaro, conforme noticiado nesta quinta-feira.

Ao colocar a idade mínima como principal foco da reforma, toma a maioria do povo como fosse composta desses poucos privilegiados. Mas não muda em nada em relação aos privilégios, pois esses poucos têm poder de pressão junto ao Congresso.

O discurso da reforma da Previdência também ignora que a sonegação fiscal no Brasil chega a um valor de aproximadamente R\$ 500 bilhões por ano, segundo os dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Esse valor é mais do que o dobro do déficit da Previdência.

Por que a reforma poderá ser votada logo após as eleições?

Os jornais já noticiam a aproximação de Paulo Guedes (futuro ministro da fazenda de um eventual governo do Bolsonaro) com membros da equipe econômica de Temer – ardorosos defensores da reforma da Previdência. Não por acaso, boa parte dos ministros do atual governo Temer apoiam a candidatura de Bolsonaro.

É importante lembrar que, em seu plano de governo, Bolsonaro propõe substituir o atual modelo de Previdência Pública por um modelo de capitalização individual, acabando com o sistema atual.

Sem entrar no mérito do processo aberto pelo Ministério Público para investigar suposta fraude em fundos de pensão por parte de Paulo Guedes, esse economista de formação ultraliberal vem, nos últimos anos, trabalhando com a gestão e aplicação de recursos de fundos de previdência no mercado financeiro. Por

formação e atividade profissional, o "guru econômico" de Bolsonaro tem a inclinação pelo modelo que privilegia a Previdência Privada em detrimento da pública.

Gestores de grandes fundos de investimento como Paulo Guedes pouco conhecem e pouco se interessam pela vida de tantos Josés que, como a grande maioria da população, trabalham arduamente no decorrer da vida lutando para ter o direito a uma aposentadoria digna.

Pouco se conhece de Paulo Guedes e, o mais importante, pouco se sabe do plano econômico da candidatura Bolsonaro. Na ausência de uma posição do próprio candidato, que diz não dominar o tema, a campanha foi marcada por mal-entendidos e desautorizações, como ocorreu com a questão do aumento de impostos e a fala de seu candidato a vice, General Mourão, sobre a extinção do 13.º salário.

Mas o que está presente em todas as falas e no posicionamento do candidato Bolsonaro como parlamentar é seguir o mesmo caminho das reformas do governo Temer, marcada por cortes de direitos. Foi assim que Bolsonaro votou a favor da reforma trabalhista e contra os direitos dos empregados domésticos.

O candidato Fernando Haddad já se manifestou publicamente contrário à proposta de reforma da Previdência do governo Temer e em defesa dos direitos trabalhistas e sociais.

Passadas as eleições, os problemas continuarão presentes para todos nós. Sem Previdência e sem trabalho, a realidade pode nos impor aquela questão do verso de Drummond "E agora, José?".

ECONOMIA E DEBATE

08.01.19

Em seu discurso de posse no ministério da Economia, Paulo Guedes declarou que o principal desafio da economia é a reforma da Previdência, seguida das privatizações e da simplificação tributária, com o imposto único.

Em seguida, afirmou que caso a reforma da Previdência não seja aprovada, ele terá que acabar com a vinculação orçamentária, ou seja, os gastos mínimos obrigatórios nas áreas de saúde e educação. Vale lembrar que tal medida significa uma mudança na Constituição, o que necessita de maioria de dois terços no Congresso. Ainda brincou: “Se der errado, pode dar certo”.

Para além dos conflitos e desentendimentos entre a área econômica do governo e a política, representada na figura de Onyx Lorenzoni, falta uma discussão maior com a sociedade, o que não ocorreu em relação às propostas para a economia durante as eleições.

Em pesquisa recente, o Instituto Datafolha apontou que 60% da população é contra as privatizações e 57% desaprova a redução das leis trabalhistas, outra prioridade da atual equipe econômica.

Em relação à reforma da Previdência, o plano de governo aponta para uma mudança do atual sistema de repartição entre governo, empregadores e trabalhadores para um sistema de capitalização individual. Nesse sistema, apenas o trabalhador arcaria com sua aposentadoria por meio de poupanças individuais administradas por instituições financeiras, as seguradoras. Claro, a proposta tem total apoio do mercado financeiro.

No curto prazo, devido ao custo de transição, a proposta é inviável. Ou seja, na passagem para o sistema de capitalização,

sem a entrada das contribuições do Estado e de empregadores e daqueles na ativa, como arcar com os custos das aposentadorias do sistema anterior? O plano de governo não expunha de onde viriam os recursos para constituir um fundo para transição de um sistema a outro.

A proposta de reforma da Previdência é ao mesmo tempo uma prioridade e uma incógnita para a população. Os desencontros entre a proposta formulada pelo núcleo político a partir da proposta já encaminhada pelo governo anterior, a proposta hoje em formulação pela equipe econômica e as declarações do Presidente Bolsonaro sobre a idade mínima de 62 anos para homens e 57 anos para mulheres expressam a ausência de uma melhor discussão na elaboração do plano de governo. Pior ainda, a ausência de um debate junto à sociedade.

Os números da Previdência indicam que 93% dos benefícios estão na faixa de até 3 salários mínimos e 49% na faixa de até um salário mínimo. Em relação às receitas, já afetadas pela estagnação econômica e a ampliação da informalidade, as desonerações e a desvinculação de receitas já provocam redução de cerca de R\$ 428 bilhões anuais no orçamento da seguridade social, da qual a Previdência faz parte junto com a Saúde e a Assistência Social.

Ainda, segundo dados levantados pela Associação Nacional de Auditores Fiscais, que constam do relatório da CPI da Previdência (2017), a sonegação fiscal e a inadimplência equivalem a um terço do déficit da Previdência.

Se, por um lado, esses dados são pouco divulgados e até ignorados no debate público sobre a questão da Previdência no Brasil, a maior parte da população tem a clareza de que o problema não está na maioria dos beneficiários da Previdência,

mas sim nos altos benefícios concedidos a uma pequena minoria do Legislativo e do Judiciário e naqueles que têm o poder de não pagar aquilo que é devido a Previdência.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou suas propostas para economia ao mercado financeiro, inclusive a proposta sobre a reforma da Previdência. Tem a aprovação de suas propostas junto ao mercado, mas suas propostas, pouco debatidas durante as eleições, não contam com a aprovação da maioria da população.

A economia não é assunto de interesse apenas do Mercado: suas decisões afetam a toda população e devem ser debatidas. É fundamental a população acompanhar e debater os caminhos da economia.

LIÇÃO DE CASA

16.01.19

No início do ano passado, analistas do mercado financeiro projetavam um crescimento na ordem de 3,5%. No decorrer do ano essas projeções se tornaram mais modestas. O ano de 2018 fecha com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 1,4%.

As projeções do mercado financeiro estavam ancoradas nas medidas de austeridade fiscal, nos cortes das despesas públicas e nas reformas do governo Temer, a EC do teto de gastos e a reforma trabalhista.

Cabe lembrar que o ano de 2017 já não foi dos mais promissores, com um crescimento pífio de 1%, mesmo a partir de uma base muito ruim dos anos anteriores, 2015 e 2016, dois anos de recessão provocados pela política de austeridade iniciada em 2015.

Com superpoderes ao centralizar as áreas da Fazenda, Planejamento e Indústria, o ministro da Economia é o grande fiador do novo governo frente ao mercado financeiro. Nesse sentido, as propostas para economia radicalizam o caminho seguido desde 2015, na busca do equilíbrio das contas públicas a partir do corte das despesas primárias (que excluem juros), privatizações e a ênfase na reforma da Previdência, considerado o grande bode expiatório para o desequilíbrio das contas públicas.

A política de austeridade fiscal, ajudada pela queda da inflação de alimentos, obteve algum sucesso na queda da inflação, que fecha o ano com 3,75%, abaixo da meta central de 4,5%. O IPCA de dezembro foi de 0,15%, o menor desde dezembro de 1994. Mas com o custo de uma queda de 7,2% do PIB nos anos de 2015 e 2016 e o legado de 13 milhões de pessoas na situação

de desemprego aberto. Somados os que se encontram subocupados (bicos) aos que desistiram ou não mais tiveram condições de busca de ocupação, os desalentados, são aproximadamente 24 milhões de brasileiros.

Assim como o governo Temer, o atual governo não apresenta nenhuma proposta para ampliação do emprego. Apenas aprofunda a visão de que ao fazer a lição de casa ditada pelo mercado financeiro, a confiança seria restabelecida, o que, de forma automática, provocaria uma retomada dos investimentos privados.

A grande lição de casa do momento é a reforma da Previdência.

Uma reforma mais radical da Previdência para o sistema de capitalização individual passaria todo o fundo dos trabalhadores para a administração do mercado financeiro, por meio das Seguradoras de Fundos de Pensão. Apesar de a transição para o regime de capitalização representar um alto custo para os cofres públicos, estimado em até 100% do PIB, esse é o modelo preconizado pelo mercado financeiro.

O governo Bolsonaro, por meio de seu ministro da Economia, está bem empenhado em fazer essa lição de casa.

Resta saber se a proposta de reforma da Previdência é de interesse da maioria da população, daqueles 93% que ganham até 3 salários mínimos, o quais, longe de serem privilegiados, são trabalhadoras e trabalhadores que merecem uma aposentadoria digna.

DESIGUALDADES

23.01.19

Na semana em que acontece o Fórum Mundial em Davos, na Suíça, a OXFAM Internacional lança relatório sobre as desigualdades no mundo.

Segundo esse relatório, a concentração de renda é tão acentuada que, em 2018, 26 das maiores fortunas têm mais dinheiro que 3,8 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. Ainda, conforme o relatório, em 2107 as 43 maiores fortunas concentravam mais riqueza que a metade da população mundial.

Segundo a ONG, fortunas bilionárias aumentaram 12%, ou 2,5 bilhões de dólares por dia, enquanto as camadas mais pobres viram sua riqueza diminuir 11%.

O relatório afirma que os governos subfinanciam cada vez mais os serviços públicos e subtributam os ricos. Assim, afirma o relatório: "Os pobres sofrem duplamente, com a falta de serviços essenciais e também ao pagar uma carga maior de impostos".

A realidade no Brasil não é diferente, como aponta o relatório da ONG ao dizer que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

A grande concentração de renda, um sistema tributário regressivo e a falta de serviços públicos de qualidade são características marcantes de nossa realidade.

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam que o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos (SM) tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento, enquanto aqueles com remuneração superior a 30 SM, deixam para os impostos somente 26% de sua renda.

Ao analisar os dados referentes aos rendimentos percebe-se quão extrema é a desigualdade no Brasil. Nesse universo, por

meio das declarações de rendimento, segundo o IBGE, o 1% mais rico ganha em média 72 vezes mais que 50% daqueles de menor renda. O 1% mais rico do país tem rendimentos médios superiores a R\$ 55.000,00.

Em relação à riqueza (patrimônio físico e líquido), as seis maiores fortunas do Brasil concentram o equivalente ao que têm os 100 milhões mais pobres, ou seja, metade da população do País.

Tema do Fórum Econômico de Davos, a denominada globalização focada na livre movimentação de capitais, principalmente o financeiro, não foi capaz de promover uma maior estabilidade nem a melhora das condições de vida na maioria dos países. Pelo contrário, os efeitos de concentração de renda (como destacado no relatório), as sucessivas crises (dentre as quais as financeiras), os colapsos econômicos (como o caso da Grécia), e a ampliação da pobreza têm sido fatores de instabilidade e descontentamento.

Infelizmente, as respostas aos efeitos negativos da globalização são o retorno do nacionalismo exacerbado, a xenofobia, o conservadorismo nos costumes e a propensão autoritária. A onda de extrema direita que levou Trump ao governo dos Estados Unidos se espalhou por países como a Itália, Hungria e, mais recentemente, o Brasil.

Em face dos grandes desafios do presente, é fundamental encontrar respostas que passem pelo enfrentamento das questões da concentração de renda e da ampliação da pobreza, a preservação do meio ambiente e o crescimento econômico com desenvolvimento social, de modo que as possibilidades abertas pela tecnologia propiciem maior intercâmbio cultural e científico e melhorem a qualidade de vida das pessoas. Uma globalização não focada na livre circulação de capitais e, sim, na livre circulação das pessoas e do conhecimento.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL EM FOCO

30.01.19

Na próxima semana o governo deve apresentar sua proposta de reforma da Previdência Social (PS), que deve retirar direitos dos que irão se aposentar, envolvendo dezenas de milhões de pessoas. Vale observar algumas realidades para o debate público sobre a necessidade e alcance dessa proposta.

É comum ocorrer desemprego para pessoas com mais de cinquenta anos. São substituídas por pessoas mais jovens que aceitam ganhar menos. Se ficarem desempregadas sabem que terão dificuldade de retorno ao mercado de trabalho e ainda não poderão se aposentar.

É a realidade que se observa internacionalmente e que pode se agravar com o avanço tecnológico que restringe o uso de mão de obra. O crescimento da população idosa exige da sociedade atenção sob vários aspectos humanos e materiais, dentre eles o impacto fiscal via reforma da PS. Vejamos.

1 – A PS integra, junto com a Saúde e a Assistência Social, a Seguridade Social, que é financiada por cerca de 6% do PIB para o INSS e outros 6% do PIB em tributos especificados para o sistema de proteção social (artigos 194 e 195 da Constituição).

2 – Nos últimos doze meses encerrados em novembro, o déficit público atingiu R\$ 485 bilhões devido aos juros de R\$ 385 bilhões (80% do déficit). Está aí o principal problema fiscal, mas estranhamente o foco foi deslocado para a PS, para não mexer com os bancos, principais beneficiários dos juros.

3 – Em 1997 o déficit da PS foi de 0,7% do PIB e 18 anos depois, em 2014, a população com mais de 60 anos aumentou 78%, mas o déficit foi, também, de 0,7% do PIB.

4 – Em valores atuais a receita e a despesa da PS vinham crescendo desde 2003 até 2014 a um ritmo igual de R\$ 24 bilhões por ano, e essa tendência se mantém até agora para a despesa, mas ocorreu uma perda de receita devido à recessão de R\$ 386 (!) bilhões desde 2015 até 2018. Essa a razão do crescimento do déficit a partir de 2015.

5 – Se não tivesse ocorrido a recessão, o déficit anual continuaria no nível de 2014, ou seja, de R\$ 50 bilhões por ano.

6 – Os recursos transferidos aos beneficiários do INSS voltam quase integralmente à atividade econômica via consumo, gerando crescimento e arrecadação ao setor público de cerca de 5% do PIB. Isso não é levado em consideração nas projeções fiscais do governo.

7 – A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) obriga o governo federal a estimar o comportamento da receita e da despesa para a PS no longo prazo, tornando públicas essas projeções, informando a metodologia, premissas e memória de cálculo adotadas para poderem ser tecnicamente avaliadas por entidades da sociedade civil.

Em questões que envolvem impactos econômicos e sociais como, por excelência, uma reforma da OS, a transparência é essencial para a sociedade. Os governos, sem exceção, sempre descumpriram essa obrigação, só informando o “rombo” previsto no futuro.

8 – O governo não considera nessas projeções as melhorias que deverão ocorrer ao longo do tempo na gestão das receitas que são sonegadas em cerca de 30% e desvios com fraudes, corrupção e perdão e/ou protelação de recebimento de dívidas.

Esses fatos causam impacto fiscal bem diferente do apregoado pelo governo.

A proposta do novo governo é substituir o atual sistema pelo da capitalização individual, onde cada pessoa contribui para sua própria aposentadoria a ser administrada por seguradoras privadas. Empresas e governo deixariam de contribuir. Isso foi adotado no Chile pelo ditador general Augusto Pinochet em 1981. Com o passar do tempo, as pessoas, ao se aposentarem, estavam recebendo apenas cerca de 20% do que ganhavam na ativa. Isso ocasionou forte repulsa social.

No sistema atual, a PS é financiada em cerca da metade pelas empresas na quota patronal, 1/4 pelos trabalhadores e 1/4 pelo governo. No sistema de capitalização, as empresas e o governo deixam de contribuir, o que explica o forte rebaixamento nos benefícios que ocorreria se adotado.

O DESEMPREGO E O TIRO NO PÉ

04.02.19

Na última quinta-feira (31), o IBGE divulgou os dados da PNAD para o ano 2018. A taxa média de desocupação fechou em 12,3%, menor que os 12,7% de 2017, o que reverteu uma tendência que vinha desde 2015.

Por outro lado, ocorreu um aumento da informalidade. O número de empregados sem carteira assinada no setor privado, excluídos os domésticos, chegou a 11,2 milhões. Os trabalhadores por conta própria também chegaram ao maior nível na série: 23,3 milhões.

A tendência pode ser observada no indicador de subutilização de mão de obra; são 27,4 milhões de pessoas nessa condição. Nesse grupo, além daqueles na condição de desemprego aberto, estão aqueles que trabalham menos que 40 horas semanais e os que estão na condição de desemprego por desalento, ou seja, que por conta do tempo na situação de desemprego desistiram da busca por uma ocupação.

A informalidade vem acompanhada por uma série de fatores desfavoráveis como a falta de estabilidade, o rendimento baixo e a falta da segurança previdenciária.

No lado da oferta de trabalho, entre os grupos de atividades, agricultura, indústria e construção apresentaram as menores participações na série.

Os grupos de atividades que tiveram aumentos no contingente de ocupados na comparação com o trimestre anterior, foram aqueles ligados às atividades sazonais como comércio (1,5%), transporte (3,4%) e comunicação, informação e atividades imobiliárias e financeiras (1,9%).

As altas taxas de desemprego e subutilização da mão de obra afetam a renda das famílias. Em uma situação de desemprego de algum membro da família ou da diminuição da renda por conta de uma piora na posição no mercado de trabalho, outros membros da família que antes não trabalhavam, como idosos e estudantes, passam a buscar uma ocupação, mesmo em condições precárias, o que vem a pressionar ainda mais o mercado de trabalho.

A busca por ocupação por parte de pessoas que anteriormente estavam fora do mundo do trabalho se reflete na ampliação da força de trabalho. O contingente de pessoas ocupadas, que são aquelas que estão efetivamente empregadas, seja no mercado formal ou informal, encerrou o último trimestre de 2018 em 93 milhões. O dado é o mais alto para divulgações trimestrais do IBGE desde o início da série histórica da pesquisa.

Outro fator preocupante é o desemprego de longa duração, que considera as pessoas desocupadas há mais de um ano. No fim de setembro de 2018, 4,8% da força de trabalho estava nessa condição. Além dos danos econômicos, sociais e psicológicos, a permanência na condição de desempregado afeta de forma estrutural as possibilidades de reingresso no mundo do trabalho.

A reforma trabalhista, ao contrário daquilo que prometiam seus defensores, não foi capaz de elevar de forma significativa a oferta de postos de trabalho.

Em meio a uma economia com baixo crescimento, apesar de pequena oscilação positiva na taxa de desocupação, não há o que comemorar. Infelizmente, o número de pessoas na condição desemprego, subocupadas ou desalentadas se mantém estável no patamar de 27 milhões de pessoas.

Sem retomar o crescimento econômico, a situação do desemprego e o clima social não melhoram, mas este governo, como os anteriores (Dilma e Temer,) acha que o crescimento só virá se for feita a reforma da Previdência Social. Será? Não creio, pois essa reforma só vai reduzir ainda mais a massa salarial da sociedade, aumentando o desemprego e diminuindo a renda. É um tiro no pé.

PERGUNTE AO QUEIROZ

13.02.19

Em uma campanha marcada por boatos espalhados em redes sociais, com a promessa do novo Brasil, livre da corrupção e do PT, seu principal adversário, que transformou em inimigo, Jair Bolsonaro foi eleito presidente sem debater propostas concretas para a saída da crise econômica.

Infelizmente, questões como a da reforma da Previdência Social, que hoje o governo diz ser fundamental, não foram debatidas. Ao ser questionado sobre os problemas da economia e propostas para a retomada do crescimento, o então candidato usava a adaptação do “jargão” publicitário de pergunte ao Porto Ipiranga, o agora ministro Paulo Guedes.

Agora como governo, sem nenhuma proposta de combate ao desemprego, que atinge 12,7 milhões de brasileiros, o ministro da Economia aponta para uma nova modalidade de contrato de trabalho, a “Carteira Verde e Amarela”.

A proposta vai na mesma linha do reformismo do governo Temer, um conjunto de reformas que, ao eliminar direitos, diminuem custos para o governo e empresas, o que traria maior confiança ao mercado para a retomada dos investimentos.

A reforma trabalhista do governo Temer já permite a flexibilização de direitos, ao prevalecer o negociado sobre o legislado, mas depende da negociação das empresas com os sindicatos, via convenções coletivas.

Com a “Carteira Verde e Amarela”, o trabalhador deverá realizar a opção de abdicar dos direitos contemplados na CLT de forma individual. Em uma conjuntura de altas taxas de

desemprego, a assimetria entre as partes é ainda maior, o que deixa o trabalhador ainda mais vulnerável.

Assim como a reforma trabalhista não ampliou a geração de postos de trabalho, a chamada “Carteira Verde e Amarela” apenas contribuirá para uma maior precarização do trabalho, pois a contratação de trabalhadores depende da expectativa de aumento das vendas de produtos e serviços, via ampliação do consumo das famílias, que representa 65% da Demanda Agregada.

Este novo modelo de contrato proposto apenas generaliza a realidade dos trabalhadores informais. O que o governo Bolsonaro pretende é transformar os 32 milhões que hoje têm acesso a direitos em trabalhadores informais. Eles irão se somar aos outros 33 milhões de trabalhadores informais que não têm acesso aos direitos trabalhistas.

Com a possibilidade de eliminação de muitos direitos hoje contemplados pela legislação trabalhista, como o pagamento de 13º salário, férias remuneradas e horas extras, significa a perda ainda maior do poder de consumo da população. Longe de resolver, pode agravar ainda mais a crise econômica e, consequentemente, o problema do desemprego. O pior, a longo prazo.

Em relação à economia o atual governo apenas aprofunda de forma mais radical a linha adotada pelo governo Temer.

Sobre a principal promessa do novo Brasil livre da corrupção: pergunte ao Queiroz!

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É NECESSÁRIA?

20.02.19

O principal argumento do governo em defesa da necessidade da reforma da Previdência está na crise fiscal. Segundo os defensores da reforma da Previdência Social, as despesas do poder público vêm crescendo nas últimas décadas, o que determina uma situação de insustentabilidade fiscal. A Previdência Social é apontada como o principal item das despesas. A questão demográfica, com o envelhecimento da população e da sobrevida, tornará o sistema inviável no longo prazo.

Esses pressupostos são mesmo consensuais, uma verdade absoluta?

Na questão fiscal, ao observar os resultados primários da evolução das receitas e despesas entre 1997 a 2018, pode-se constatar que até 2013 ocorreram sucessivos superávits nas contas primárias, ou seja, as receitas superaram as despesas em cerca de R\$ 100 bilhões todo ano.

A partir de 2014, com a economia estagnada em um crescimento de apenas 05% do PIB e, posteriormente, com a recessão iniciada em 2015, as receitas seguem uma trajetória de queda, enquanto as despesas estabilizam. Assim, o principal determinante para o déficit nas contas primárias (que não incluem juros) está na estagnação econômica.

Se considerarmos os juros, como se faz internacionalmente, em 2018 a despesa com juros atingiu R\$ 379 bilhões, ocasionando um déficit nominal (inclui juros) de R\$ 487 bilhões, ou

seja, os juros representaram 77,8% (!) do déficit devido às elevadas taxas de juros.

A Previdência Social é vista pelo governo e por analistas do mercado financeiro de forma isolada a ser financiada pelas contribuições de empregados e empregadores. Com essa visão, toda despesa que superar as receitas é considerada como déficit a ser coberto pelo poder público.

Na realidade, a Previdência Social integra, junto com a Saúde e a Assistência Social, a Seguridade Social, com recursos equivalentes a 13% do PIB, metade do INSS e metade de outras fontes. (artigos 194 e 195 da Constituição).

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu Capítulo II, art. 194, disposições relativas à Seguridade Social. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Sobre a insustentabilidade da Previdência a longo prazo, as projeções que apontam o colapso do sistema carecem de maior discussão e de transparência dos dados e métodos utilizados.

No olhar de forma empírica, em 1997 o “déficit” da Previdência foi de 0,7% do PIB, o mesmo de 2014, embora a população com mais de 60 anos tenha crescido 78%!

O que causou o aumento do déficit a partir de 2015 foi a recessão, que reduziu a receita do INSS em R\$ 386 bilhões (!) desde 2015 até o final de 2018.

O discurso hegemônico da necessidade de reforma da Previdência também ignora o retorno dos gastos para o Estado e os impactos positivos na atividade econômica.

Segundo o IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 beneficiários indiretos, membros da família. Dessa forma, a Previdência

urbana e rural mais os benefícios assistenciais beneficiam, direta e indiretamente, 86 milhões de pessoas

Os recursos transferidos aos beneficiários e familiares retornam à atividade econômica via consumo, gerando crescimento e arrecadação ao setor público de cerca de 5% do PIB. O governo não considera isso???

Em muitos municípios pobres, com baixa atividade econômica, os recursos da previdência não são apenas fundamentais para a sobrevivência dos beneficiários e suas famílias, mas também à dinâmica econômica das localidades.

Ao olharmos a Previdência Social como parte do Sistema de Seguridade Social, conforme estabelecido na Constituição de 88, ficam claros os impactos positivos na atividade econômica e na vida de grande parcela da população, principalmente aquela de maior vulnerabilidade. Os gastos da Previdência não podem ser considerados como déficit. Na realidade, são investimentos sociais do Estado.

A VELHA POLÍTICA NA “NOVA PREVIDÊNCIA”

22.02.19

A proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso, com o slogan de uma “Nova Previdência”, traz o discurso de uma maior justiça com as mesmas regras entre ricos e pobres. Mas, em realidade, é com os mais pobres que a reforma é mais perversa.

Não existe nada de novo na fala do presidente Jair Bolsonaro ao dizer que “a Nova Previdência exigirá pouco mais de cada um de nós” – a velha e recorrente fala de governantes sobre a necessidade de sacrifícios comuns a toda sociedade. Mas, como sempre, os sacrifícios são impostos à classe média e, principalmente, à parcela mais pobre da população. Quantas vezes não escutamos esse discurso e vivenciamos outra realidade?

A parcela mais rica da população não depende da Previdência, pois seu sustento é bem mais garantido pela renda auferida pelo seu patrimônio.

Os sacrificados com a reforma da Previdência são aqueles em condição de maior vulnerabilidade, os 49% dos beneficiários da previdência que hoje recebem até um salário mínimo. São idosos em condição de pobreza aposentados por idade, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, e todos aqueles que recebem benefícios assistenciais. Sobre eles recai metade da redução das despesas pretendidas por essa reforma, ou seja, deles são retirados R\$ 500 bilhões (!) em 10 anos, ou R\$ 50 bilhões por ano.

Um exemplo é o benefício de prestação continuada (BPC), oferecido a idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade. Pelas regras atuais, os idosos pobres têm direito a receber um salário mínimo a partir dos 65 anos. Na proposta do governo, os idosos só poderão pleitear o salário mínimo a partir dos 70 anos. Antes dessa idade, o benefício será de apenas 400 reais!!! São penalizados em R\$ 182 bilhões (!) em 10 anos, respondendo por 15,6% do sacrifício imposto por essa reforma.

Em relação aos trabalhadores rurais, a proposta de reforma estabelece a idade mínima de 60 anos para homens e mulheres. Também foi extinto o tempo mínimo de atividade rural, que amparava aqueles sem registro, tão comum no campo. Foi substituído pelo tempo mínimo de contribuição de 20 anos. Assim, a proposta é ainda mais cruel com as trabalhadoras rurais, ao equiparar homens e mulheres e ampliar a idade.

A aposentadoria por invalidez será substituída e passa a receber 60% da média salarial, mais 2% a cada ano que exceder os 20 anos de contribuição. Apenas nos casos de acidente de trabalho é que as aposentadorias receberão o valor integral. Como o trabalhador de baixa renda que sofrer um acidente que o incapacite para o trabalho poderá sobreviver?

Pelos dados divulgados pelo governo é fácil identificar que 80% (!) da economia pretendida pela proposta de reforma recai exatamente sobre quem ganha até dois salários mínimos.

Com as mesmas práticas embaladas no discurso do “Novo”, pergunta-se quanto de recursos da sociedade o governo vai gastar em publicidade da “Nova Previdência”, quanto de verbas públicas será liberado para deputados que se comprometerem com a reforma da Previdência, quantos cargos comissionados de segundo e terceiro escalão serão oferecidos aos deputados

em troca do voto favorável à reforma da Previdência Social.

O verdadeiro novo e justo seria alterar de forma pontual as distorções da Previdência Social, no sentido de cortar privilégios nos regimes especiais, como aqueles do Legislativo, Judiciário e militares. Cortar privilégios de poucos para melhor atender parcela significativa da população que mais necessita da Seguridade Social.

A verdadeira economia é na redução das despesas com juros. A economia de R\$ 1,1 trilhão, se aprovada integralmente essa proposta de reforma, que levaria 10 anos, poderia ser feita no mesmo montante com a despesa com juros em apenas dois anos e meio. Nos últimos 10 anos o setor público torrou em juros R\$ 3,6 trilhões!!!

Mas, infelizmente, a reforma da Previdência atende, exclusivamente, os interesses do mercado financeiro. Na realidade, a reforma tem dois objetivos: garantir recursos para o pagamento dos juros da dívida e a migração de recursos para os planos de previdência privada, menina dos olhos dos bancos.

Hora de a sociedade participar e reagir. Avante!

O ESTADO ARRECADA MAL E GASTA MAL?

13.03.19

Boa parte do debate econômico nos últimos anos está focada em uma visão fiscalista: apenas enxerga a quantidade das despesas do governo. Essa miopia orientou a política econômica do governo Temer: a PEC do Teto dos Gastos foi emblemática.

Com nova roupagem, a política econômica segue a mesma orientação no governo Bolsonaro, na proposta da reforma da Previdência, que tem sua maior expressão.

O que é de fato fundamental para a sociedade é como o governo arrecada e a qualidade do gasto público em função daquilo que deve ser o objetivo central do Estado: o bem-estar da população. Ainda mais em um País com tantas desigualdades sociais e econômicas.

O sistema tributário exerce um papel importante no enfrentamento das desigualdades. Quanto mais justo o sistema tributário, menor tende a ser o grau de concentração de riqueza e renda nacional.

Embora todo o debate sobre o sistema tributário se restrinja à discussão sobre os valores da Carga Tributária Bruta e sua complexidade, é fundamental discutir como é distribuído o peso dos impostos e a forma de arrecadação.

Ao relacionar arrecadação e gasto público, é fundamental o conceito de Carga Tributária Líquida, que corresponde ao que o governo arrecada menos o que retorna às mãos dos cidadãos por meio das transferências de renda (benefícios previdenciários

e assistenciais e subsídios). Em outras palavras, parte daquilo que é arrecadado retorna de forma direta à sociedade.

O relatório da OXFAM “País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018” aponta que o efeito das transferências diretas é de redução de desigualdades em 7,6%, o que é descontado por um sistema tributário que aumenta desigualdades em cerca de 2% (pela alta incidência dos tributos indiretos).

Na contramão do combate às desigualdades e do caminho de uma maior justiça social, a proposta de reforma da Previdência, ao cortar recursos que são transferidos diretamente à população, principalmente, da parcela mais pobre, reforça os efeitos de concentração de renda causados por um sistema tributário regressivo.

Por que o sistema tributário é regressivo?

A Carga Tributária Bruta é constituída por tributos diretos – que incidem sobre a renda e o patrimônio, e por tributos indiretos que incidem sobre o consumo. A tributação indireta tem características regressivas, pois incide mais sobre os mais pobres, enquanto que a tributação direta possui efeitos mais progressivos, incidindo mais sobre os mais ricos.

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam que o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos (SM) tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento, enquanto aqueles com remuneração superior a 30 SM, deixam para os impostos somente 26% de sua renda.

O principal imposto indireto, o ICMS, corresponde, na média dos últimos dez anos, a 7% do PIB. No geral, os impostos indiretos respondem por aproximadamente 50% da carga tributária bruta.

Os impostos indiretos, também, ao encarecer os produtos e serviços retiram poder de compra da população, o que vem a diminuir o consumo de forma geral.

A elevação da participação dos tributos diretos sobre a renda e o patrimônio permitiria tributar mais quem ganha ou tem mais, para poder tributar menos a classe média e os que se encontram na base da pirâmide social.

O predomínio da visão fiscalista no debate público mascara as injustiças de um sistema tributário que penaliza quem menos ganha, e o gasto excessivo em juros da dívida pública, que apenas beneficia bancos e rentistas.

O Estado arrecada mal e gasta mal, e a proposta de reforma da Previdência vem apenas piorar essa situação, pois cerca de 80% dos cortes de benefícios dessa proposta se destinam às pessoas que ganham até três salários mínimos.

DESAFIO À ECONOMIA

17.06.19

"Em vez de gerarem crescimento, algumas políticas neoliberais têm aumentado a desigualdade e colocado em risco uma expansão duradoura".

A citação acima é a abertura de um texto de autoria de três economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI): o vice-diretor do departamento de pesquisas Jonathan D. Ostry, o chefe divisional Prakash Loungani e o economista Davide Furceri. Publicado em 2016, o artigo "Neoliberalismo: Superestimado?" repercutiu na mídia e entre economistas no Brasil. Ainda mais por se tratar de artigo de integrantes do FMI.

Anteriormente, em 2005, estudo do FMI a partir de dados de 159 países, em período de 1980 a 2012, apontava que o aumento de 1% na parcela de renda dos 20% mais ricos reduz o crescimento de uma economia em 0,08% ao longo de cinco anos, enquanto que um aumento de 1% na parcela de renda dos 20% mais pobres impulsiona o crescimento em 0,38%. A pesquisa desenvolvida por cinco economistas concluía que fatores como progresso tecnológico, sindicatos mais fracos e políticas fiscais que favoreceram os mais ricos têm desempenhado papel decisivo no aumento da desigualdade, sendo este o maior desafio de nossa época.

Na edição de outubro de 2017 do relatório Fiscal Monitor "Tackling Inequality", afirma-se em sua introdução: "Embora alguma desigualdade seja inevitável em um sistema econômico baseado no mercado, a desigualdade excessiva pode erodir a coesão social, levar à polarização política e, em última instância, ao crescimento econômico mais baixo".

O documento aponta que o investimento adicional em políticas de saúde e educação, que reduzem a pobreza, e uma tributação mais progressiva são os caminhos a serem seguidos para impulsionar o crescimento e combater as desigualdades.

No mesmo sentido, estudo do IPEA de 2011 "Gastos com a Política Social: Alavanca para o crescimento com distribuição de renda", ao cruzar dados econômicos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), chegou à conclusão de que os gastos em educação e saúde têm retorno superior ao de outras atividades. O multiplicador do PIB para a educação foi 1,85, enquanto o da saúde foi de 1,70.

Aqueles com mais de cinquenta anos devem lembrar-se das missões do FMI na década de 80, na qual cobravam dos governos brasileiros planos de ajustes na economia em troca de empréstimos emergenciais. Os planos de ajuste cobrados pelo FMI exigiam medidas para o desmantelamento de entidades estatais, sua abertura ao livre comércio e ao investimento estrangeiro, privatizações e redução do gasto público em áreas de custo social.

Na época, a maioria dos países da América Latina sofria com a dificuldade no pagamento de juros de elevadas dívidas externas contraídas em período de maior liquidez internacional, na década de 70.

Diferente dos idos da década de 80, o endividamento externo deixou de ser um problema na economia brasileira. Mas, em face da estagnação da economia e da elevação da relação entre dívida interna líquida com o PIB, hoje próxima a 80%, o diagnóstico e o receituário propostos pela política econômica dos

últimos governos guarda muitas semelhanças com a visão do FMI à época. A cartilha a ser seguida no passado, atualizada no modelo do reformismo, tem no fundo a mesma origem: os interesses do mercado financeiro.

Dada a posição histórica do FMI, importante destacar estudos de economistas integrantes do estafe do Fundo que lançam questionamentos aos pressupostos econômicos hegemônicos na mídia e da política econômica do atual governo.

As medidas e reformas adotadas no sentido de corte das despesas públicas e dos custos do trabalho, iniciadas no governo Temer com a PEC 55 do Teto dos Gastos e a reforma trabalhista, continuadas com maior ênfase no governo Bolsonaro, não logram nenhum êxito na retomada de crescimento econômico.

Enquanto as projeções para o crescimento econômico para este ano já despencam para o patamar inferior a 1%, o governo segue o discurso monocórdico da reforma da Previdência como redentora da economia.

Além das críticas, diferentes estudos e economistas de vertentes teóricas distintas já apontam para a necessidade de medidas que ampliem o consumo das famílias, em oposição ao caminho de medidas que, ao contrair ainda mais a demanda efetiva, impossibilitam qualquer reação da economia.

Os gastos sociais em programas de transferência de renda e nas políticas públicas de educação e saúde, além da justiça social, são importantes componentes para o crescimento econômico.

Fundamental ampliar o debate para além do samba de uma nota só do reformismo, debater medidas concretas para geração de renda e retomada da atividade econômica. Seguem algumas sugestões ao debate público:

- Baixar as altas taxas de juros do crédito ao consumidor e ao financiamento de médias e pequenas empresas;
- Medidas de apoio à saída da inadimplência das famílias, que supera patamar de 60%;
- Ampliar os investimentos nas áreas de educação e saúde;
- Ampliar os investimentos em programas de transferência de renda para a população de baixa renda;
- Continuidade da Política de Valorização do Salário Mínimo;
- Preservar o modelo de Seguridade Social;
- Pacote emergencial de geração de empregos;
- Mudanças para conferir maior progressividade ao sistema tributário, no sentido de tributar mais a riqueza e o patrimônio, e menos o consumo;
- Como alternativa aos cortes indiscriminados nas despesas públicas, aperfeiçoar os mecanismos de gestão e transparência no setor público.

ECONOMIA E SOCIEDADE

26.06.19

A política fiscal do Estado é composta pelo sistema tributário e sua arrecadação e pelo gasto público, o que inclui investimentos, despesas de custeio (pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo e outros para o funcionamento da máquina pública) e juros. A tributação e o gasto devem ser realizados de forma coordenada de modo a ampliar a eficácia macroeconômica.

Como ao tributar e ao gastar o Estado redistribui a renda entre os agentes econômicos, impacta nos fluxos futuros da economia.

No Brasil, o Estado, ao arrecadar, concentra a renda, pois tributa mais quem tem menos, e menos quem tem mais, e depois compensa por meio dos gastos sociais que distribuem a renda. Os gastos sociais em saúde, educação, seguridade social e com as transferências de renda contrabalançam parcialmente o efeito da concentração de renda da tributação.

Os gastos sociais são aqueles de maior impacto expansivo na demanda agregada, pois atingem de forma direta a população de baixa renda, cuja propensão a consumir se aproxima aos 100%. Em outras palavras, alguém com baixa renda tem inúmeras necessidades não atendidas em educação, saúde, alimentação, bens de consumo não duráveis, entre outros. Assim, cada acréscimo de renda vai na direção de satisfazer tais necessidades.

No extremo oposto estão as despesas financeiras, dirigidas aos “rentistas”, onde a propensão marginal a consumir é quase nula.

O custeio e o investimento público ocupam uma posição intermediária, cujo impacto sobre a renda exige um tempo de maturação, mas por conta do efeito multiplicador tem uma

difusão ampla na economia, com alcance em diversos setores e estratos sociais.

Nos últimos anos, a questão fiscal tomou o centro do debate econômico, mas dentro de uma visão limitada às despesas públicas como determinante do desequilíbrio. Basta o Estado cortar seus gastos que se alcança o equilíbrio das contas públicas e se restaura a confiança dos agentes econômicos com capacidade de investimentos.

Nessa visão, a concepção de Estado é como um ente à parte da sociedade, que apenas retira de modo uniforme os recursos da sociedade. Também, ao olhar apenas as despesas, negligenciam a natureza dos gastos e o principal fator para os déficits primários: a ausência de crescimento econômico determinante para a queda de arrecadação.

Frustradas as expectativas de crescimento, ampliam-se os déficits primários (receitas menos despesas não financeiras) e a resposta é sempre na direção de cortes de despesas nas áreas sociais, enquanto os déficits nominais, que incluem os juros, evidenciam a magnitude do gasto financeiro na casa dos 400 bilhões de reais anuais, que responde por 80% do déficit nominal de cerca de 500 bilhões de reais.

No curto prazo são necessárias medidas que restabeleçam o poder de consumo das camadas médias e de baixa renda, o qual é decisivo para o crescimento econômico. Enfrentar o desafio das altas taxas de juros no crédito às famílias e às pequenas e médias empresas é fundamental para colocar em funcionamento o principal motor da economia: o consumo.

A política econômica deve ter como objetivo a redução das desigualdades econômicas e sociais, como motor do crescimento não apenas na retomada no curto prazo, mas de crescimento

sustentável no longo prazo. O crescimento de baixo para cima, o cutucar embaixo.

Ao invés de reformas, como a trabalhista e a da Previdência Social, que ao cortarem direitos dos trabalhadores e dos mais pobres, contraem mais ainda o poder de aquisitivo e, consequentemente, o consumo, deve-se fazer a opção por um modelo progressivo de tributação, que tribute mais a renda e o patrimônio e menos o consumo. Um modelo de tributação que tribute mais quem tem mais e menos quem tem menos.

É necessário um projeto de País no qual os investimentos públicos: a) estejam alinhados com a busca da cidadania e o enfrentamento aos seus entraves; e b) direcionados às áreas de saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana, tecnologia, meio ambiente e cultura.

A economia usa métodos quantitativos para análise e projeções, mas, como uma ciência humana aplicada, é essencialmente política. O debate sobre os rumos e decisões na economia deve ser público, uma escolha da sociedade.

QUAL REFORMA TRIBUTÁRIA?

01.08.19

O debate sobre a reforma tributária deveria estar pautado nos princípios da equidade, da progressividade e da capacidade contributiva no caminho da justiça fiscal e social, priorizando a redistribuição da renda, como determina a Constituição.

Ao pautar o debate na complexidade do sistema tributário e no tamanho da carga, busca-se um consenso a fim de mascarar a regressividade do sistema, ou seja, quem ganha mais paga menos. Principalmente aqueles no topo da pirâmide de renda são privilegiados no atual sistema tributário, o que contribui para as desigualdades sociais e econômicas.

O primeiro passo é entender como são divididos esses tributos, segundo os entes federativos, sua destinação e o que é tributado, ou seja, a origem da cobrança.

Em relação à finalidade dos tributos, eles podem ser divididos em:

» **IMPOSTOS** – São destinados ao financiamento geral das atividades do Estado;

» **TAXAS** - Contraprestação por serviços públicos específica e divisível para cada contribuinte; por exemplo, uma taxa de iluminação pública;

» **CONTRIBUIÇÕES** – vinculadas ao financiamento de política pública; por exemplo, o CONFINS, que é vinculado à Seguridade Social.

Os tributos também podem ser classificados segundo a categoria econômica na qual recaem:

- » **RENDA** – tudo aquilo que se aufera pela realização do trabalho;
- » **PATRIMÔNIO** – propriedade de bens (móveis e imóveis);
- » **ATIVIDADE ECONÔMICA** – comercialização de bens e serviços (são os impostos indiretos).

Para entender melhor a divisão dos tributos, segue o quadro abaixo:

Tributos por categoria econômica, segundo competência tributária dos Entes Federativos

	União	Estados	Municípios
Renda	- Renda - Contr. Previdenciária - Contr. ao Seguro de acidente do trabalho - Contr. ao Salário Educação - Contr. ao Sistema S		
Patrimônio	- Imposto Propriedade Territorial Rural (ITR) - Grandes fortunas - Contribuição de melhoria	- Imposto Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Natureza (ITCMD) - Imposto Propriedade Veículos e Automotores (IPVA) - Contribuição de Melhoria	- Imposto de Propriedade predial e Territorial Urbano (IPTU) - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) - Contribuição de melhoria
Atividade Econômica	- Imposto Produtos Industrializados (IPI) - Imposto de Operações Financeiras (IOF) - Importo de Exportação (IE) - Contr. Social da Seguridade Social (COFINS) - Programa de Integração Social (PIS) - Contr. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Contr. de intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	- Imposto Circulação Mercadorias e Serviços (ICMS)	- Imposto de serviços de Quaisquer Natureza (ISS)

O sistema tributário brasileiro tem uma grande concentração nos impostos indiretos, aqueles que incidem sobre a atividade econômica, os produtos e os serviços.

Segundo estudo da Receita Federal divulgado no ano passado, o Brasil tem a menor arrecadação de tributos sobre renda, lucro e ganho de capital e a segunda maior sobre consumo, segundo comparação feita com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O principal imposto indireto, o ICMS, corresponde na média dos últimos dez anos a 7% do PIB. De competência estadual, o imposto responde por aproximadamente 80% do total das receitas dos governos estaduais.

A alta incidência dos impostos sobre o consumo pode ser observada por meio do quadro comparativo:

País	Renda	Patrimônio	Consumo
Alemanha	31,2%	2,9%	27,8%
Bélgica	35,7	7,8%	23,8%
Coréia do Sul	30,3%	12,4%	28%
Dinamarca	63,1%	4,1%	31,6%
Espanha	28,3%	7,7%	29,7%
EUA	49,1%	10,3%	17%
Brasil	21%	4,4%	49,7%

Fonte: Anfip, Fenafisco

Os tributos indiretos são recolhidos pelas empresas, embutidos nos custos da atividade econômica e repassados aos preços. Dessa forma, são os consumidores finais que pagam esses impostos. A tributação é a mesma, independentemente da renda.

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam que o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos (SM) tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento, enquanto aqueles com remuneração superior a 30

SM deixam para os impostos somente 26% de sua renda.

Também nos impostos que incidem sobre a renda, por conta do percentual máximo da alíquota do Imposto de Renda Física, o sistema tributário contribui para concentração da renda. Com uma alíquota máxima de 27,5%, uma pessoa que ganha 10 mil reais por mês paga o mesmo percentual que outra que recebe 100 mil por mês.

Se o teto da alíquota do Imposto de Renda já favorece aqueles do topo da pirâmide, as isenções tributárias exercem ainda mais efeito na regressividade do sistema.

No topo da pirâmide de rendimentos estão 25 mil brasileiros, com renda mensal acima de 300 salários mínimos, que pagam apenas 2% de impostos sobre os seus rendimentos. Em termos absolutos, alguém com renda mensal de 400 mil reais contribui com apenas 8 mil reais ao Fisco.

Isso ocorre porque nos mais ricos estão concentrados os rendimentos não tributáveis, as isenções fiscais. Na última faixa da pirâmide, os rendimentos isentos chegam a corresponder a 70% do total de rendimentos.

Segundo o relatório "Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - Ano Calendário 2017" elaborado pela Receita Federal, os rendimentos isentos de tributação são da ordem de 908 bilhões. Desses, cerca de 280 bilhões correspondem a lucros e dividendos e aproximadamente 105,6 bilhões estão na categoria de transferências patrimoniais – heranças e doações.

As desigualdades no Brasil têm origens históricas no passado colonial e escravocrata e nos modelos de desenvolvimento, na estrutura da renda e do patrimônio. Mas, ao adotar um modelo tributário regressivo, o Estado reproduz e amplia as desigualdades sociais e econômicas.

ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E DESIGUALDADES

01.08.19

A desigualdade de renda cresce há 17 trimestres seguidos no Brasil. Desde o último trimestre de 2014 os ricos se tornam mais ricos e os pobres mais pobres.

O estudo A Escalada da Desigualdade, lançado nesta quinta pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), aponta que nesse período a metade mais pobre perdeu 17,1% da renda, os 40% da faixa intermediária acumularam perdas de 4,16%, enquanto os 10% mais ricos apresentaram uma ampliação de 2,55% na renda.

O período corresponde aos dois anos de recessão sucedidos pela estagnação econômica. Com a mesma política econômica de seu antecessor, focada no corte das despesas públicas e das reformas, o governo Bolsonaro segue o mesmo caminho, no qual a economia anda de lado.

Os resultados do primeiro semestre apontam para mais um ano de estagnação. O Monitor do PIB – FGV, divulgado na quarta (14), registrou um crescimento de 0,2% do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre em comparação com os três primeiros meses de 2019. Já o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou uma contração de 0,13% do PIB no segundo semestre.

No final do mês, o IBGE divulgará o resultado oficial da variação do PIB para o segundo trimestre, que foi negativo em 0,2% para o primeiro trimestre. Caso registre um resultado negativo, será o segundo trimestre negativo, o que indica uma recessão técnica.

Como já apontado nesta página, nos vídeos e artigos publicados, o caminho para a retomada do crescimento está na ampliação do consumo, que ao responder por 65% do PIB tem o poder de alavancar a atividade econômica. São necessárias medidas que venham a ampliar o poder de compra das famílias por meio do incremento da renda e do crédito com juros civilizados.

A ampliação da desigualdade se deve à queda do poder de consumo dos setores mais pobres e intermediários, justamente daqueles mais atingidos por esses quatro anos e três meses de crise econômica.

Para retomar o crescimento e reduzir a desigualdade são necessárias medidas como:

- Política de valorização do Salário Mínimo;
- Ampliação dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família;
- Programa de recuperação do crédito de pessoas físicas inadimplentes ou em vias de inadimplência;
- Atuação por meio dos bancos públicos para baixar as taxas de juros do crédito às famílias e às empresas de pequeno e médio porte;
- Correção na tabela do Imposto de Renda, acompanhada pela ampliação da faixa de isenção e aumento da alíquota máxima (27,5%).

O País não sairá da crise econômica e social por meio de um modelo predatório dos recursos humanos, ambientais e do patrimônio público, como vem fazendo o atual governo Bolsonaro.

Um modelo ultraliberal que apenas privilegia o investimento, por meio da total desregulamentação do trabalho e retirada de direitos sociais, acompanhado dos cortes nas despesas públicas

na área social (assistência, saúde, educação, previdência) prejudica ainda mais as condições de vida das pessoas de baixa renda e amplia as desigualdades.

É uma visão ultrapassada que opõe a conservação ambiental à atividade econômica, ao privilegiar grupos agropecuários, mineradores e o garimpo em detrimento da preservação da região da Amazônia e da população indígena, que ignora os avanços na legislação ambiental e no monitoramento das áreas de preservação, fruto do esforço de pesquisadores, ambientalistas e gestores públicos.

Existem saídas para a retomada do crescimento, que passam por medidas imediatas da ampliação do poder de consumo dos setores de base e intermediários da pirâmide de renda. Saídas que possibilitem a retomada da atividade econômica no curto prazo, e a perspectiva de um modelo de desenvolvimento com preocupação com a preservação ambiental e focado no bem-estar da população.

OS GANHADORES DE SEMPRE

10.09.19

Enquanto as projeções de crescimento da economia apontam para um crescimento inferior a 1%, o lucro dos quatro maiores bancos de capital aberto chegou a 21,5 bilhões no segundo trimestre, com crescimento de 21% em relação ao mesmo período de 2018. Neste primeiro semestre o lucro chegou a 43 bilhões de reais.

No ranking das 1000 maiores empresas do país, divulgado pelo Valor Econômico, os 5 maiores bancos possuem ativos de R\$ 6,423 trilhões, montante próximo a quase todo o PIB anual do Brasil.

Com uma alta concentração bancária, na qual esses cinco maiores bancos detêm 82% do mercado de crédito, o spread bancário (diferença entre o custo de captar dinheiro no mercado e o que cobram para emprestar) ocupa a segunda posição no mundo.

Com lucros crescentes, os bancos brasileiros nunca foram tão bons pagadores de dividendos, segundo estudo do Credit Suisse.

Na outra ponta, em relação àqueles que têm recursos para aplicações financeiras, estão aqueles que devem aos bancos.

Em junho, segundo dados do Banco Central, a taxa média no cheque especial estava em 322,23% ao ano, mesmo com o juro básico na mínima histórica.

A alta acompanha a sinalização dos dois grandes bancos públicos, ao contrário daquilo que aconteceu em 2013, quando esses bancos, ao diminuírem suas taxas de juros, induziram os bancos privados à redução do crédito.

Em março de 2013 as taxas cobradas pela Caixa Econômica Federal (60,8%) e Banco do Brasil (80,4%) reduziram a taxa média

do cheque especial para 155,7%. Já em junho deste ano, a taxa de juros da Caixa Econômica estava em 298,9% e a do Banco do Brasil em 298,5%.

Apesar da queda da participação da modalidade do cheque especial na composição da carteira de créditos do banco, segundo o Banco Central, ela corresponde a aproximadamente 10% de margem de juros líquida cobrada pelo crédito no sistema bancário.

O governo Bolsonaro anuncia novos cortes e contingenciamentos na área de educação. O corte de quase 40 milhões de reais em investimento em pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado eliminou 5.613 bolsas de estudo, as quais seriam ofertadas pela Capes no segundo semestre, somadas às 6.198 bolsas canceladas no primeiro semestre.

Enquanto o governo corta despesas nas áreas sociais e compromete toda a área de pesquisa, os juros nominais pegos pelo setor público em julho deste ano alcançaram R\$ 27,5 bilhões em julho, comparativamente aos R\$ 25,8 bilhões no mesmo mês de 2018.

No acumulado em 12 meses, os juros nominais atingiram R\$ 359,1 bilhões (5,12% do PIB). São recursos públicos transferidos aos bancos e rentistas do mercado financeiro, sem nenhum retorno à sociedade.

Em uma realidade bem distinta dos bancos e seus acionistas, 28 milhões de pessoas estão entre o desemprego e os bicos, ou pelo tempo de procura sem sucesso de uma oportunidade de trabalho já desistiram.

COMO CRESCER?

10.10.19

Tem chamado a atenção uma série de artigos no último mês fazendo críticas à política econômica adotada no governo Dilma de tentar reanimar a economia através do aumento da despesa pública. Atribuem a essa política toda a crise por que vem passando o país.

Esses artigos visam defender a atual política econômica, que restringe a despesa pública e coloca nas reformas e na privatização a saída para retomar os investimentos e daí levar o país a novo crescimento.

Assim, se Dilma tentou reanimar a economia pelo aumento da despesa pública, a resposta em termos neoliberais defende o investimento como novo carro-chefe para o crescimento econômico.

Quem tem razão: o pensamento keynesiano de aumentar essas despesas ou o pensamento liberal de diminuir o Estado e estimular o setor privado a fazer investimentos?

Será que o fio condutor do crescimento é o aumento das despesas do governo ou é o investimento?

Embora ambos contribuam para o crescimento, se somados, representam apenas 35% do Produto Interno Bruto (PIB), pois 65% (!) são devidos ao CONSUMO DAS FAMÍLIAS, ou seja, às compras feitas pela população de bens e serviços de que precisam.

Isso posto, indo ao ponto que interessa: o que fazer para aumentar o consumo das famílias?

A resposta é simples e direta: deve-se AUMENTAR O PODER AQUISITIVO da população, especialmente das classes média e de menor renda, que constituem o grosso do consumo, o qual está limitado por barreiras típicas de país atrasado.

BARREIRAS – São três: má distribuição de renda, sistema tributário regressivo e crédito caro.

Distribuição de renda – A melhor estratégia para isso é aumentar o salário mínimo (SM) acima da inflação por um período de pelo menos cinco anos e ampliar os programas de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, que dão injeção na veia do consumo para a base da pirâmide social.

Sistema tributário regressivo – Vários estudos apontam que quem ganha até dois SM paga metade do que ganha em tributos e quem ganha acima de 30 SM paga $\frac{1}{4}$ do que ganha. Isso ocorre porque há um excesso de tributação sobre o consumo e subtributação sobre patrimônio e renda. Assim, se um produto vale 100 sem impostos, ele é majorado em cerca de 40%, elevando os preços na economia, quando no mundo todo esse índice não passa de 20%, ou seja, as pessoas aqui sofrem um sobrepreço que não tem justificativa alguma diante da necessidade do crescimento econômico.

Credidiário caro – A pior de todas as barreiras. As modalidades mais usadas pela população para adquirir bens e serviços são o cartão de crédito e o cheque especial, que devem responder por mais de 80% do volume de financiamento, têm taxas de juros superiores a 300% ao ano. Assim, um produto que pode ser adquirido à vista por 100, se envolver as modalidades referidas, custa 400, sendo 100 mais 300 de juros. O agravante é que isso envolve não apenas os bancos privados, mas os bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que praticam as mesmas taxas de agiotagem feitas e adotadas pelos bancos privados, ou seja, o Brasil é o único país do mundo onde o governo pratica agiotagem contra a população, e isso ocorre porque a economia é sempre comandada por grupos ligados

ao sistema financeiro do país, seja no Ministério da Fazenda, seja no Banco Central.

Enquanto não forem enfrentadas essas barreiras do atraso, o Brasil não vai crescer; portanto, se existe uma saída para o crescimento econômico, ela está no fortalecimento do poder aquisitivo da população. É daí que nasce todo o crescimento econômico, que será refletido na elevação do emprego, do faturamento e do lucro das empresas, bem como na ampliação da receita pública.

RENDIMENTOS E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

16.10.19

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, com dados de 2017-2018, apenas 2,7% das famílias se apropriam de 20% de todos os valores recebidos pelas famílias, enquanto 23,9% das famílias recebiam até R\$ 1.908,00 (2 salários mínimos) e contribuía com apenas 5,5% do valor recebido.

Entre as famílias mais pobres, que recebiam até R\$ 1.908, 24,3% vêm de aposentadorias, pensões e programas sociais. Apenas considerando pensões e aposentadorias do INSS, chega-se a 9,2% da renda total nessa faixa de rendimentos.

Ao afetar de forma predominante aqueles que recebem até dois salários mínimos, a reforma da Previdência impactará nos orçamentos das famílias de menor renda, diminuindo ainda mais seu poder de consumo. O dado também demonstra a importância dos programas sociais para aqueles de baixa renda.

As informações contidas nas POFs são fundamentais na estimativa do componente de consumo das famílias no âmbito das contas nacionais, responsável por 64% do PIB sob a ótica da demanda agregada.

Além disso, ao pesquisar os itens de consumo e seus pesos nos orçamentos familiares, possibilita estimar as ponderações para o cálculo de índices agregados de inflação, como o IPCA do IBGE.

Despesas com alimentação e habitação representam 61,2% das despesas das famílias com menores rendimentos, com 22% para alimentação e 39,2% para habitação. Enquanto para as

famílias de maior rendimento as despesas com alimentação apenas representam 7,6% e as de habitação 22,6%, uma soma de 30,2%, próximo à metade daquilo que representa nos orçamentos das famílias mais pobres.

Ao pesquisar a estrutura de rendimentos e os hábitos de consumo das famílias brasileiras, por meio de visitas a um espaço amostral de aproximadamente 70 mil lares, a POF retratou as desigualdades de renda e na estrutura de consumo. Algumas pesquisas, que utilizam dados de declarações de rendimentos à Receita Federal, apresentam dados de desigualdades e concentração da renda ainda maior, pois aqueles de maiores rendimentos costumam subestimar suas rendas em questionários de pesquisa.

A pesquisa Desigualdade Mundial 2018, por exemplo, indicou que o 1% mais rico da população brasileira concentra 27,8% de toda a renda do País.

Esses dados expressam que o Brasil pouco avança para diminuir as expressivas desigualdades de renda. Na ocasião que se discute a reforma tributária, torna-se necessário mudar o sistema que, diferente da maioria dos países desenvolvidos, tributa em excesso o consumo em detrimento da renda e do patrimônio. Isso confere um alto grau de regressividade, tributa mais quem ganha menos e tem pouco, e assim contribui para a manutenção das extremas desigualdades.

O combate às desigualdades é fundamental para destravar e ampliar o crescimento econômico e social do País.

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O BOLSO

31.10.19

Um bom programa para o final de domingo é uma ida ao cinema, depois levar a família à pizzaria. Esse entretenimento tão comum às famílias paulistanas de classe média tem declinado por conta das restrições orçamentárias causadas pela crise econômica. Até porque a pizza e o cinema vêm acompanhados de um ingrediente indigesto: no preço da pizza estão embutidos 36,54% em impostos e no do cinema, 20,85%. Esse ingrediente chama-se imposto sobre o consumo.

Presente em nosso dia a dia, os impostos sobre o consumo estão em tudo que compramos, como em uma ida ao supermercado. Independentemente da renda, todos pagam a mesma alíquota. O consumidor paga 29,0% na carne, 20,59% nos ovos, 36,8% em um achocolatado, 44,20% em um shampoo, como exemplos. Os dados fazem parte de uma estimativa de 600 produtos realizada pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário).

A Carga Tributária Bruta é constituída por tributos diretos, que incidem sobre a renda e o patrimônio, e por tributos indiretos, que incidem sobre o consumo. A tributação indireta tem características regressivas, pois incide mais sobre os mais pobres, enquanto a tributação direta possui efeitos mais progressivos, incidindo mais sobre os mais ricos.

Segundo estudo da Receita Federal divulgado no ano passado, o Brasil tem a menor arrecadação de tributos sobre renda,

lucro e ganho de capital e a segunda maior sobre consumo em comparação com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No Brasil, a incidência de impostos sobre o consumo chega a 50%, apenas 4,4% sobre o patrimônio e 21% sobre a renda. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, os impostos sobre consumo incidem em 17% e 18%, respectivamente. No mundo, segundo a OCDE, a média é 33%. Em relação aos impostos sobre a renda, a maior taxação ocorre na Dinamarca, com 63,1%.

Hoje se assiste aos protestos da população no Chile, um país que por muito tempo foi exemplo do êxito das políticas liberais, dadas as taxas de crescimento do PIB e da renda per capita nas últimas décadas, mas que continuou a conviver com as desigualdades econômicas, acentuadas por sua estrutura tributária que, assim como no Brasil, tem incidência de impostos sobre o consumo de aproximadamente 50%.

Como exemplo da regressividade do sistema tributário, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam que o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos (SM) tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento, enquanto aqueles com remuneração superior a 30 SM deixam para os impostos somente 26% de sua renda.

As propostas de reforma tributária abrem a oportunidade de uma discussão ampla que busque conferir maior progressividade ao sistema, ao taxar mais a renda e o patrimônio e menos o consumo. A proposta em discussão na Câmara (PEC 45), assim como a proposta em análise no Senado (PEC 110/2019) têm como foco a simplificação dos tributos, sem alterações significativas na sua composição. As duas propostas e a apresentada pelos partidos de oposição serão analisadas nos próximos artigos.

O importante é a participação da população, pois o impacto nos bolsos de cada um dependerá de quanto a reforma avançar em direção à maior progressividade do sistema. Taxar mais a renda e o patrimônio e diminuir a incidência dos impostos sobre o consumo, além de conferirem maior justiça tributária, ampliam o poder de compra da população, principalmente da classe média e daqueles de menor renda.

Beber para esquecer a dor de cabeça dos impostos pode piorar a ressaca, pois sobre a cerveja recaem 55% de impostos; na caipirinha a dose é ainda mais forte, com alíquota de 76,66%.

JUVENTUDE E DESEMPREGO

15.11.19

Dia 11 o governo lançou o “Programa Verde e Amarelo” com objetivo de ampliar os postos de trabalho para jovens entre 18 e 29 anos. Os jovens contratados pelo programa receberão FGTS de 2% ao invés do atual de 8%. Além disso, a multa do FGTS em caso de demissão será a metade da paga para os demais trabalhadores.

As empresas não pagarão a contribuição patronal de 20% à Previdência Social. Essa renúncia fiscal será compensada pela cobrança de 7,5% daqueles que recebem o seguro-desemprego. Ou seja, o trabalhador em situação de desemprego arcará com o bônus dado às empresas que aderirem ao programa.

Com validade até 31 de dezembro de 2022, o programa é limitado a postos de trabalho até 1,5 salário mínimo, e os jovens receberão, mensalmente, 1/12 do adicional de férias e do 13º salário. Segundo o governo, essa regra busca impedir futuras reclamações trabalhistas. O governo prevê a criação de 1,8 milhão de vagas com o programa.

As primeiras críticas ao programa questionam a legalidade da medida de diminuição da contribuição no FGTS e na simples troca de um trabalhador adulto por um trabalhador mais jovem, com menores encargos à empresa. Também, hoje, quem recebe o seguro-desemprego não é taxado. O benefício é assegurado pela Constituição de 1988 com o objetivo de fornecer suporte financeiro ao trabalhador formal demitido sem justa causa enquanto busca uma recolocação. Com um período que varia de três a cinco meses, de forma alternada ou contínua, o valor máximo das parcelas é de R\$ 1.735,29.

Em relação à substituição de trabalhadores, o governo argumenta que as medidas do programa são válidas para novas contratações e são vedadas para substituição na atual folha de pagamentos. Como em outros programas destinados à colocação de jovens em troca de benefícios fiscais, o controle dessa substituição é bastante difícil em face da rotatividade de mão de obra nas empresas.

A taxa de desocupação entre os jovens costuma estar próxima ao dobro da taxa de desocupação geral, como pode ser observado no gráfico. Entre 2015 e 2018, a taxa de desocupação avançou 6 pontos percentuais, de 16,3% para 22,3%, enquanto a taxa total de desocupação avançou 3,3%, de 8,8% para 12,0%.

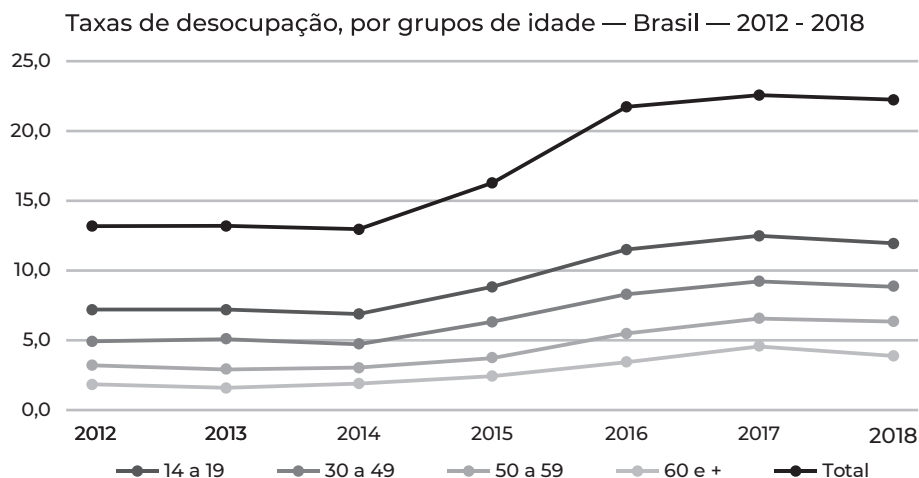
Além da dificuldade de ingresso no mundo do trabalho por conta da falta de experiência, em conjunturas de retração do mercado de trabalho o problema se agrava pela maior concorrência e, também, dada a perda de emprego ou a menor renda dos pais, os jovens são obrigados a buscar uma ocupação, o que amplia o contingente em busca de trabalho.

O gráfico evidencia que a trajetória de ampliação do desemprego entre os jovens acompanhou a ampliação da taxa de desocupação determinada pela recessão econômica a partir de 2015. Assim como a atividade econômica, a taxa de desocupação acabou por se estabilizar nos anos de 2017 e 2018. O patamar de quase 1/4 de jovens em situação de desemprego é muito grave, mas é determinado pela ausência de crescimento da economia.

Como ocorreu em 2003, com o programa do Primeiro Emprego do governo federal, medidas isoladas de incentivos fiscais para contratação de jovens não costumam ter muita eficiência em conjunturas de altas taxas gerais de desemprego, pois a questão determinante é a ausência de dinamismo econômico. Como

ocorreu na década passada, as taxas de desocupação entre os jovens apenas caíram a partir da reação da atividade econômica.

Além de já contar com programas mais estruturados como o Jovem Aprendiz, medidas voltadas à elevação da escolaridade e da formação profissional são mais eficientes ao retardar a entrada de jovens no mundo do trabalho e possibilitar o ingresso posterior em ocupações de melhor qualificação, o que contribui para a elevação futura da produtividade no trabalho em geral.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

QUEM PAGA O IMPOSTO SOBRE A RENDA?

25.11.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

No relatório "Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - Ano Calendário 2017", a Receita Federal distribui a base de declarantes do IR em 17 faixas de renda.

Nas 5 faixas do topo, com rendimentos acima de 60 salários mínimos, estão 320 mil declarantes, o que representa 1,1% do total. Já em relação ao total de rendimentos, essa pequena parcela representa 22% do total declarado.

Por outro lado, na base da pirâmide, as 5 primeiras faixas reúnem 15,9 milhões de brasileiros, o que representa 54,8% do total de contribuintes e 17,3% do total de rendimentos declarados.

No topo da pirâmide de rendimentos estão 25 mil brasileiros, com renda mensal acima de 300 salários mínimos, que pagam apenas 2% de impostos sobre os seus rendimentos.

A disparidade não ocorre apenas por conta do teto na tabela progressiva do Imposto de Renda (27,5%), muito inferior à alíquota média dos países da OCDE (41%) e até mesmo da de muitos países da América Latina.

O efeito da progressividade das alíquotas atuais do IRPF (de 7,5% a 27,5%) é neutralizado nas faixas de maior renda por conta da isenção dos lucros e dividendos recebidos

pelos sócios e acionistas das pessoas jurídicas, prevista no art. 10 da Lei nº 9.249/95, e da desoneração pelo recebimento de “juros sobre o capital próprio”, prevista no art. 9º da mesma lei.

Na última faixa da pirâmide, os rendimentos isentos chegam a corresponder a 70% do total.

Os rendimentos não tributáveis correspondem a 31% do total de 2,94 trilhões de rendimentos declarados ao Fisco no ano passado, o que representa 908 bilhões de reais. Desse montante total de isenções, 414,7 bilhões ficaram concentrados nas últimas 5 faixas da pirâmide, ou seja, praticamente na metade.

Sobre a natureza desses 908 bilhões de rendimentos isentos de tributação, cerca de 280 bilhões correspondem a lucros e dividendos, e aproximadamente 105,6 bilhões estão na categoria de transferências patrimoniais – heranças e doações.

Especialmente em função da baixa arrecadação nas faixas superiores de rendimentos, o Brasil é um dos países com menor participação relativa da tributação sobre a renda na arrecadação total (21%), ficando na 49ª posição de uma lista de 58 países, que inclui nações da OCDE e da América Latina e Caribe.

Dadas as distorções do IRPF, é possível ampliar o montante sem penalizar aqueles de menor renda e a classe média. Pelo contrário, basta combinar duas alterações: revogação das diversas modalidades de isenção das altas rendas e implantação de uma nova tabela progressiva para o IRPF, com ampliação da faixa de isenção e das alíquotas superiores.

Nesse sentido, o documento “A Reforma Tributária Necessária. Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira” propõe:

- Isenção àqueles que ganham até 4 salários mínimos;
- Mais de 4 até 7 SM, alíquota de 7,5%;
- Mais de 7 até 10 SM, alíquota de 15%;
- Mais de 10 até 15 SM, alíquota de 22,5%;
- Mais de 15 até 40 SM, alíquota de 27,5%;
- Mais de 40 até 60 SM, alíquota de 35%;
- Mais de 60 SM, alíquota de 40%.

Segundo o documento, as alterações da nova tabela do Imposto sobre a Renda elevariam a tributação de apenas 2,73% dos declarantes, aproximadamente 750 mil contribuintes que recebem mais de 40 salários mínimos mensais.

Além de beneficiar 38,55% dos declarantes que ganham até 4 salários mínimos e estariam isentos do IRPF, com essa proposta 48,70% dos contribuintes que ganham acima 4 SM a 15 SM seriam beneficiados com maior desoneração, sem alterar a situação dos 10,02% que ganham acima de 15 até 40 salários mínimos.

Em síntese, basta passar a tributar uma pequena minoria para diminuir a carga de impostos sobre aqueles de menor renda e a classe média.

SEM MELHORA NO PODER

AQUISITIVO NÃO HÁ CRESCIMENTO

29.11.19

Desde maio de 2016, quando assume o governo Michel Temer, é adotado como política econômica o programa do MDB intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, no qual se destaca a avaliação de que as despesas primárias (que não incluem juros) do governo federal vêm crescendo acima do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1991, quando eram de 10%, tendo chegado a 20% em 2015. Como consequência, não daria para continuar nessa trajetória, pois estourariam as contas públicas.

Nesse diagnóstico, as despesas sociais e da Previdência Social são as principais vilãs dessa escalada de gastos. Assim, o governo Temer aprova em dezembro de 2016 a reforma fiscal conhecida como PEC do teto de gastos, na qual as despesas primárias do governo federal passaram a ficar congeladas por 20 anos.

Ao aprovar essa reforma fiscal, o governo defendeu a tese de que isso iria animar os empresários, que sentiriam confiança no futuro fiscal do país e passariam a investir. O que ocorreu, no entanto, é que não houve nenhuma reação do setor empresarial.

Após esse fracasso, o governo Temer passou a mirar uma segunda reforma: a trabalhista, na qual procurava flexibilizar as regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, para permitir que as empresas pudessem contratar os trabalhadores sobre formas mais flexíveis, o que aumentaria o emprego. Novamente o governo volta a afirmar que isso levaria o país a um novo

ciclo de crescimento econômico animado pelas perspectivas de investimento por parte dos empresários. Novo fracasso, só que dessa vez com a precarização da força de trabalho.

Terminado o governo Temer, o governo Bolsonaro inicia apostando todas as fichas para a recuperação econômica na reforma da Previdência Social. Uma vez aprovada em novembro sem sinais claros de recuperação econômica, o governo soltou a versão de que a reforma previdenciária era necessária, mas não suficiente. E lá se foi a terceira reforma.

E toca este governo a propor mais reformas. Desta vez duas emoladas: a tributária e a administrativa, ambas de difícil aprovação, sendo que as propostas da reforma tributária em discussão não alteram a estrutura tributária altamente regressiva. Já a reforma administrativa mexe com os direitos dos servidores, portanto, de difícil aprovação.

Em comum, tanto o governo Temer quanto o governo Bolsonaro afirmam que o crescimento econômico só irá ocorrer após a aprovação das reformas.

Fato é que nenhuma dessas reformas pode afetar o crescimento econômico; ao contrário, ao retirar direitos atenta contra o poder aquisitivo da população, reduzindo a demanda e construindo barreiras ao crescimento. Nos últimos três anos (2017 a 2019) o crescimento está semiestagnado em 1%.

O que me parece um erro de política econômica é o fato de achar que com as reformas os empresários se animariam com o futuro do país e passariam a investir, e ao investir gerariam emprego e renda e o país passaria, então, a crescer.

Na realidade, as empresas se encontram desde 2014 com um elevado nível de capacidade ociosa e sem perspectivas de ampliação de suas atividades, pois a demanda se encontra

reprimida pelo elevado número de desempregados e pela precarização da mão de obra com a reforma trabalhista.

Vale destacar, como vimos fazendo nesta nossa Página, que na composição do PIB o maior peso para explicar o crescimento econômico está no consumo das famílias, cujo peso é de 65%; os restantes 35% se dividem em 20% para as despesas do governo (federal, estadual e municipal) e 15% para os investimentos. Portanto, qualquer política que não priorize o consumo das famílias está fadada a não dar resultados que tirem o país dessa paralisação.

PROPOSTA – Para retomar o crescimento em níveis ao redor de 4%, como ocorreu no período 2004/2010, há que melhorar o poder aquisitivo da população para permitir um maior consumo. O melhor instrumento para isso é a correção acima da inflação para o salário mínimo, que foi o adotado com sucesso durante os oito anos do governo Lula, quando o país cresceu uma média de 4% ao ano, mesmo atravessando a crise econômica e financeira de 2008.

Em complementação a isso é necessário ampliar programas de renda como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Abono Salarial e outros que fazem com que a população de baixa renda tenha mais condições de adquirir produtos e serviços por ter uma renda um pouco melhor.

Alinhadas ao fortalecimento do poder aquisitivo outras medidas se tornam necessárias. Entre elas, uma reforma tributária, que retire o peso de tributos em cima do consumo, que é exagerado aqui no Brasil; pouco mais da metade dos tributos recaem sobre o consumo, contra a média internacional, que é por volta de 30%. Isso encarece o preço dos produtos em cerca de 40 pontos: um produto que vale 100 sem impostos passa a ser adquirido no mercado por 140. Isso é uma verdadeira barreira ao consumo.

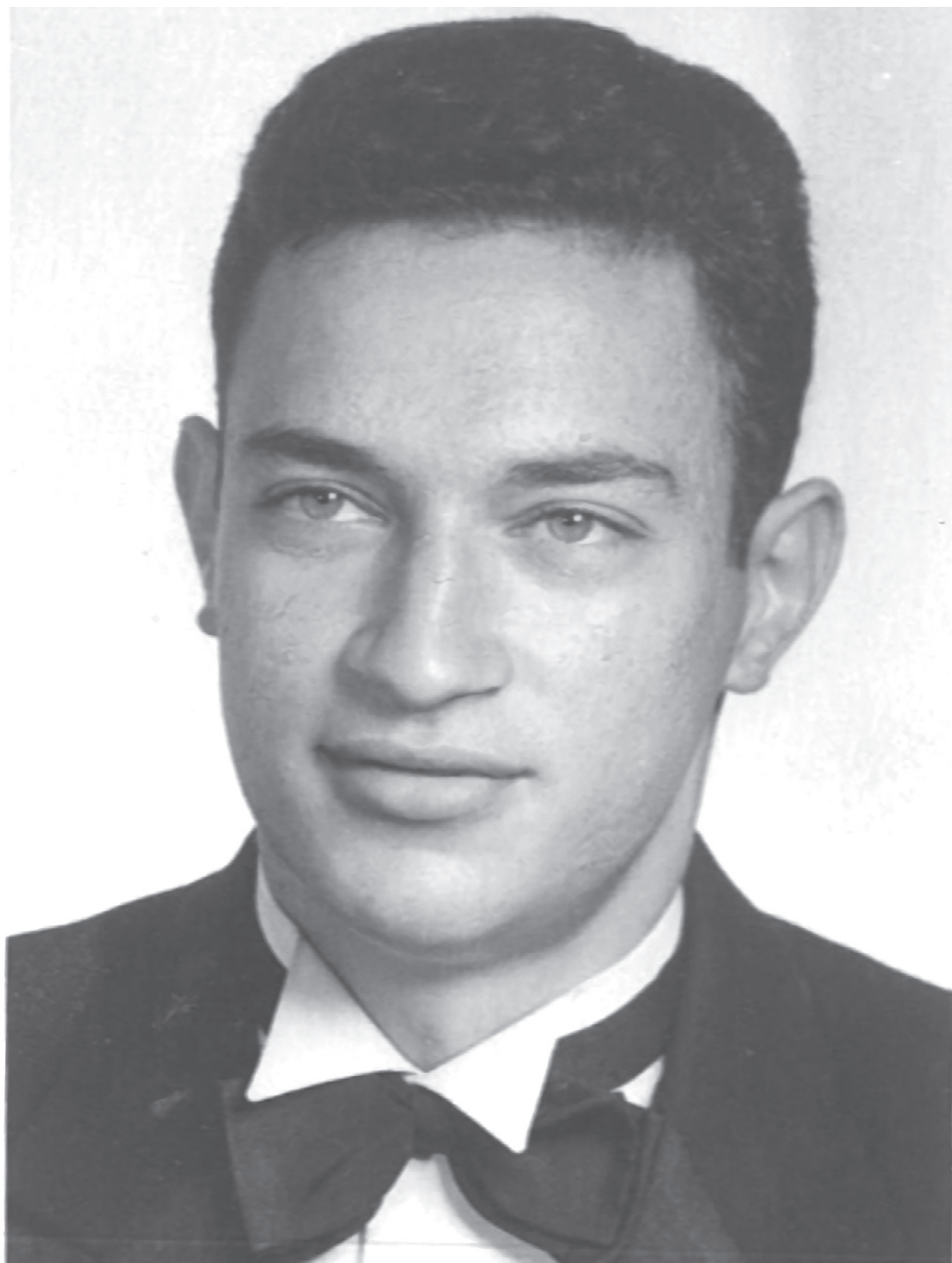
A principal e maior barreira ao consumo, no entanto, é o crediário nas modalidades populares do cheque especial e do cartão de crédito com taxas de juros superiores a 300% ao ano. Um produto que vale 100 à vista, se adquirido no crediário com essas taxas, pode sair por 400 (100 mais 300 de juros)!

Para romper com essas taxas basta o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal saírem do cartel dos bancos e rebaixarem suas taxas, no máximo, para 50% ao ano.

Nenhuma das medidas indicadas na proposta depende de aprovação no Congresso.

Se não forem atacadas todas as barreiras ao crescimento econômico, o Brasil vai continuar andando de lado. Felizmente, o País tem um potencial muito maior para ser aproveitado. Há que mudar o rumo da política econômica. Quanto antes melhor.

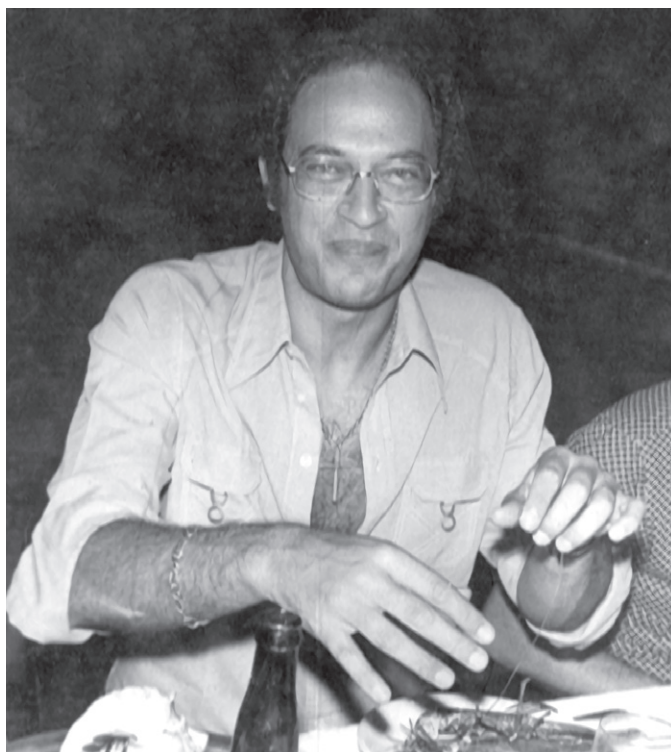
FOTOS DA LINHA DO TEMPO I



Amir Khair aos 18 anos de idade, 1958.



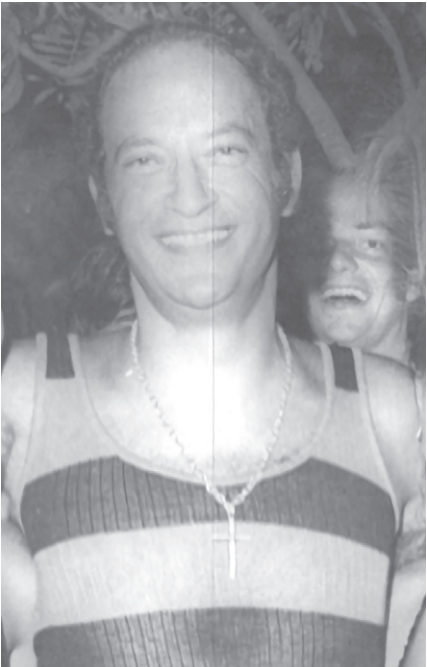
Amir com executivos do
Grupo Ultra, anos 70.



Amir Khair, fora do expediente,
anos 70.



Amir no Baile do Vermelho e Preto
do CR Flamengo, 1980.





Amir e família. Rio de Janeiro, 1989.



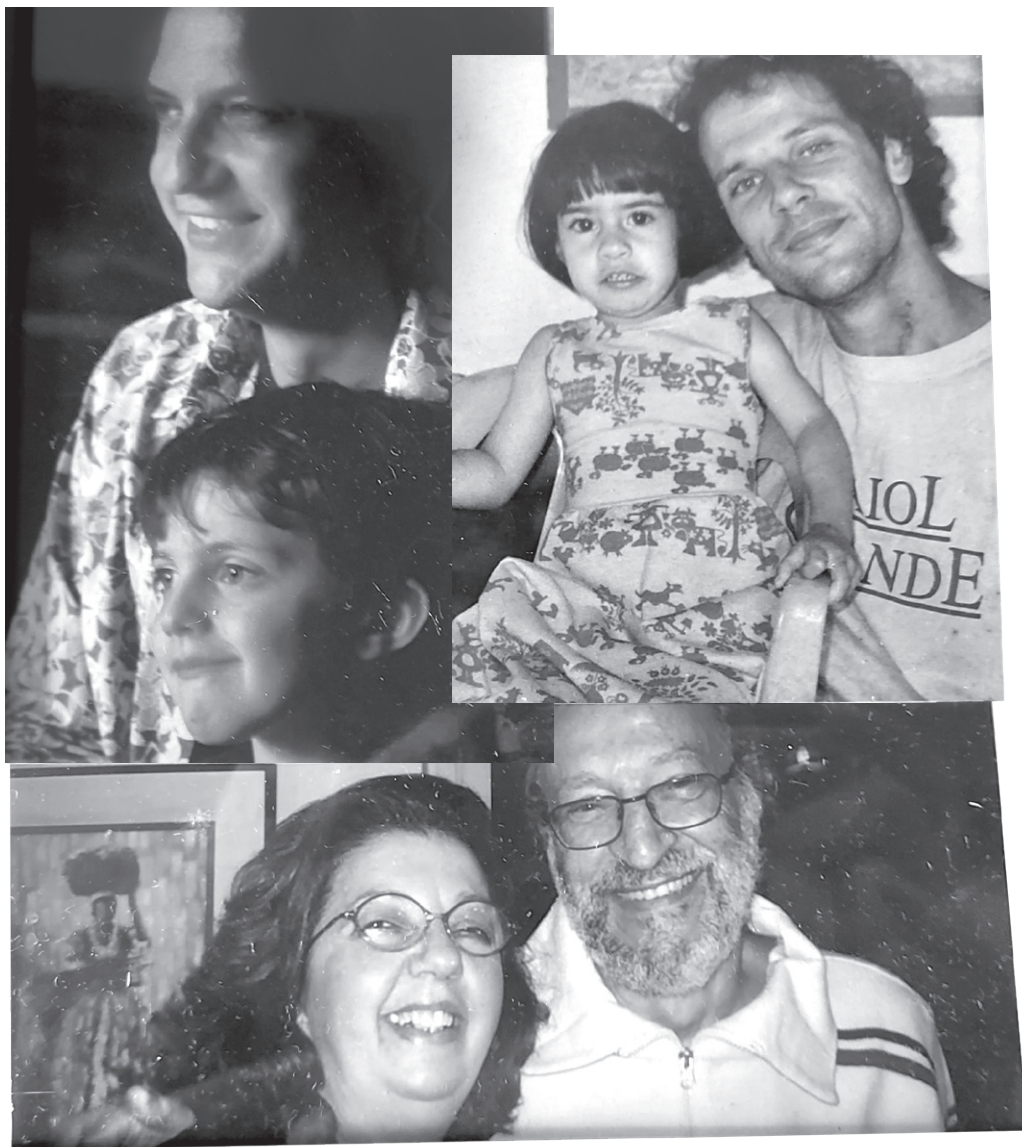
Da direita para a esquerda: Amir com Neiri, sua esposa; Waldir, seu cunhado; e Yvette, sua irmã.



Cerimônia de Posse da Gestão Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo.
Amir como Secretário de Finanças. Janeiro de 1989.



Amir com o Presidente Lula, Palácio de Planalto, 2003.



Fotos familiares. O filho Renato e o neto Tom (2013); a neta Augustine e o filho Sérgio (2004); Amir com Neiri, sua esposa (2010).



Amir e os netos
Augustine e Tom, 2012.



Amir e os filhos Sérgio (à esquerda)
e Renato (à direita), 2017.

DEMOCRACIA E ECONOMIA 02.12.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Ao procurar a palavra populismo no Google, a primeira definição que aparece é: “prática política em que se arroga a defesa dos interesses das classes de menor poder econômico, a fim de conquistar a simpatia e a aprovação popular”. A definição é bastante vaga e, na maioria das vezes, assim é usada. O significado variou, também, no tempo e nos países.

Como dito em artigos anteriores, o pensamento neoliberal tem como receituário, inclusive seguido pelo atual governo, o documento “Uma Ponte para o Futuro”. Lançado, em 2105 pelo PMDB com a chancela do PSDB, seus princípios nortearam o governo Temer, com o início das reformas – (a do teto de gastos e a trabalhista). No governo Bolsonaro, na gestão de Paulo Guedes, temos a continuidade do modelo, o reformismo, porém com um discurso mais radical.

O reformismo recai sobre os direitos estabelecidos na Constituição, a origem do problema fiscal, do qual decorrem todos os outros problemas da economia. Argumenta que um país de renda média como o Brasil incorporou direitos e obrigações para o Estado típicas de países desenvolvidos. Assim, “a Constituição não cabe no orçamento”, ao gerar despesas incompatíveis com o grau de desenvolvimento da economia brasileira. A elevação das despesas primárias (que não incluem juros) do governo em relação ao PIB são usadas como evidência.

Diferente do período da ditadura, a emergência da democracia abriu campo para uma série de demandas da população, antes reprimidas, como o acesso à saúde, à educação e a

melhores condições de vida. Demandas que se materializam no apoio aos governos e nas urnas, ainda mais em um País com grande parcela da população sem acesso aos serviços públicos, em condições de pobreza ou mesmo de pobreza extrema.

A redemocratização significou uma maior pressão e, por consequência, a elevação dos gastos sociais, a universalização do ensino, a criação do Sistema Único de Saúde, de fontes de financiamento para o Sistema Público de Trabalho (Intermediação, Qualificação e Seguro Desemprego) e, no decorrer do tempo, a estruturação de diversas políticas públicas sociais, inclusive o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Mas o documento “Uma Ponte para o Futuro” e os economistas que defendem seus princípios não entendem a péssima distribuição da renda como um dos problemas da economia brasileira. Assim como outros problemas, existe um automatismo a partir da resolução do problema fiscal via despesa. A partir deste ajuste ocorreria uma retomada da confiança dos empresários para realizar investimentos e a retomada do crescimento econômico e do emprego viriam em consequência.

Na ótica de economistas adeptos do reformismo, políticas sociais mais amplas e ousadas passaram a ser consideradas como populistas. Gastos sociais que priorizem as camadas mais pobres consideradas como sacrilégios frente a uma pretensa racionalidade econômica. Uma oposição entre a racionalidade econômica e a política.

Os gastos sociais em programas de transferência de renda à parcela mais vulnerável da população ou na prestação de bens e serviços ao conjunto da sociedade têm efeito multiplicador sobre o PIB e a renda das famílias. Possibilitam à população de baixa renda suprir suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, bens não duráveis, entre outros. Com isso criam

demanda a diversas cadeias produtivas e a diversos prestadores de serviço, dinamizando a economia.

O estudo do IPEA de 2011 intitulado "Gastos com a Política Social: Alavanca para o crescimento com distribuição de renda", ao cruzar dados econômicos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), chegou à conclusão de que os gastos em educação e saúde têm retorno superior ao de outras atividades. O multiplicador do PIB para a educação foi 1,85, enquanto o da saúde foi de 1,70.

No lado fiscal, a ampliação do consumo determina a ampliação das receitas públicas via impostos, ainda mais em uma estrutura tributária com forte presença de impostos indiretos (sobre bens e serviços), o que é fundamental para o equilíbrio das contas públicas.

O gasto social, além de atuar sobre a desigualdade de renda no objetivo de uma maior justiça social, impacta sobre um dos entraves ao crescimento sustentável da economia brasileira.

Enquanto economistas neoliberais amaldiçoam as políticas sociais e de transferência de renda e as colocam no saco da generalidade do populismo, que despreza as demandas da sociedade, o governo Bolsonaro investe em soluções contrárias à democracia, ao propor projeto de lei que estabelece excludente de ilicitude para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), visando reprimir futuras manifestações.

Em diversos países as políticas econômicas adotadas têm frustrado as expectativas de grande parcela de suas populações, expressas em protestos e na instabilidade política. Mas não será pela negação da democracia, em uma falsa oposição entre a economia e a política, ou pelo caminho autoritário que se encontrará o caminho.

A ECONOMIA VAI DECOLAR?

Com a colaboração de Paulo Gil Souza – 04.12.19

Nesta terça feira (3/11), o IBGE divulgou as informações do PIB do terceiro trimestre, que integram o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. O Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 0,6% no terceiro trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, e está no mesmo patamar do terceiro trimestre de 2012.

Foram responsáveis pela ampliação do PIB os setores da agropecuária (1,3%), serviços (0,4%) e indústria (0,8%). O crescimento na indústria é resultado da expansão de 12% no setor extrativo, dado o crescimento da extração de petróleo, e de 1,3% na construção civil. Por outro lado, ocorreu queda de 1% na indústria de transformação.

Mas ainda é cedo para alguma comemoração. Na taxa acumulada nos últimos quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior), o PIB avançou apenas 1%. O crescimento da indústria foi nulo, enquanto a de transformação apresentou queda de 0,5%. A construção civil teve ampliação de apenas 0,5% e o setor de serviços, de 1,1%. O setor da agropecuária teve a maior alta, com 2%.

No lado da demanda – despesas, o fator positivo foi a ampliação do consumo das famílias em 0,8%. Em relação à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCK) ocorreu uma ampliação de 2,0%. Já as despesas da administração pública tiveram uma queda de 0,4%.

Em relação à FBCK, o item máquinas e equipamentos apresentou uma variação trimestral de 2,5%, sendo queda de 4,7% do produto nacional e ampliação de importados de 42,5%, segundo

o Boletim de Conjuntura do IPEA. Essa ampliação foi devida à importação de plataformas de petróleo.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2019 foi de 16,3% do PIB, a mesma observada no mesmo período do ano anterior.

Além de ainda continuar a trajetória de baixo crescimento, os dados não indicam uma recuperação do investimento privado.

Responsável por 65% do PIB (demanda), a ampliação do consumo das famílias (0,8%), motivada principalmente pela liberação do FGTS e a primeira parcela do 13º impactou no crescimento no setor de serviços (0,4%), que é responsável por 74% da atividade econômica (oferta), principal determinante na ampliação do PIB.

A recuperação da economia depende da ampliação do consumo das famílias, o motor de arranque da atividade econômica. Medidas estruturais para restabelecer o poder de compra, principalmente das faixas de menor renda, poderiam alavancar a economia de forma mais intensa. Medidas como a valorização do salário mínimo, ampliação de programas de transferência de renda, redução das taxas de juros no crédito e dos impostos sobre o consumo poderiam fazer a economia decolar. Diferente de pequenos voos de galinha estimulados por medidas pontuais, que ocorrem só uma vez, como essa da liberação do FGTS.

RESPEITÁVEL PÚBLICO

09.12.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

No final da década de 90, os Titãs já diziam em uma de suas canções: “A gente não quer só comida / A gente quer comida, diversão e arte”.

Atravessamos uma crise econômica, expressa em 12,5 milhões de desempregados. Em uma visão mais ampliada de desemprego, que inclui subempregados e desalentados, já são quase 28 milhões, 38 milhões na informalidade, lembrando que metade das famílias brasileiras vivem com menos de 413 reais mensais.

Há uma desigualdade social e econômica que rompe o tecido social. A crise é política, social, ambiental e de perspectivas do futuro. E a canção dos Titãs se atualiza: “A gente não quer só comida / A gente quer saída para qualquer parte”.

O setor cultural ocupava, em 2018, mais de 5 milhões de pessoas, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, representando 5,7% do total de ocupados no País. Em 2017, o setor cultural movimentou 226 bilhões de reais, com 325,4 mil organizações atuando nas atividades consideradas culturais.

Os dados fazem parte do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2007-2018, estudo que, em sua 4ª edição, consolida informações de diferentes pesquisas do IBGE. As informações foram divulgadas no último dia 5.

O SIIC indica que a participação do gasto em cultura no total de gastos públicos consolidados das três esferas de governo caiu 0,07 pontos percentuais, passando de 0,28% em 2011 para 0,21% em 2018.

Equipamentos tradicionais como bibliotecas, museus, teatros,

rádios e cinemas cresceram em presença nos municípios até 2014, com decréscimo em 2018.

Em 2018, 32,2% da população morava em municípios sem museu, 30,9% sem teatro ou sala de espetáculo; 39,9% sem cinema e 14,8% sem provedor de internet.

Ao destacar o número de pessoas envolvidas nas atividades culturais e a dimensão financeira envolvida no setor, não se pretende reduzir a cultura a sua importância econômica.

Nem o baixo investimento do Estado em cultura é uma novidade. O que se inaugura a partir deste ano com o governo Bolsonaro vai muito além do descaso habitual: é o ataque à cultura e às artes, assim como a diferentes manifestações e expressões, no sentido de sufocar tudo aquilo que contesta, que faz pensar, que expõe sentimentos e visões de mundo de diferentes grupos sociais e de suas identidades culturais.

Identidade e diversidade cultural podem ser encaradas como faces de uma mesma moeda: é o convívio respeitoso de identidades culturais que permite que a diversidade seja experimentada como valor.

Mas as formas autoritárias de poder não respeitam as diferenças. Pautado no ódio, o governo Bolsonaro encara o diverso como inimigo na política, nos valores, nas dimensões do cotidiano e nas diferentes expressões culturais.

Neste dia 10 de dezembro comemora-se o Dia Internacional do Palhaço, o profissional do humor que tem na alegria sua ferramenta de trabalho. Uma profissão muito antiga que, assim como a alegria, já atravessou muitos tempos difíceis para um sorriso. É com esse humor, que nos faz rir de nós mesmos e com os outros nos faz sentir em coletivo, que se formam os laços de solidariedade para a superação destes tempos difíceis.

ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

16.12.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Segundo a Comissão Regional das Nações Unidas (CEPAL), o período de 2014 a 2020 será o de menor crescimento para as economias da América Latina e do Caribe nas últimas sete décadas.

Divulgado na última quinta-feira, o “Relatório Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2019” aponta para um crescimento médio da região de 0,1% em 2019 e de 1,3% para 2020. Em relação ao Brasil, crescimento de 1% em 2019 e de 1,7% para 2020.

O documento da CEPAL indica a desaceleração da demanda interna, a baixa demanda agregada externa e a fragilização dos mercados financeiros internacionais como os principais determinantes para o ambiente de estagnação econômica da região.

Segundo o relatório, o consumo público e o privado (consumo das famílias e investimento das empresas) têm apresentado queda constante no período. A queda do consumo público é determinada pela dinâmica dos ajustes fiscais implementados pelos governos da região, cujo objetivo tem se focado mais em manter as contas fiscais sob controle do que em promover o crescimento do PIB através da política fiscal. O gráfico do documento da CEPAL ilustra a queda do consumo público e privado no período.

A CEPAL aponta a queda do comércio mundial como reflexo das tensões entre Estados Unidos e China e, apesar dos altos e baixos, a tendência é não mudar de forma significativa. Entre janeiro e setembro de 2019 o volume do comércio mundial caiu

0,4% em relação ao mesmo período de 2018.

Até 2020 espera-se um crescimento no volume de comércio mundial de 2,7%, com considerável viés descendente caso se prolonguem as tensões comerciais. Já a dinâmica dos preços das commodities apresentou uma redução geral de 5,0% em 2019. A tendência de queda continuará em 2020, o que afeta os países da região, inclusive o Brasil.

Destaca-se a queda de 36% nas exportações brasileiras para a Argentina, principal destino de produtos manufaturados. Parte significativa dessa queda é determinada pela crise econômica do país vizinho, mas o governo brasileiro não ajuda ao virar as costas para o Mercosul.

O relatório da CEPAL conclui que o panorama macroeconômico dos últimos anos mostra uma tendência à desaceleração da atividade econômica, com uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, queda do investimento, queda do consumo per capita, menores exportações e uma sustentada deterioração da qualidade do emprego. O quadro de estagnação econômica agrava as desigualdades econômicas e sociais.

O Brasil não é uma exceção ao diagnóstico acima apresentado pela CEPAL para os países da região. As recomendações da CEPAL tampouco diferem das sugestões apresentadas nos artigos desta Página para o País romper a estagnação econômica, deixar de andar de lado e retomar o crescimento econômico com inclusão social.

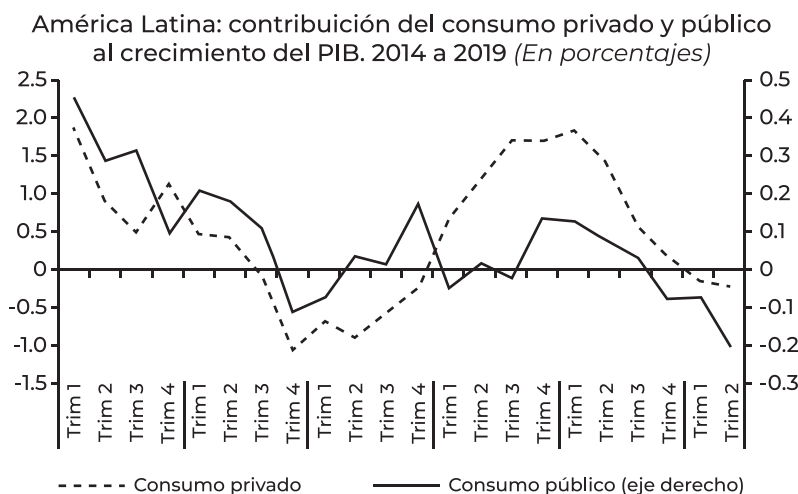
“Diante desse cenário, a região não suporta políticas de ajuste e requer políticas para estimular o crescimento e reduzir a desigualdade. As condições atuais precisam que a política fiscal se concentre em retomar o crescimento e em responder às crescentes demandas sociais”, afirmou Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da Comissão Econômica para a América Latina

e o Caribe, na apresentação do documento.

O relatório aponta para a necessidade do aperfeiçoamento da base tributária, com a melhora da progressividade dos sistemas tributários mediante o aumento dos impostos diretos e a redução da evasão fiscal, que representa em torno de 6,3% do PIB da região.

Cabe reforçar, em relação o Brasil, a necessidade de diminuir os tributos indiretos que recaem sobre o consumo e ampliar a tributação sobre renda e patrimônio. Sem aumento da carga tributária, é possível contribuir para diminuir as desigualdades sociais, pois os impostos indiretos recaem mais sobre aqueles de menor renda. Ao mesmo tempo, ampliar o poder de consumo das famílias, à medida que os produtos sejam barateados. O consumo das famílias representa 65% do PIB na ótica da demanda, principal fator da demanda agregada; é o motor de arranque da economia.

O relatório afirma que é fundamental reativar a atividade econômica por meio de um maior investimento público em políticas sociais, o que também foi evidenciado em artigos desta Página que defendem a necessidade da ampliação dos programas de transferência de renda e a importância das políticas sociais de Saúde, Educação e Assistência Social.



O ANO TERMINA... 23.12.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

O final do ano se aproxima com o desejo de feliz Natal do presidente Bolsonaro, "mesmo sem carne para algumas pessoas".

Eleito com menos da metade dos brasileiros que foram às urnas, Bolsonaro em janeiro tinha a expectativa otimista de 65% da população, segundo o Instituto Datafolha. A pesquisa também apontava que a maior preocupação dos brasileiros era a saúde, com 40% das referências, seguida por educação e segurança pública.

As previsões de mercado para 2019 expressas no Boletim Focu, indicavam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,57%, taxa Selic em 7%, IPCA em 4,02% e a taxa de câmbio de 3,80%.

O último parágrafo do editorial do jornal Folha de São Paulo, no primeiro dia do ano, sintetiza as preocupações de boa parte da grande mídia e do próprio mercado: "Conviria a Bolsonaro uma abertura maior para o diálogo social, sem o que terá dificuldade de implementar reformas difíceis e, mais ainda, de pacificar um país politicamente ainda muito tenso".

A prioridade das reformas é uma continuação da visão da política econômica hegemônica manifesta por economistas e analistas do mercado nos meios de comunicação e, de forma mais radical, uma proposta de continuidade do governo Bolsonaro em relação ao governo Temer. A ênfase na reforma da Previdência foi considerada, àquela altura, um divisor de águas entre a catástrofe de o País quebrar e a retomada do crescimento econômico a céu de brigadeiro, a partir da confiança dos investidores internos e externos.

O temor de que a instabilidade política prejudicasse as reformas era contrabalançado pela esperança de que o radicalismo do discurso (adversários políticos tratados como inimigos) e o uso da desgastada imagem do sistema político por parte população (apresentou-se como um candidato antipolítico, mesmo sendo um parlamentar por 28 anos), ficassem na campanha. Uma esperança de um Bolsonaro vestido nas roupas da liturgia do cargo e com a capacidade de diálogo que a posição de presidente da República exige.

O ano termina para o governo Bolsonaro avaliado como ótimo ou bom por 30% dos brasileiros, ruim ou péssimo por 36%, e regular por outros 32%, segundo a última pesquisa do Datafolha.

Dados da última pesquisa CNI/IBOPE, divulgados no último dia 20, apontam que o governo Bolsonaro é considerado ótimo ou bom por 29% dos entrevistados, ruim ou péssimo por 38%, e regular por 31% dos entrevistados.

Neste meio-tempo do decorrer do ano, Bolsonaro foi tudo menos um presidente disposto ao diálogo, e muito menos um presidente disposto a uma posição pacificadora, nem mesmo em relação aos seus correligionários de partido.

Mas graças a uma articulação no Congresso, com grande apoio nos meios de comunicação, e uma ajuda do governo na liberação de emendas parlamentares, a esperada reforma da Previdência foi aprovada. Sem o bode na sala da transição para um Sistema de Capitalização Individual e as extremas maldades nos cortes do BPC e com algumas alterações negociadas pela oposição, a aprovação da reforma da Previdência transferiu o papel de liderança do diálogo político para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Longe de ser uma reforma que resolva a questão de financiamento da Previdência no longo prazo, as perdas recaíram sobre os 82% dos beneficiários com ganhos até 2 salários mínimos. Com baixo impacto sobre o orçamento da União nos primeiros anos, a reforma não trouxe a proclamada volta dos investimentos.

O ano termina com um crescimento do PIB esperado para uma taxa de 1,12%, segundo o último Boletim Focus. Apesar do crescimento bem abaixo das previsões do início do ano e seguindo a pífia trajetória dos anos do governo Temer, termina com a taxa Selic no patamar de 4,5% e a consequente queda no montante de juros pagos pela União, estabilização na relação da dívida bruta/PIB, pequena reação do PIB no terceiro semestre, trajetória de crescimento do emprego formal nos últimos meses, operação em alta nas bolsas e uma melhora nas expectativas de alguns setores empresariais que despertaram avaliações otimistas do governo, compartilhadas por economistas e analistas do mercado financeiro. E, apesar da volatilidade do câmbio, observam-se quedas seguidas da indústria de transformação e preocupações nas contas externas.

Puxada pela ampliação de 0,8% no consumo das famílias, a reação do PIB foi determinada por medidas esporádicas, como a liberação do FGTS e uma pequena ampliação no crédito às famílias. Sem, ainda, configurar uma retomada dos investimentos. Em um ambiente político incerto, ainda é cedo para prognósticos mais precisos.

Com uma queda lenta nas taxas de desemprego e uma ampliação do mercado informal, o ano não mudou para melhor a vida de muitos dos brasileiros, principalmente aqueles de baixa renda. Segundo dados do IPEA, 51,8% dos brasileiros mais pobres não tiveram ou perderam rendimentos nos nove

primeiros meses do ano. Aqueles que ganham até R\$ 1.643,00 sofreram perda acumulada de 1,67%.

A deterioração da renda ou estabilização entre as faixas de menor renda se refletiu nas pesquisas de opinião. Foi entre aqueles com renda de até 2 salários mínimos que o presidente Bolsonaro sofreu suas piores quedas de popularidade.

O ano 2020 inicia com muitas incertezas e preocupações. Primeiro, para o próprio presidente Bolsonaro, após as últimas denúncias envolvendo seu filho, Flavio Bolsonaro, em esquema da denominada rachadinha.

Na economia, a incerteza acerca de uma real reação da atividade econômica e, principalmente, acerca do futuro daqueles que o presidente Bolsonaro lembrou em sua fala, mas que pouco são prioritários na política econômica de seu governo: os que não têm carne na mesa nem bem-estar em seus lares.

O ORÇAMENTO DE TODOS

30.12.19

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Na última sexta-feira (27/12), o presidente Jair Bolsonaro sancionou o PPA (Plano Plurianual da União) para o período de 2020 a 2023. O fato foi destaque nos meios de comunicação por conta do veto da Agenda 2030 no Plano Plurianual. Mais precisamente destacou-se o artigo que incluía “a persecução das metas de desenvolvimento sustentável” da ONU (Organização das Nações Unidas).

A Agenda 2030 foi acordada em 2015 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem perseguidas pelos países signatários do texto, dentre as quais figuram: erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia limpa e acessível, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo.

O governo justificou o veto com o argumento que as recomendações da ONU adquiririam grau de obrigatoriedade jurídica, o que viola preceitos de aplicação de atos internacionais estabelecidos pela Constituição Federal. Entretanto, o veto causa estranheza, já que diversos municípios fazem a correspondências entre os Objetivos dos seus PPAs com os ODS da ONU, assim como a atual PPA do Estado de São Paulo e o PPA – 2016/2019 da União. Inclusive, alguns municípios utilizam adaptações das metas recomendadas pela ONU.

Mas entre a formulação, envio por parte do executivo e tramitação no Legislativo pouco ou nada foi divulgado sobre o PPA.

O que é o PPA? Qual a sua importância? O que tem a ver com a vida de cada um dos cidadãos?

Em seu artigo 165, a Constituição de 1988 prevê três leis de iniciativa do Poder Executivo para regular o uso dos recursos públicos:

- Plano Plurianual (PPA) – Planejar
- Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Orientar
- Orçamentária Anual (LOA) – Executar

Esses instrumentos regem o ciclo orçamentário no Brasil e são estritamente relacionados entre si, formando um sistema integrado de planejamento e execução orçamentaria que deve ser adotado pelos entes da Federação (Municípios, Estados e União).

PPA – Define, para um período de quatro anos, as diretrizes e as grandes prioridades nacionais e regionais, com metas para cada área de atuação (saúde, educação, assistência social, transporte, segurança pública etc.) e estabelece os objetivos e metas da administração e as despesas decorrentes da implantação de programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento de médio prazo que precisa ser revisto anualmente, pois podem ocorrer eventualidades como catástrofes naturais, crises financeiras internacionais, entre outros acontecimentos que podem mudar as prioridades estabelecidas, de modo que o orçamento disponível também pode sofrer alterações. As receitas de todas as peças orçamentárias são projetadas a partir de parâmetros como crescimento do PIB, inflação, câmbio e salário mínimo, que podem se alterar no decorrer do tempo e assim impactar nas receitas disponíveis. O papel de ajustar anualmente o PPA cabe à LDO.

LDO – Deve estabelecer metas e prioridades para o próximo exercício administrativo e orientar a elaboração da Lei

Orçamentária Anual, a LOA. Na LDO estão um conjunto de regras a serem seguidas, o realinhamento de metas contidas no PPA, o reajuste do salário mínimo e as metas das contas públicas. A LDO faz a ligação entre o planejamento de médio prazo, expresso pelo PPA, e a prática da execução, representada pela LOA.

Lei Orçamentária Anual (LOA) – É o orçamento público propriamente dito. Define os recursos necessários para as ações e o projeto de lei orçamentária, que deve ser acompanhado de um demonstrativo com detalhes das receitas e despesas, a fim de justificar o cálculo e o destino dos recursos públicos.

Como acontece na esfera federal, a elaboração do PPA de quatro anos acontece no primeiro ano de mandato, o que também ocorre nas esferas estaduais e municipais. O objetivo dessa regra é garantir que, quando um governante assumir o poder, tenha o primeiro ano do seu mandato para propor seu planejamento de acordo com a sua plataforma eleitoral expressa em seu programa de governo. Assim, o PPA deve guardar coerência com aquelas prioridades que foram escolhidas pela população. Inclusive, em todas as esferas é obrigatória a organização de audiências públicas para a elaboração do PPA.

A Lei 131/09, a denominada Lei da Transparência Pública, modificou a redação do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal incluindo no inciso I a seguinte norma: incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

O artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, incluindo os meios eletrônicos de acesso público, dos planos, dos orçamentos e leis de diretrizes

orçamentárias, das prestações de contas e do respectivo parecer prévio.

Apesar de parecer uma sopa de letrinhas, os instrumentos de planejamento e execução orçamentária definem muito os gastos públicos: quanto mais distantes da população em sua elaboração e execução, menos democráticos são. Existem os mecanismos de participação, mas poucos governos, em diferentes esferas, buscam utilizar-se desses meios para estimular uma maior participação pública.

É necessária uma maior divulgação, por vários meios, sobre a elaboração e execução dos orçamentos públicos, a fim de promover maior participação e fiscalização dos recursos e garantir a soberania popular.

DESEJOS PARA ALÉM 2020

01.01.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Desejamos ao Brasil uma reforma tributária justa e sustentável, segundo os princípios da equidade, da progressividade e da capacidade contributiva, como estabelece a Constituição. Uma reforma tributária que, ao taxar mais a renda e o patrimônio e diminuir a incidência dos impostos sobre o consumo, possa conferir maior justiça tributária e ampliar o poder de compra da população, principalmente da classe média e daqueles de menor renda.

Desejamos ao Brasil uma política de valorização do salário mínimo, pois o salário mínimo é instrumento de proteção às categorias mais vulneráveis do mercado de trabalho. O salário mínimo, além de proteger o poder de compra da base da pirâmide salarial, balizar os salários de ingresso no mercado de trabalho e servir de piso para os benefícios salariais, organiza a escala de remunerações. A política de valorização do salário mínimo é determinante na ampliação da renda do trabalho, o que vem ampliar o consumo das famílias, que corresponde a 65% do PIB na ótica da demanda.

Desejamos ao Brasil a ampliação de programas de transferência de renda às populações de baixa renda, integrado a um sistema de seguridade social e às políticas de habitação, geração de trabalho e renda, e ao desenvolvimento das comunidades locais.

Desejamos ao Brasil o caminho da consolidação de um sistema de seguridade social, com a articulação do tripé da assistência social, saúde e previdência social que permita uma vida digna a toda a população.

Desejamos ao Brasil a superação dos juros abusivos cobrados às famílias por um sistema bancário no qual as cinco maiores entidades

financeiras concentram mais que 80% do mercado de crédito.

Desejamos ao Brasil uma política educacional consequente e não discursiva, voltada ao aperfeiçoamento e ampliação dos programas e instrumentos para melhoria do ensino básico, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O fundo abrange o financiamento de toda a educação básica, da creche ao ensino médio; é a principal fonte para o pagamento dos professores da rede pública em todo o país e ainda pode ser usado para a manutenção de escolas, aquisição de material didático e capacitação dos docentes, entre outras despesas essenciais. Desejamos ampliação da participação da União na complementação do Fundo, por exemplo, de 20%, acompanhado de aperfeiçoamento da gestão como medida concreta para a melhoria do ensino no Brasil.

Desejamos ao Brasil que a responsabilidade fiscal não seja mais confundida com a austeridade fiscal, apenas focada no corte das despesas públicas que recaem sobre os investimentos sociais e nas áreas de educação e saúde. É necessária uma gestão de recursos públicos de forma transparente, na qual os gastos e investimentos públicos estejam alinhados com a busca da cidadania e o enfrentamento aos entraves do desenvolvimento econômico. Com o investimento público direcionado às áreas de saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana, tecnologia, meio ambiente e cultura.

Desejamos ao Brasil a retomada do crescimento econômico baseado em um projeto de país voltado a enfrentar a profunda desigualdade econômica, a pobreza e a miséria, a desindustrialização com perda da sofisticação econômica, com prioridade à preservação ambiental e à inclusão socioeconômica de toda população.

SIGAMOS JUNTOS!

SINDICALIZAÇÃO

06.01.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Estudo do IBGE com Dados da PNAD Contínua aponta que a taxa de sindicalização caiu para 12,5% em 2018 e atinge menor nível em sete anos. Em 2012 a taxa de sindicalização estava em 16,1%.

O estudo mostrou que a ampliação de 1,4% da população ocupada não foi acompanhada do crescimento no número de sindicalizados. Pelo contrário, ocorreu uma redução de 11,9% dos sindicalizados de 2017 para 2018.

Estudo recente da OCDE “Negotiating Our Way Up”, divulgado em novembro de ano passado, apontou a redução da taxa média de sindicalização entre os países da OCDE de 33% em 1975 para 16% em 2018.

Em 2018, a taxa de sindicalização entre os países da OCDE varia entre 4,7% na Estônia e 91% na Islândia.

Outro dado importante que varia entre os países é a confiança. 40% das pessoas com 15 ou mais anos mais declaram que confiam nos sindicatos dos países da OCDE. Particularmente na Finlândia e na Dinamarca essa confiança é de 65%, enquanto que nos Estados Unidos, Eslovênia e México é de 25%.

O relatório aponta que os determinantes para o declínio das taxas de sindicalização são múltiplos, e depende de cada país a sua intensidade. Globalização, mudanças demográficas na força de trabalho, desindustrialização e tamanho cada vez menor na manufatura, queda de empregos no setor público, disseminação de formas flexíveis de contratos e mudanças institucionais estão entre as hipóteses mais comuns, além de um maior individualismo.

Em relação à crescente prevalência de formas não padronizadas de emprego, como contratos de meio período e contratos a prazo, o estudo da OCDE aponta uma taxa de sindicalização mais baixa em comparação com a dos trabalhadores-padrão. Também, a maior rotatividade de empregos e o menor tempo médio de ocupação resultam no apego limitado dos trabalhadores a locais de trabalho e podem reduzir seus incentivos para ingressar em sindicatos.

Mudanças institucionais que descentralizam as negociações coletivas para o nível da empresa contribuem para a queda na sindicalização, privatizações de fundos que anteriormente eram administrados por sindicatos e mudanças que dificultam o recrutamento de trabalhadores.

No Brasil, mesmo que de forma e intensidade diferentes, as hipóteses para as quedas nas taxas de sindicalização apontadas no estudo da OCDE estão presentes no mercado do trabalho.

O setor de transporte, armazenagem e correio teve a maior perda, indo de 17,5% em 2017 para 13,5% em 2018. Outra atividade que apresentou queda de sindicalização foi o de alojamento e alimentação, de 6,8% para 5,7% em um ano.

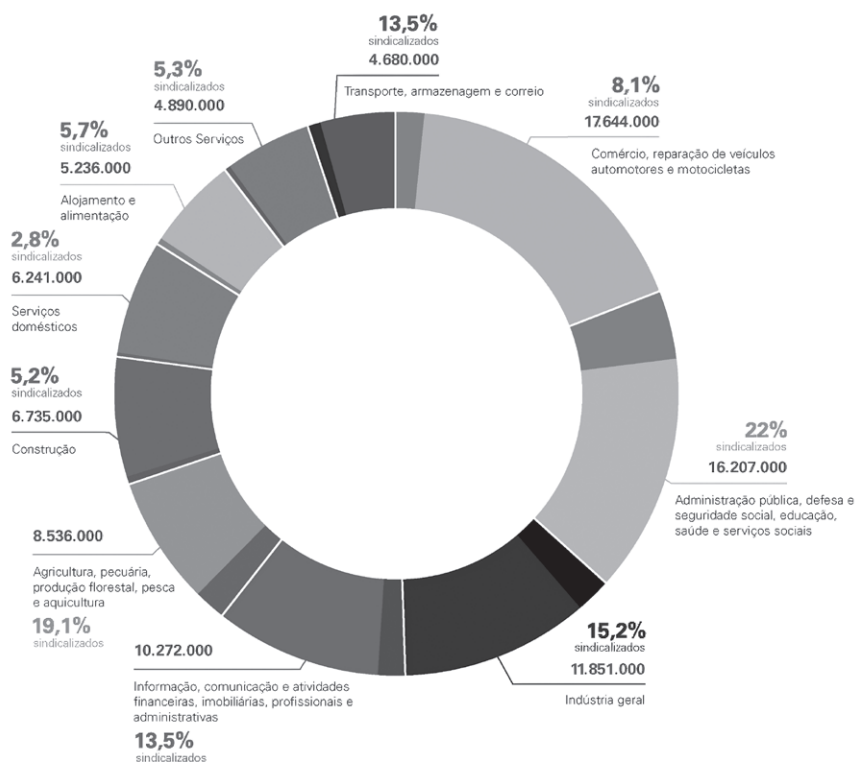
As duas atividades estão relacionadas ao maior uso de trabalhadores ligados aos aplicativos, como a ampliação de ambulantes e contas próprias, em especial no setor de alimentação. Assim, a precarização do trabalho está relacionada à queda nas taxas de sindicalização de forma emblemática nesses dois setores.

Na indústria, além da perda de participação econômica nos últimos anos, ocorreu uma queda de 17,1% para 15,2% em um ano. A indústria, após o setor público, é o setor de atividade com as maiores taxas de sindicalização.

Em uma economia com alta incidência do trabalho informal, a queda acentuada das taxas de sindicalização contribui para um menor poder de negociação dos trabalhadores e a piora nas condições laborais no setor formal. Um número crescente de trabalhadores não cobertos por convenções coletivas de trabalho.

Percentual de sindicalização - 2018

Em relação ao total de ocupados por atividade



Fonte: PNAD Contínua - Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2012 - 2018

RETOMAR OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO

08.01.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Entre as décadas de 30 e 80, a economia brasileira cresceu em média 7% ao ano. A redução do PIB em 4,1% de 1981 em relação a 1980 marcou o final deste ciclo de crescimento. Durante o período, o País deixou de ser uma economia agrária exportadora de primários e se transformou em uma nação de predomínio urbano dotado de uma economia complexa.

A expressiva ampliação da riqueza nacional e a profunda transformação da economia brasileira do período não se traduziu na diminuição das desigualdades sociais, econômicas e regionais. O Brasil tampouco consolidou um sistema de seguridade social; além disso, manteve as marcas da exclusão com as altas taxas de analfabetismo e pobreza.

A partir da década de 80, a inflação apresentou tendência exponencial de crescimento, só revertida com o Plano Real, em 1995. A taxa média de inflação anual foi de 40% nas décadas de 60 e 70 para o patamar de 330% nos anos 80 e 764% de 1990 a 1995, caindo para 8,6% de 1995 a 2000. Denominada como a década perdida, os anos 80 apresentaram uma taxa média de crescimento do PIB da ordem de apenas 1,4%.

No plano econômico, o Brasil mergulhava em uma profunda crise, com baixo crescimento imerso no processo inflacionário em descontrole. Por outro lado, na dimensão política, a segunda metade dos anos 80 significou a redemocratização do País.

A Constituição de 1988 foi resultado do pacto político estabelecido pós ditadura militar. Após um período de cerceamento de direitos individuais e demandas sociais reprimidas, a Carta Magna estabelecia como obrigação do Estado garantir o acesso universal à saúde, à educação e à Previdência Social.

A fim de garantir a prioridade nas áreas de educação e saúde, a Constituição estabeleceu os mínimos de gastos orçamentários nessas áreas. Mesmo em épocas de crise e restrição orçamentária, os recursos estariam garantidos.

Após o fracasso de sucessivos planos econômicos em conter o processo inflacionário, o Plano Real, lançado em fevereiro de 1994, por meio de uma âncora cambial que restabeleceu a confiança na moeda, obteve êxito no controle do processo inflacionário.

O Plano Real acabou por não ser apenas um plano econômico para estancar o processo inflacionário, mas estabeleceu a base da política econômica dos anos seguintes, o tripé econômico composto por austeridade fiscal para geração de superávits primários, câmbio flutuante e política monetária orientada pelas metas de inflação.

No período de 1995 a 2002, que inclui os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real, também por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, dotou-se a administração pública, em seus três níveis, de instrumentos de controle e planejamento, possibilitando uma maior transparência e controle do gasto público.

O sucesso não foi o mesmo em relação ao crescimento da economia, já que nesse período a economia cresceu a uma taxa média de apenas 2,1%.

A retomada do crescimento econômico apenas ocorre a partir de 2004. No período de 2003 a 2010 a economia cresceu à taxa

média de 4,06%, sendo que no primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006) a taxa média foi de 3,5% e no segundo mandato (2007 a 2010), da ordem de 4,5%.

Durante o período, o País não apenas cresceu em termos de Produto Interno Bruto, mas também alcançou resultados significativos na inclusão social e econômica, bem como na melhor distribuição do excedente econômico.

A redução das desigualdades sociais por meio de programas de transferência de renda determinou a retirada de 28 milhões de brasileiros da linha de extrema pobreza.

No mundo do trabalho, ocorreu o aumento do rendimento médio real da população ocupada em 19%, e a participação do trabalho formal no total dos ocupados saltou de 44,6% para 51,3%.

O último ano do período, 2010, encerra com um crescimento de 7,5% do PIB, a maior taxa em 24 anos. O ano também terminou com a taxa de desemprego de 5,3%, o menor resultado da série histórica, iniciada em 2002 pelo IBGE.

Ao contrário daquilo que é apregoado pelo repertório liberal, programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e do sistema de seguridade social brasileiro dinamizam o consumo e ampliam a demanda agregada, o que estimula o investimento privado e promove um ciclo virtuoso da economia.

No período, o consumo das famílias também foi impulsionado pela expansão acentuada do crédito à pessoa física, o qual saltou de 6,1% do PIB em 2002 para 14,9% do PIB em 2010. Ainda baixo para os padrões internacionais.

No Brasil, com um mercado de crédito altamente concentrado, a taxa básica da economia tem pouco ou nenhum efeito sobre as taxas bancárias praticadas pelo mercado de crédito às famílias. O problema das altas taxas de juros no crédito livre, com

os maiores spreads bancários do mundo, não foi solucionado no período, o que veio a limitar a política de expansão do crédito.

Adicionalmente, no período de 2004 a 2010 a política econômica não foi capaz de reverter o processo de desindustrialização por meio de uma política industrial consistente. Ao contrário, o populismo cambial na manutenção de uma valorização cambial acentuou o processo.

Mesmo que no período de crescimento econômico não se tenha conseguido superar o desafio de um real equilíbrio fiscal na conta nominal, expresso nos montantes de transferências em pagamentos de juros, e não se tenha logrado êxito de reverter o processo de desindustrialização, a fim de conferir uma maior sofisticação econômica com avanços maiores na produtividade e no padrão ocupacional, apenas o aumento da demanda e preços das commodities permitiram o acúmulo de aproximadamente 280 bilhões de dólares em reservas, o que não explica por si só o período.

O período de 2003 a 2010 demonstrou que é possível aliar o crescimento econômico ao combate às desigualdades econômicas e à pobreza, por meio de políticas sociais e de renda que, ao transferir recursos para base da pirâmide econômica, ampliam o consumo das famílias, que representa 2/3 do PIB na ótica da demanda, principal vetor do crescimento econômico.

Infelizmente, o caminho seguido pela política econômica dos últimos anos não persegue o enfrentamento dos entraves não superados no período de crescimento e reverte o caminho de êxito na formação de um forte mercado interno.

Uma política econômica marcada pela crença na contração fiscal expansionista, na ideia de que um ajuste fiscal via corte significativo das despesas gera um aumento da confiança dos agentes econômicos e promove a retomada dos investimentos. E

defensora de que as políticas de cortes de direitos trabalhistas e a maior flexibilidade no mundo do trabalho podem ampliar as taxas de lucro das empresas, ao rebaixar o custo da força de trabalho.

Além de não enfrentar o principal entrave ao crescimento, que é a insuficiência de demanda, essa política econômica de corte liberal, radicalizada na gestão Paulo Guedes, ao cortar os investimentos sociais, restringir o acesso e diminuir os benefícios previdenciários daqueles de menor renda, mina a construção de um sistema de seguridade social que vem sendo construído desde da Constituição de 88. O que relega milhões de brasileiros à condição de pobreza e miséria.

Trata-se de um modelo de baixo crescimento, expresso nas taxas de crescimento em torno de 1%, em que o pouco do excedente gerado é apropriado pelos 10% de maior renda, ou seja, de uma política econômica que amplia as desigualdades econômicas e sociais.

Paralelamente à euforia com as altas seguidas nos índices de operação na bolsa de valores, a balança comercial fechou o ano 2019 com os bens primários de baixo valor agregado (matérias-primas e alimentos) totalizando 52,8% das exportações. Isso evidencia o núcleo dinâmico desse modelo econômico: uma praça financeira dinamizada com a expectativa de venda de ativos públicos, cercada por um fazendão do agronegócio e mineradoras. Um modelo que se completa por uma economia interna de serviços, de baixa dinâmica e trabalho precário, que tem no autônomo que pedala uma bicicleta alugada para realizar entregas a imagem emblemática. Um modelo predatório ao meio ambiente e ao mundo do trabalho, que, mesmo ao crescer, não inclui a maioria dos brasileiros.

Necessário retomar os trilhos do crescimento econômico com inclusão econômica e fortalecimento do mercado interno e da seguridade social. Retomar o caminho que seja percorrido por todos os brasileiros.

SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Com a colaboração de Paulo Gil Souza – 13.01.20

Segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário para sustentar uma família de quatro pessoas, em dezembro de 2019, era de R\$ 4.342,57. Desde 1994 o DIEESE divulga mensalmente estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo (SM) para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, o que inclui, conforme a Constituição: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene e transporte.

Apenas em alimentação, a cesta básica pesquisada pelo DIEESE estava no valor de R\$ 506,50 em São Paulo. A pesquisa, que abrange 17 capitais, apontou que apenas em uma, Aracaju, não ocorreu aumento em 2019. A maior alta foi em Vitória, com expressivos 23,64% de aumento. Na média, o trabalhador que ganha o SM oficial gasta aproximadamente 48% apenas em alimentação.

Com a revisão do valor R\$ 1.031,00 estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, aprovada pelo Congresso, o governo, por meio da Medida Provisória 916, de 31/12/2019 fixou o valor do SM em R\$ 1.039,00. Apenas o reajuste da inflação, sem aumento real.

Após dois anos de aumentos reais, em 2007 a política de valorização do SM passou a contar com regras confirmadas nas leis em 2011 e 2015 (Lei 13.152/2015), válidas até janeiro do ano passado. Continha critérios que estabeleciam os reajustes do SM a partir da correção da inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) verificada dois anos antes.

Sem a política de valorização, com o valor de 2004 apenas corrigido pela inflação (INPC) o salário mínimo seria hoje de apenas 575 reais!

Qual a importância da valorização do SM?

- Servir de proteção às categorias mais vulneráveis do mercado de trabalho, que constitui a base da força de trabalho.
- Combater a pobreza, pois eleva a renda dos trabalhadores e de suas famílias.
- Servir de referência para os baixos rendimentos do trabalho em geral, não apenas para os trabalhadores formais diretamente beneficiados.
- Propagar na organização a escala de remunerações.
- Reduzir as diferenças entre as regiões e dinamizar a economia.
- Como piso para os benefícios da Seguridade Social, beneficiar aqueles de maior vulnerabilidade, inclusive os que recebem benefícios sociais.
- Ao ampliar o poder de consumo, com ênfase naqueles de menor rendimento, ampliar a demanda agregada, estimulando a atividade econômica.

Segundo o DIEESE, 49 milhões de pessoas têm a remuneração referenciada pelo SM. Ao considerar o valor do reajuste para R\$ 1.039,00, o incremento de renda na economia será de aproximadamente R\$ 26 bilhões.

Ao considerar a tributação média sobre consumo de 53,9%, como carga incidente sobre aqueles de renda familiar até 2 SM, conforme Ipea - Comunicado da Presidência n.º 22, existe o retorno de 14 bilhões de reais, na forma de tributos, aos cofres públicos.

Ao contrário daqueles que consideram apenas a ampliação de despesas do Estado, principalmente previdenciárias, observe-se que a elevação do salário mínimo tem um retorno de

arrecadação ao poder público e que o incremento na renda favorece o consumo, fator importante para o crescimento econômico, pois o consumo das famílias representa cerca de 2/3 do Produto Interno Bruto.

Em relação ao poder público como empregador, no governo federal e estadual a participação de funcionários que ganham até um SM é inexpressiva. Nas prefeituras do Nordeste, com maior número de funcionários com ganhos até 1 SM, o aumento da folha de pagamentos com o reajuste do SM não supera 0,8%, em média.

As expressivas desigualdades de renda no Brasil são destaque na imprensa e preocupação de economistas, mesmo liberais. Mas, além de expressar a preocupação, é necessário apoiar medidas concretas como a valorização do SM, a mais importante política de renda, por seu impacto sobre parcela significativa da população de baixa renda. A política de SM e uma reforma tributária que confira progressividade ao sistema são pilares fundamentais no combate às profundas desigualdades econômicas e sociais do País, além de conduzir à rota sustentável do crescimento econômico.

Sobre a importância do SM se constata duas políticas econômicas opostas: a que procura restringir ao mínimo sua correção, adotada nos dois últimos governos (Temer e Bolsonaro) e a que defende correções acima da inflação, adotada no governo Lula.

DEPUTADOS MILIONÁRIOS E A REFORMA TRIBUTÁRIA

15.01.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

O que um deputado que tem 28 milhões de reais de patrimônio e recebeu uma restituição de 12 mil reais de imposto de renda pensa sobre a reforma tributária? Uma realidade bem longe da da maioria dos brasileiros.

Segundo os dados da PNAD – 2017/2018, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820).

Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam que o trabalhador que recebe mensalmente até dois salários mínimos (SM) tem uma carga tributária de 48% do seu rendimento, enquanto aqueles com remuneração superior a 30 SM deixam para os impostos somente 26% de sua renda.

Com um patrimônio de 28 milhões e uma renda de 33 mil reais (apenas o salário de deputado), o parlamentar faz parte do 1% da população brasileira (aproximadamente 1,4 milhões de adultos) que detém 28,3% dos rendimentos brutos totais do País. Segundo o Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris, o Brasil é o país democrático que mais concentra renda!

A maioria dos brasileiros que ganham até dois salários mínimos ou mesmo aqueles de renda média vão ao supermercado pagam de impostos o mesmo que o deputado, indiferente da

renda. Como empresário e acionista de empresas, o deputado tem parte de sua renda não tributada, pois lucro e dividendos são isentos de tributação.

No relatório "Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - Ano Calendário 2017", a Receita Federal distribui a base de declarantes do IR em 17 faixas de renda.

No topo da pirâmide de rendimentos estão 25 mil brasileiros com renda mensal acima de 300 salários mínimos, que pagam apenas 2% (!) de impostos sobre os seus rendimentos. Em termos absolutos, alguém com renda mensal de 400 mil reais contribui com apenas 8 mil reais ao Fisco.

A disparidade não ocorre apenas por conta do teto na tabela progressiva do Imposto de Renda (27,5%), bem inferior ao teto da maioria dos países: o fator determinante é que a incidência é sobre os rendimentos tributáveis. Nos mais ricos estão concentrados os rendimentos não tributáveis, as isenções fiscais. Na última faixa da pirâmide, os rendimentos isentos chegam a corresponder a 70% (!) do total de rendimentos.

O deputado com 28 milhões de patrimônio, Alexis Fonteyne, eleito pelo Novo de São Paulo em 2018, foi entrevistado em matéria do El País, do último dia 13, intitulada O que os deputados mais ricos do Brasil pensam sobre a desigualdade tributária. Sobre a tributação sobre lucros e patrimônio, afirmou: "Eu acho que eu deveria ter mais lucro na minha empresa, e aí sim ser tributado na distribuição de lucros e dividendos". Por outro lado, reconhece: "O sistema tributário que temos hoje é uma máquina de exclusão social".

Na sociedade, Fonteyne integra um grupo de apenas 1% que concentra boa parte da renda, mas no parlamento, Fonteyne está entre aqueles integrantes da Câmara que declararam nas

eleições de 2018 ter mais de um milhão de reais, quase metade dos parlamentares. No Senado esse patamar chega a 65%.

Como a maioria dos parlamentares, Fonteyne é a favor de uma reforma tributária para simplificação dos tributos, mas que não altere a composição, as alíquotas e as isenções sobre renda na estrutura tributária.

A carga tributária bruta é constituída por tributos diretos, que incidem sobre a renda e o patrimônio, e por tributos indiretos, que incidem sobre o consumo.

Diferente da maioria dos países, no Brasil a incidência de tributos sobre o consumo chega a quase 50% (49,7%), enquanto a média entre os países da OCDE é de 32,4%. Por outro lado, a incidência de tributos sobre o patrimônio é de apenas 4,4% e sobre a renda de 18,3%, uma somatória de 22,7% (4,4 mais 18,3). Em média, nos países da OCDE os impostos sobre renda e patrimônio somam 39,6%.

Diferente das duas propostas em trâmite no Congresso, defendemos uma reforma tributária que: a) tribute menos o consumo e tribute mais a renda e o patrimônio; b) amplie o teto da alíquota do imposto de renda ao mesmo tempo que amplie a faixa de isenção; e c) passe a tributar o lucro e dividendo.

Sem ampliação da carga tributária, é possível realizar uma reforma no sistema tributário, que ao taxar mais a renda e o patrimônio e menos o consumo, confira maior progressividade, de modo que quem ganhe mais pague mais e quem ganhe menos pague menos. Ao taxar menos aqueles de menor renda e a classe média, amplia-se o poder de consumo e reduzem-se as desigualdades e injustiças sociais, contribuindo para o crescimento econômico.

Nesse sentido, existe uma emenda substitutiva global à

PEC 45/2019 que vai além da simplificação de impostos. A proposta tem como base documento elaborado por um conjunto de especialistas: “A Reforma Tributária Necessária. Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira”. Longe de ampliar os impostos para a grande maioria da população, incluindo a classe média, a proposta apenas amplia a tributação sobre uma ínfima parcela da sociedade. Em relação ao imposto de renda, por exemplo, apenas aqueles que ganham acima de 40 mil reais mensais teriam aumento de tributação.

Uma real reforma tributária apenas é possível com a mobilização da sociedade, da ampla maioria que paga uma carga excessiva de impostos para uma ínfima parcela da sociedade, composta por milionários que pagam muito pouco. O mais irônico é justamente esse pequeno grupo de milionários ser o que mais reclama da alta carga de impostos.

UMA PAUTA URGENTE!

27.01.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

O Brasil começou a investir de forma tardia na universalização da educação. Enquanto outros países assim fizeram durante todo século 20, o Brasil apenas mobilizou recursos de forma significativa a partir da década de 90.

Em 1979, a taxa de analfabetismo de jovens e adultos era de 21% da população; 35% de crianças e adolescentes até 17 anos não tinham acesso à escola, e o investimento em educação era de apenas 2,88% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo os dados da PNAD Contínua – Educação, em 2018, após quatro décadas, a taxa de analfabetismo caiu para 6,8%. Em relação à frequência escolar, o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos) também avançaram, com taxas de 99,3% e 88,2%, respectivamente. Como, também, a elevação do investimento em educação para 6% do PIB.

Com a universalização tardia da educação, o País guarda um déficit em qualidade e equalização do ensino, com profundas desigualdades entre regiões e municípios. Frente a esse desafio, uma fonte permanente de recursos para formação de professores e infraestrutura dos equipamentos da educação é fundamental. Uma fonte de recursos com critérios de distribuição e monitoramento que compense as dificuldades dos estados e municípios mais pobres.

A partir desse propósito foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em 2006, pela Emenda Constitucional n.º 53, com o objetivo de ajudar a financiar a educação pública. Implementado em 2007, com duração de 14 anos,

o Fundeb substituiu outro fundo, dedicado somente à manutenção do ensino fundamental, o Fundef.

Em meio aos erros ortográficos do ministro da Educação em suas redes e os operacionais no último Enem, passa despercebido, pela falta de interesse do governo, que o Fundeb expira em 31 de dezembro deste ano.

Tornar permanente essa fonte de recursos depende do Congresso Nacional, que também analisa a possibilidade de aumentar a participação da União com mais investimento de verbas federais para manter o funcionamento de creches, educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos nos estados e municípios.

O fundo, que abrange o financiamento de toda a educação básica, da creche ao ensino médio, é a principal fonte para o pagamento dos professores da rede pública e ainda pode ser usado para a manutenção de escolas, aquisição de material didático e capacitação dos docentes, entre outras despesas essenciais.

Só em 2019, dos R\$ 248 bilhões aplicados nas escolas públicas, R\$ 156 bilhões (65% do total) saíram do Fundeb.

O Fundeb é formado por recursos oriundos dos impostos e das transferências obrigatórias aos estados, Distrito Federal e municípios. Além desses recursos, a União faz aporte complementar de 10%. O recurso da União é repassado quando o valor por aluno nos Estados não alcança o mínimo definido nacionalmente. Em cada estado, os recursos apurados são redistribuídos conforme o número de alunos das redes de ensino estaduais e municipais.

Em 2019 o valor mínimo previsto por aluno foi de R\$ 3.240. O estado do Maranhão foi um dos que não atingiram esse mínimo, por exemplo. Sem o fundo, o investimento para cada estudante maranhense seria de apenas R\$ 1,7 mil (R\$ 141 por mês).

Estudo do movimento Todos pela Educação (TPE) aponta que, pelo menos em 4.810 municípios, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do fundo chega a 80% do total.

Na real discussão dos problemas educacionais no Brasil, é essencial tornar o Fundeb permanente, com ampliação da participação da União na complementação do Fundo.

Nesse sentido, três propostas de emenda à Constituição em análise no Congresso (PECs 15/2015, 33/2019 e 65/2019) convergem a tornar o Fundeb permanente e não mais um mecanismo provisório.

As três PECs também determinam o aumento do montante de contribuição do governo federal. Das propostas em estudo no Congresso, duas elevam a cota federal para 30% e a outra, para 40%. Nas três propostas, a elevação ocorre de forma gradual. O ministro da Educação, sem se aprofundar no assunto, apenas diz que aceita um aumento da participação direta da União para 15%.

Com um ano legislativo curto por conta das eleições municipais, é imprescindível dar prioridade ao FUNDEB, para que a discussão se inicie o quanto antes, com a participação de professores, pais, alunos e sociedade de forma geral.

CHANCE PARA MUDAR DE VERDADE

03.02.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

O tema da profunda desigualdade econômica ganha espaço em matérias e editoriais de jornais, artigos de economistas de diferentes matrizes de pensamento e até por quem, na ausência do que acrescentar sobre o tema, a associa com a livre escolha de parceiros no casamento.

Em um País com profundas e explícitas desigualdades econômicas é essencial a relevância do tema, desde que não caia na vala comum da generalização, sem priorizar ações concretas de combate às desigualdades. Nesse sentido, é fundamental uma mudança na estrutura tributária do Brasil, que vai além da simplificação de tributos.

Poucos negam que a regressiva estrutura tributária do Brasil, ao concentrar os tributos no consumo, em que todos pagam a mesma alíquota indiferentemente da renda, tributa de forma desigual a renda, pois pouco tributa o patrimônio. Ou seja, quem menos ganha paga mais, e isso contribui para a perpetuação das desigualdades.

No Brasil, a incidência de impostos sobre o consumo chega a 50%, apenas 4,4% sobre o patrimônio e 21% sobre a renda. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, os impostos sobre consumo incidem em 17% e 18%, respectivamente. No mundo, segundo a OCDE, a média é de 33%.

Segundo estudo da Receita Federal divulgado em 2018, o Brasil tem a menor arrecadação de tributos sobre renda, lucro

e ganho de capital e a segunda maior sobre consumo, em comparação realizada com países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No debate sobre a reforma tributária apenas são divulgadas as duas propostas (Câmara e Senado), focadas na simplificação dos tributos, que pouco transformam a composição dos tributos em relação à sua incidência, que deveria passar a tributar mais a renda e o patrimônio e menos o consumo.

Mas existe outra proposta de reforma tributária que pouco é divulgada à população, principalmente aos mais interessados e prejudicados pela atual estrutura tributária, a maioria da população, aqueles de baixa renda e os de renda média. Encaminhada ao Congresso em outubro do ano passado por meio de emenda substitutiva global à PEC 45/19, a proposta de reforma tributária justa, solidária e sustentável, além de contemplar a simplificação e maior eficiência na tributação, busca aproximar a composição dos tributos à maioria dos países da OCDE, ao diminuir a tributação indireta e ampliar a arrecadação sobre renda e patrimônio, sem aumentar a carga tributária.

A proposta de iniciativa dos partidos de oposição (PT, PSOL, PCdoB, PDT, PSB e Rede) contempla a taxação de grandes fortunas, dos lucros e dividendos, a cobrança de imposto sobre grandes heranças, a taxação de bens de luxo, cria novas faixas no Imposto de Renda para uma pequena minoria e amplia a isenção para parcela significativa da população.

Diminuir a incidência sobre o consumo, além de baixar os preços, contribui para uma maior justiça fiscal. Dada a sua regressividade, amplia o poder de consumo, principalmente daqueles de menor renda, o que vem a estimular a demanda agregada e o crescimento econômico.

Em relação à tributação do patrimônio, a base de incidência será sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas ou o valor do patrimônio transmitido que exceder oito mil vezes o valor da faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física. No caso da faixa de isenção da proposta (4 SM), um valor superior a 32 milhões de reais.

Elaborada a partir de subsídios de um amplo diagnóstico da questão fiscal, a proposta demonstra que é possível dar maior progressividade ao sistema tributário sem ampliar a carga tributária ou ampliar os impostos sobre setores de renda média. O que é, também, evidente em relação à tributação sobre a renda.

Debater as profundas desigualdades econômicas do Brasil passa necessariamente por mudar os mecanismos que contribuem para sua ampliação, como o atual sistema tributário. Não faltam propostas concretas para não ficar apenas na generalidade do discurso.

A PROMESSA DE CAMPANHA E O LEÃO

25.02.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Caso você tenha um rendimento médio mensal entre R\$ 1.903,98 e R\$ 3.881,85 está entre os 10 milhões de brasileiros que seriam isentos de imposto de renda, caso a tabela do imposto de renda fosse atualizada com a inflação acumulada desde 1996. Aqueles que ganham até R\$ 4.770,00 também estariam isentos, se o presidente Bolsonaro cumprisse a sua promessa de campanha, o que não ocorreu, pois a faixa de isenção não vai ser corrigida nem pela inflação.

Os dados do Sindifisco Nacional indicam que a defasagem entre a inflação acumulada desde 1996 e a correção da tabela de imposto de renda é de 103,87%. A tabela de não é corrigida desde 2015.

Na ponta de baixo, ao não corrigir a tabela, amplia-se o número de contribuintes com menor renda. Na outra ponta, a estrutura atual das alíquotas, com a alíquota máxima (27,5%) sobre os rendimentos tributáveis, determina que a carga tributária efetiva seja progressiva até 40 salários mínimos. Depois desse patamar começa a ser regressiva. Hoje, por exemplo, quem ganha entre 10 e 15 salários mínimos tem uma alíquota efetiva de aproximadamente 8%, enquanto quem ganha mais de 300 mil, de pouco mais de 6% de seus rendimentos.

Destaca-se que tanto a média quanto a mediana das alíquotas máximas consolidadas nos países da OCDE estão acima de 40%.

A experiência brasileira de isentar a tributação de lucros e dividendos de pessoas físicas apenas encontra paralelo na Estônia.

Aqueles que ganham abaixo de R\$ 1.903,98 não pagam impostos? Ao comprar uma simples caixa de fósforo ou acender um interruptor de luz, o cidadão paga impostos. Ao adquirir qualquer produto ou serviço, todos, independentemente da renda ou patrimônio, pagam a mesma alíquota de impostos sobre o consumo. Como todos pagam o mesmo percentual sobre o valor do bem ou serviço, quanto maior a renda, menor é a contribuição tributária relativa. Diferente dos impostos sobre a renda e o patrimônio, os impostos sobre o consumo como o ICMS, PIS, COFINS e o IPI, por exemplo, são indiretos.

Diferente da maioria dos países, no Brasil a incidência de tributos sobre o consumo chega a quase 50% (49,7%), enquanto a média entre os países da OCDE é de 32,4%. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, os impostos sobre consumo incidem em 17% e 18%, respectivamente. Por outro lado, a incidência de tributos sobre o patrimônio é de apenas 4,4% e sobre a renda de 18,3%, uma somatória de 22,7%. Em média, nos países da OCDE os impostos sobre renda e patrimônio somam 39,6%.

No Congresso existe uma proposta de reforma tributária encaminhada pelos partidos de oposição que, diferente das duas propostas (uma na Câmara e outra no Senado) em destaque na imprensa, não se limita à simplificação nos tributos. Além da simplificação dos tributos, a proposta de “Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável” busca dar maior progressividade ao sistema ao mudar sua composição, diminuir os impostos sobre consumo e ampliar os impostos sobre a renda e o patrimônio.

Em relação ao Imposto de Renda de Pessoas Físicas, o fim das isenções tributárias e a ampliação das alíquotas superiores ampliaria o número de pessoas isentas e beneficiaria todos os contribuintes que ganham até 15 salários mínimos, que passariam a pagar menos impostos.

As alterações da nova tabela do Imposto sobre a Renda elevariam a tributação de apenas 2,73% dos declarantes, aproximadamente 750 mil contribuintes que recebem mais de 40 salários mínimos mensais.

Além de beneficiar 38,55% dos declarantes que ganham até 4 salários mínimos e estarão isentos do IRPF, com essa proposta 48,70% dos contribuintes que ganham de 4 SM a 15 SM seriam beneficiados com maior desoneração, sem alterar a situação dos 10,02% que ganham de 15 a 40 salários mínimos.

Diminuir os impostos sobre o consumo significa baixar os preços de produtos e serviços, ampliar o poder de compra da população, principalmente aquela de baixa renda. Ampliar o número de pessoas isentas do Imposto de Renda e diminuir a tributação sobre a classe média significa mais dinheiro na mão da população.

Uma real reforma tributária, ao contrário das reformas iniciadas pelo governo Temer e continuadas no governo Bolsonaro, beneficia a maioria da população, com impacto positivo na vida das pessoas. Diferente das reformas implementadas e das apresentadas pelo atual governo, uma real reforma tributária vai de encontro ao principal entrave do crescimento econômico, a debilidade da demanda agregada. Ampliar o poder de compra da população significa aumento no consumo das famílias, responsável por 65% do PIB na ótica da demanda.

MAIS UM PIBINHO

05.03.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Ao seguir em uma direção equivocada, há a possibilidade de se adaptar à paisagem do caminho ou mudar o rumo para triilhar outro. Como destacado em vários artigos na Página, existe alternativa à direção da política econômica adotada por este governo, em continuidade ao governo Temer: a de priorizar a ampliação do consumo das famílias via medidas que promovam o aumento de poder de compra da população, como forma de reativar o crescimento econômico.

A política econômica focada na austeridade fiscal e reformas liberais, com cortes de direitos e na renda da população, resultou no crescimento de 1,1% do PIB em 2019, divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE. O terceiro resultado pífio seguido demonstra o equívoco da escolha.

O crescimento da economia no primeiro ano do governo Bolsonaro foi menor que o alcançado nos dois anos do governo Temer. Em todas as recessões que o País já enfrentou, a contar do último ano de crescimento (1929, 1980, 1989), essa é a de mais lenta recuperação da atividade econômica. O PIB de 2019 está 3,2%, abaixo do último ano de crescimento em 2014 e a renda média do brasileiro encontra-se 7,3% abaixo da média de 2014.

O pouco do crescimento da economia foi puxado pela ampliação de 1,8% do consumo das famílias, graças a medidas esporádicas como a liberação do FGTS. Na ausência dessas medidas, como foi a liberação dos PIS no governo Temer, os resultados seriam ainda piores. Destaca-se que assim como o PIB, o aumento no consumo das famílias foi inferior ao de 2018 (2,1%).

Os cortes indiscriminados das despesas públicas, com o recuo de 0,4% do consumo do governo, atingiram aqueles de menor renda, dada a precarização dos serviços públicos e a menor transferência de renda via programas como o Bolsa Família e a Previdência Social.

Neste início do ano são mais de um milhão de famílias à espera de ingresso no Bolsa Família, uma fila acumulada no decorrer de 2019. Segundo dados do INSS disponibilizados a partir de um pedido do Tribunal de Contas da União, 1,3 milhões de pessoas estão no aguardo de recebimentos de benefícios represados há mais de 45 dias. Nesse contingente de pessoas, 35% são idosos ou pessoas com deficiência.

A estagnação da economia atinge de forma mais aguda aqueles de menor renda, tanto pelo aumento das desigualdades como pela deterioração dos serviços públicos. Na ausência de crescimento, persiste o quadro de quase 12 milhões de pessoas desempregadas, com 23 milhões de pessoas entre o desemprego e as subocupações, com ligeiras quedas. Uma economia com mais de 38 milhões de pessoas na informalidade.

Diferente do discurso adotado desde o governo Temer, o ajuste fiscal focado nas despesas públicas, aliado a reformas como a do teto dos gastos públicos, a trabalhista e a da Previdência não trouxeram a ampliação dos investimentos privados e a retomada da atividade econômica. A falsa dicotomia entre Estado e mercado apenas beneficiou uma pequena minoria ligada ao capital financeiro, em detrimento de parcela significativa da população prejudicada pela deterioração dos serviços e do enfraquecimento das políticas públicas. No âmbito do crescimento econômico, a crença em uma resposta autônoma do mercado não se mostrou verdadeira. É necessária

uma articulação entre o público e o privado em um projeto de desenvolvimento para o País.

O mais urgente, que é a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda, apenas será possível por meio de medidas que ampliem o poder de compra da população e, conseqüentemente, o consumo das famílias. O caminho para a retomada do crescimento econômico passa pela política de valorização do salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda, a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e a queda dos juros ao consumidor por meio da ação dos bancos públicos. Sem medidas efetivas de estímulo ao consumo das famílias o ano de 2020 repetirá os três últimos anos.

RESPONSABILIDADE PÚBLICA

16.03.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Colocar a responsabilidade no Congresso e no STF foi a forma encontrada por Bolsonaro para explicar o fracasso do seu governo. Além disso, ao participar das manifestações do domingo, o presidente passou por cima das recomendações de infectologistas e do próprio Ministério da Saúde, colocando seus interesses políticos acima da saúde pública.

Na semana retrasada, frente a uma grave crise econômica e de saúde pública, Paulo Guedes apresentou a parlamentares uma agenda de reformas no mesmo sentido das já implementadas, focadas no ajuste das contas públicas via corte indiscriminado de despesas.

Paulo Guedes ignorou a necessidade de medidas efetivas e urgentes de reforçar o Sistema Único de Saúde, bem como as ações necessárias para ao menos mitigar os efeitos da crise econômica e da pandemia para milhões de pessoas e empresas que serão seriamente afetadas. O ministro colocou os interesses do mercado acima dos interesses públicos. Não cabe ao ministro da Economia dizer a quantia necessária ao Sistema de Saúde para enfrentar a epidemia da Covid-19. Afinal, ele não é da área de saúde para ter alguma fundamentação ao dizer que o repasse de 5 bilhões de reais é suficiente. O montante de recursos é o que for demandado pela área da saúde frente a uma grande crise humanitária.

Em um primeiro momento, o ministro buscou usar a crise para pressionar o Congresso para a rápida aprovação da reforma administrativa e, em caso de não aprovação, ter uma justificativa

para o fracasso da política econômica. Uma agenda econômica de austeridade fiscal focada no corte linear das despesas públicas, sem levar em conta os três pilares de uma real sustentabilidade fiscal a longo prazo: a receita Pública, as despesas financeiras e a qualidade das despesas.

Pressionado pela realidade, com muito atraso, o ministro da Economia resolveu começar a fazer um pacote emergencial para enfrentar os efeitos da epidemia da Covid-19. As propostas já divulgadas, como a antecipação de metade do 13º aos aposentados e pensionistas do INSS e o uso dos bancos públicos para liberação de crédito ao capital de giro das empresas e às famílias são bem-vindas e estão no caminho correto. Mas a dimensão das medidas e o seu efeito para garantir o bem-estar da população, principalmente aquela mais vulnerável, tanto em relação à Covid-19 como aos efeitos econômicos, dependerá do grau de sensibilidade que a situação exige, que passa longe da ortodoxia liberal.

"Preocupar-se com as finanças públicas num momento desses é ao mesmo tempo perverso e contraproducente: gastar muito pouco é uma ameaça maior à prosperidade do que gastar muito." A citação não é de nenhum economista dito heterodoxo, é do editorial do Financial Times.

Preocupar-se com a situação de 38 milhões de pessoas que estão na informalidade e com o risco do agravamento do desemprego não é negar a necessidade das medidas de contenção da propagação da epidemia da Covid-19: são essas medidas que podem nesta fase frear um imenso fluxo de pessoas necessitando de internação hospitalar ao mesmo tempo durante o pico da epidemia, o que leva ao colapso os sistemas público e privado, como ocorreu em outros países. Não se trata de uma histeria,

como disse Bolsonaro em entrevista à CNN no domingo à noite, novamente em desacordo com o Ministério da Saúde de seu próprio governo.

Não se trata de torcida de qualquer lado, mas da cobrança da responsabilidade pública que o momento exige. Ao presidente da República cabe informar à população os protocolos corretos recomendados pela área de saúde pública no esforço coordenado de várias entidades, como a Organização Mundial de Saúde, associações médicas, infectologistas e o próprio Ministério da Saúde. À autoridade máxima da República cabe coordenar os esforços dos entes federativos, estados e municípios e o apoio àquilo que for necessário. Cabe ainda ao presidente cobrar de sua área econômica as medidas emergenciais necessárias.

Em face dos efeitos da epidemia da Covid-19 sobre a economia, cabe ao ministro da Economia articular junto ao Congresso as medidas urgentes para preservar a atividade econômica e o bem-estar da população, principalmente a parcela mais vulnerável, tais como:

- Garantir os recursos necessários ao SUS.
- Zerar a fila dos inscritos e aptos ao recebimento do Bolsa Família e atualizar os benefícios, coordenadamente com o setor da saúde na identificação de famílias vulneráveis que necessitem do programa.
- Atender de forma imediata 2 milhões de pessoas que estão na fila do INSS à espera de benefícios.
- Usar os bancos públicos para ampliação de crédito às empresas e famílias.
- Programa de Renda Mínima Emergencial – Existem mais de 38 milhões de pessoas em atividades informais. Boa parte delas, além de não contar com qualquer garantia

trabalhista, estão longe do sistema de proteção social (Programas de Transferência de Renda, BPC, aposentadoria ou programas específicos de estados e municípios). A identificação dos beneficiários pode ser realizada em conjunto pelo Sistema Público de Emprego, o Sistema Único da Assistência Social e o SUS por meio das equipes de Saúde na Família.

EMISSÃO DE MOEDA JÁ!

03.04.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Nunca foi tão necessário dizer o óbvio: “Não tem outra forma de sairmos dessa, temos que fazer um trabalho coletivo, e as empresas não devem demitir neste momento, e o governo tem que injetar dinheiro neste momento”, disse Luiza Trajano. A presidente do conselho de administração do Magazine Luiza também frisou: “Se abrir, não vai ter cliente...”

O dinheiro precisa chegar, e rápido, a todos os brasileiros, à saúde pública e a todos os setores da economia, principalmente aos de menor renda.

A pandemia da Covid-19 afetou e desarticulou a economia global, e não foi diferente no Brasil. A crise econômica desarticula e afeta tanto a oferta como a demanda. Desarticula toda a cadeia de pagamentos da economia. O gasto de uma empresa é a renda de outras empresas e indivíduos, e assim sucessivamente, lembrando que as empresas dependem dos gastos das famílias.

Neste momento, cabe ao Estado o papel de coordenar e de prover renda aos agentes econômicos, para que a cadeia de pagamentos não se rompa e a queda acentuada da demanda não provoque uma depressão econômica.

Os países ao redor do mundo estão mobilizando recursos na ordem de 10% ou mais do PIB, o que significa aproximadamente 720 bilhões de reais no Brasil. Gastos necessários para:

- Recursos adicionais ao Sistema de Saúde – SUS, o quanto for necessário.
- Prover renda a trabalhadores do setor informal,

desempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade – aproximadamente 100 milhões de pessoas.

- Apoiar as empresas com disponibilidade de crédito subsidiado para capital de giro.
- Subsidiar as empresas no pagamento de suas folhas salariais.
- Garantir a produção, escoamento e comercialização de bens essenciais.

Diferente do que ocorre ao redor do mundo, o governo brasileiro protela medidas e as que anuncia são de pouca eficiência em face da gravidade. Em dinheiro novo, injetam menos que 3% do PIB. Além disso, demora em publicar e operacionalizar a renda emergencial criada no Congresso, de apoio de 600 reais a informais, microempresários individuais e pessoas em vulnerabilidade.

A medida de apoio ao pagamento de salários, que permite o corte de salários de até 70% pelas empresas, pode abrir caminho para agravar a fraca demanda existente. Não é hora de cortar renda de ninguém, mas de forte apoio às empresas que se comprometerem a manter os empregos de seus funcionários.

Na França, o governo indeniza empresas em até 70% do salário bruto. Na Inglaterra paga 80% do salário até £ 2500 (R\$ 14 mil); outros países vão na mesma direção. O governo inglês também vai arcar com os custos do afastamento dos trabalhadores por até 14 dias, no caso de empresas com até 250 funcionários, o que representa até 2 bilhões de libras (R\$ 12,03 bilhões) a dois milhões de empresas, para cobrir custos de licenças em larga escala por causa de doença.

O governo ainda se apegua às limitações orçamentárias. As limitações frente à arrecadação serão cada vez maiores devido à retração do consumo e do lucro das empresas. Restariam as receitas

financeiras, mas como são geradas a partir da venda de títulos públicos ao mercado por parte da autoridade monetária, seu uso gera a ampliação da dívida pública, até mesmo na limitação dessa captação a curto prazo. Portanto, a saída é a emissão monetária!

É comum as pessoas logo imaginarem a Casa da Moeda a imprimir cédulas a todo vapor. O papel-moeda representa apenas 4% dos meios circulantes na economia. Portanto, o processo é quase todo digital. Na prática, o Banco Central, a autoridade monetária, pode comprar títulos públicos no mercado primário, direto do Tesouro, via emissão monetária. Nesse caso, o Banco Central financia o governo. Numa primeira análise, podem surgir duas perguntas: qual o lastro para ampliar o dinheiro em circulação? não existem barreiras legais?

I – A moderna Moeda Fiduciária não tem qualquer lastro. Nenhum!

II – Diferentes das leis da física, em que a qualquer tempo uma maçã cai de uma árvore por conta da gravidade, as leis na economia mudam no tempo, segundo as relações sociais e econômicas de cada época. Quanto mais adequado o arcabouço legal, melhores as respostas para evitar crises ou lidar com crises como a atual.

III – A criação de moeda é endógena, ou seja, o Banco Central responde à demanda por moeda por parte dos agentes econômicos e calibra a liquidez do sistema, inclusive tirando de circulação, quando necessário, via instrumentos de política monetária.

IV – O limite para emissão monetária está na economia real. Quando a economia está em pleno emprego, com toda a capacidade produtiva de bens e serviços, a emissão pode causar inflação por conta da ampliação da demanda. Sem a oferta

conseguir acompanhá-la, a resultante é a inflação. De forma alguma é a realidade hoje; portanto, impossível causar inflação.

Os bancos centrais dos EUA, Europa e Japão ampliaram a liquidez dos seus sistemas financeiros durante a crise de 2008 por meio de compras de títulos públicos e privados no mercado. Fazem o mesmo hoje.

No momento, o Banco Central, em conjunto com o Congresso, formula a chamada PEC da Economia de Guerra, que, entre outras medidas, permite ao Banco Central comprar de forma ilimitada os títulos do Tesouro e de empresas no mercado secundário.

O objetivo é ampliar os instrumentos do Banco Central para conter o aumento de juros futuros. Nos juros de curto prazo o Banco Central já atua por meio da Taxa Selic. Trocando em miúdos, o Banco Central irá emitir moeda para ampliar a liquidez do mercado financeiro.

Segundo o jornalista Ribamar Oliveira, do Jornal Valor Econômico, chegou a circular no Congresso uma versão da PEC que previa retirar a limitação de compra direta de títulos do Tesouro pelo BC, no primário, em períodos específicos, como calamidade pública. Trocando em miúdos, criaria a possibilidade de o BC financiar o Tesouro, o que hoje é vedado pela Constituição. Na versão protocolada na Câmara não constou essa possibilidade, a mais eficaz e rápida de injetar recursos na economia real.

Fica, por ora, a questão fundamental: se o Banco Central pode realizar emissão monetária para prover de liquidez o sistema financeiro, por que não pode fazê-lo para financiar medidas que visam salvar pessoas e a atividade econômica de micro e pequenas empresas?

POR QUE PRORROGAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL?

28.05.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

A prorrogação do auxílio emergencial pelo menos até quando durarem os efeitos da pandemia, além de essencial para a sobrevivência das pessoas, é fundamental à sustentação da atividade econômica. Os recursos transferidos às famílias de baixa renda são gastos em sua totalidade no consumo, na compra de produtos essenciais vendidos no comércio e produzidos por setores de atividades essenciais. Em sua maioria, são gastos naquele pequeno comércio de bairro, o que vem inclusive a sustentar a dinâmica econômica em localidades de baixa renda.

Desde 2015 o debate econômico e a política econômica são pautados no ajuste fiscal, no equilíbrio das contas públicas via corte de despesas primárias. O discurso da austeridade fiscal, ao forçar apenas no quantitativo das despesas, nos cortes, encobriu o fundamental: a qualidade do gasto público.

Mas para onde vai o dinheiro que o governo gasta? O gasto público em suas diferentes formas vai para o setor privado; déficit público é superávit do setor privado. Até mesmo a dívida pública é um ativo do setor privado. Isso quer dizer que todo gasto público é sempre positivo e estimula a atividade econômica? Não, quer dizer que depende da qualidade do gasto, e para tanto é necessário ter critérios.

A eficiência do gasto público deve ser medida no seu retorno de benefícios à sociedade em saúde, educação, em todas esferas

que dependem diretamente do Estado.

Em suas dimensões de investimento e despesas, o gasto público deve ser medido por seu potencial de ampliação da atividade econômica, o seu multiplicador da renda.

Os gastos de transferência de renda, como o auxílio emergencial, além da função primordial de proteção social, têm impacto direto na expansão da demanda agregada e na preservação do fluxo de renda nesse momento de crise. Ao atingir de forma direta a parcela da população desprovida do mínimo de recursos financeiros para atender suas necessidades básicas, garante alguma renda para aquisição de bens e serviços essenciais. O gasto dessa renda vem garantir a receita no comércio, nos serviços e para diversos produtores de bens de consumo. É, portanto, essencial para a preservação do emprego e da renda das famílias.

A ampliação do consumo das famílias em condições normais da economia é fundamental para o crescimento econômico. Em um momento de profunda crise causada pela pandemia a sustentação da demanda agregada via transferências de renda, é fundamental para evitar uma retração maior da econômica, além de ser um diferencial para a pós-pandemia.

No lado fiscal, a ampliação do consumo determina a ampliação das receitas públicas via impostos, ainda mais em uma estrutura tributária com forte presença de impostos indiretos (sobre bens e serviços). Mesmo que o gasto líquido, a diferença entre o gasto público e a receita gerada, signifique ampliação no déficit primário corrente, a sobrevivência da atividade econômica das empresas possibilita a manutenção da oferta. Empresa falida não paga impostos.

A política econômica adotada desde o governo Temer e com maior ênfase no governo Bolsonaro, por meio de seu ministro da

Economia, de busca do equilíbrio fiscal via reformas que cortem as despesas públicas de forma indiscriminada tem se mostrado ineficiente. O resultado é o crescimento pífio, a resiliência nas altas taxas de desemprego, a ampliação da informalidade e da precariedade do trabalho.

Frustradas as expectativas de crescimento, ampliam-se os déficits primários (receitas – despesas), e a resposta é sempre na direção de cortes de despesas nas áreas sociais. Enquanto isso, os déficits nominais, que incluem os juros, evidenciam a magnitude do gasto financeiro na casa dos 400 bilhões anuais, que representa 80% do déficit nominal.

Pensar no futuro pós-pandemia começa na mudança das prioridades da econômica, no uso de seus instrumentos para a promoção do bem-estar geral da população, ofertando garantias fundamentais de renda, de acesso à saúde, à educação, à cultura e ao transporte, com menor desigualdade social e com respeito aos parâmetros da preservação ambiental.

COBRAR IMPOSTOS SOBRE OS LIVROS OU TRIBUTAR OS SUPER-RICOS?

20.06.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o livro é coisa de elite, o que foi acompanhado pelo economista Bernard Appy, idealizador de uma das propostas de reforma tributária que tramita no Congresso. Assim, segundo eles, o reflexo da tributação sobre os preços apenas afetaria os mais ricos.

Além de menosprezar a importância da democratização do acesso à cultura e à informação, a afirmação reflete o sentido das propostas de reforma tributária em evidência: a do governo e as duas que transitam na Câmara. Propostas apenas focadas na simplificação dos tributos sobre o consumo, que pouco ou nada alteram o sistema regressivo de cobrança de impostos. Um sistema tributário que penaliza os mais pobres e a classe média com uma alta carga de impostos embutidos nos preços de bens e produtos, enquanto uma parcela ínfima da população de super-ricos é pouco tributada de forma direta em suas altas rendas e grandes fortunas.

Os impostos indiretos são cobrados na esfera federal, como o IPI e as contribuições como o PIS/Confins, na estadual, como o ICMS e o IPVA, e na municipal, como o ISS, com diferentes alíquotas que incidem no preço final do bem ou serviços.

Embutidos nos valores finais, são cobrados da mesma forma de todos brasileiros, independentemente da renda ou do patrimônio do contribuinte.

Alguns bens ou serviços são isentos ou têm benefícios fiscais, como os livros, que têm isenção no pagamento das contribuições de PIS/Confis, e os helicópteros, jatinhos particulares, iates e lanchas, que são isentos do pagamento anual do IPVA.

Na mesma linha das duas propostas que tramitam no Congresso, a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) proposta pelo governo se apresenta como uma contribuição que unifica a cobrança do PIS/Pasep e da Cofins em uma única alíquota de 12% e elimina regimes diferenciados em nome da neutralidade na tributação. A proposta do governo não apenas equipara livros e lanchas em uma pretensa neutralidade fiscal, mas assim como as propostas que tramitam no Congresso, apenas focadas na simplificação dos impostos indiretos, não alteram a estrutura tributária na qual os impostos sobre o consumo representam metade da carga tributária. Em nada alteram a vida daqueles mais pobres e da classe média que, ao adquirir um bem ou serviço, pagam o mesmo valor em impostos que um milionário. Pelo contrário, a proposta apresentada pelo governo, além de dificultar o acesso de um bem de utilidade pública como o livro, pode encarecer os impostos cobrados nos serviços.

Uma real reforma tem que começar por mudar a situação em que uma pequena parcela da população é beneficiada pela não tributação de R\$ 327 bilhões em lucros e dividendos. Quanto mais rico é o cidadão, maior é o volume de rendimentos isentos.

Alterar as injustiças do sistema tributário significa alterar a atual grade de alíquotas com o teto de 27,5% e rendimentos isentos no imposto sobre pessoas físicas, o que faz com que a

carga efetiva apenas seja progressiva até a faixa de 40 salários mínimos. A partir desse patamar a porcentagem efetiva de tributação sobre a renda começa a decair. Quanto mais se ganha, menos imposto se paga.

Tornar o sistema tributário justo significa criar o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição Federal, que incidiria sobre apenas 59 mil pessoas e pode gerar R\$ 40 bilhões anuais. Conforme estudo coordenado pelo professor da Unicamp Eduardo Fagnani, elaborado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) em parceria com a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), o Instituto Justiça Fiscal, o Coletivo AFD (Auditores Fiscais pela Democracia) e diversos acadêmicos, hoje, quanto mais se tem, menos se paga de imposto.

Uma real reforma tributária será apenas aquela que passe a tributar a renda e o patrimônio de menos de 1% da população, os mais ricos, e diminua a carga de impostos que recai sobre a grande maioria, os mais pobres e a classe média.

POR UMA ECONOMIA DAS PESSOAS

28.06.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Em nota informativa divulgada nesta semana, o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) pede apoio imediato dos governos a trabalhadores, empresas, empregos e renda em risco.

António Guterres, secretário-geral da ONU, destaca: "O mundo do trabalho não pode, e não deve, seguir sendo o mesmo depois desta crise. Chegou a hora de coordenar a ação global, regional e nacional para gerar trabalho decente para todos como base de uma recuperação verde, inclusiva e resiliente".

A nota foi acompanhada do resumo de estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estima para o segundo trimestre deste ano a perda em horas trabalhadas ao equivalente a 305 milhões de empregos integrais em todo o mundo.

O documento, ainda, adverte que 38% da população economicamente ativa em todo o mundo, aproximadamente 1,25 bilhão de trabalhadores e trabalhadoras, estão empregados em setores sob alto risco, como as pequenas e médias empresas. O risco é ainda maior em países como o Brasil, em que essas empresas têm menor poder financeiro para atravessar a crise.

Dados da Receita Federal e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apontam que 54% dos empregos formais no País são criados a partir dos pequenos e médios empreendimentos.

Segundo o DataSebrae, em março deste ano o Brasil contava com 19.228.025 empresas. Desse montante, 17.293.316 (19,9%) eram de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas.

Infelizmente, são essas empresas que mais têm dificuldades de acesso ao crédito e aos programas de manutenção de emprego.

Recente pesquisa do Datafolha encomendada pelo sindicato do setor, Simp/SP, revelou que 88% das micro e pequenas indústrias estão sem acesso a crédito no momento para manter suas operações, enquanto 30% das empresas encaram o risco de falir ou entrar em recuperação judicial nos próximos 30 dias. Na amostra pesquisada, 70% diz que as medidas do governo não chegam à ponta.

Em uma economia estagnada (2017-2019) após dois anos de recessão (2015-2016), sem conseguir baixar de forma significativa as taxas de desemprego aberto, além da precariedade do trabalho expressa em aproximadamente $\frac{1}{4}$ da força de trabalho entre o desemprego, os bicos e o desalento, a pandemia vem, de forma drástica, agravar essa situação.

Segundo dados da PNAD – Covid-19 do IBGE, em maio, a soma da população fora da força de trabalho que gostaria de trabalhar, mas que não procurou trabalho, com a população desocupada chegou a 36,4 milhões (!) de pessoas.

A queda de rendimento médio do trabalho também foi observada pela pesquisa. Em maio, o rendimento efetivo dos trabalhadores foi de R\$ 1.899, que significou uma queda de 18,1% em relação ao rendimento habitual R\$ 2.320.

Em maio, 9,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estavam afastados sem sua remuneração, o equivalente a 11,5% da população ocupada.

Bem diferente do receituário de Paulo Guedes do “sempre menos” e reformas que precarizam ainda mais o mundo do trabalho, as respostas aos graves riscos de perda do emprego e de rendimentos estão no apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas, no apoio à manutenção do trabalho seguro, tanto na saúde como nos direitos, e nos programas de transferência de renda à população mais vulnerável e atingida pela crise, como a prorrogação do auxílio emergencial.

Assim como recomenda o estudo da OIT, a pandemia demonstrou quão necessários são os investimentos nos sistemas de saúde pública, além de evidenciar a necessidade de investimentos públicos orientados para a preservação ambiental e o bem-estar social.

CAPITÃO CORONA

16.07.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Em matéria publicada na semana passada (10/06) no site do Financial Times, com o título “Jair Bolsonaro, o 'Capitão Corona' do Brasil, aposta na negação do vírus”, a publicação inglesa disse a respeito de Bolsonaro: “indiscutivelmente, nenhum outro presidente na história democrática recente do Brasil foi tão imprudente consigo mesmo ou com o país”.

No plano de governo apresentado por Bolsonaro nas eleições de 2018, quais foram as propostas apresentadas nas áreas da saúde e educação? Ganha um “Kit Gay” e uma cartela de Cloroquina quem conseguir citar alguma proposta concreta.

Em primeiro lugar, Bolsonaro ganhou as eleições graças ao afastamento do candidato que disparava na ponta em todas as pesquisas. No decorrer da corrida eleitoral, graças às fake news conduzidas pelo filho Carlos Bolsonaro, com forte esquema de financiamento por parte de empresários muito ricos para sua disseminação via aplicativos de comunicação e redes sociais, o seu plano de governo era tão desconhecido e pouco discutido quanto o personagem central das rachadinhas e das suas relações com as milícias, o Queiroz.

Aos que leram aquilo que Bolsonaro chamou de plano de governo, não causa surpresa a posse do quarto ministro da Educação em um ano e meio de gestão. Um ministério sem nenhum planejamento ou discussões objetivas sobre os temas fundamentais à educação, como o Fundeb. Apenas uma coleção de polêmicas chulas e desnecessárias.

Na saúde, a resposta do governo Bolsonaro à pandemia

obedeceu à mesma estratégia adotada desde o processo eleitoral: a disseminação de mentiras via rede social, a escolha de inimigos imaginários a serem combatidos, no caso os governadores e o STF. Resultado: total ausência de um plano com propostas concretas a serem debatidas com os entes federativos e a sociedade.

O governo Bolsonaro, ao desinformar, ao minimizar o problema e ao incentivar a difusão de remédios milagrosos sem comprovação científica, apenas confunde e polemiza com o objetivo de retirar os parâmetros de avaliação de seu governo. Sem estratégia e gestão, o governo Bolsonaro busca inimigos para culpá-los por seus próprios erros e omissões.

A falta de um plano de ação foi expressa na baixa execução dos recursos extraordinários da saúde destinados ao combate da pandemia: menos de um terço do total em quase seis meses, o equivalente a aproximadamente 5% de todos os recursos destinados ao combate da crise. A comparação dos 12,1 bilhões de reais gastos com a saúde pública com os 1,2 trilhão de reais no socorro aos bancos indica as prioridades do governo Bolsonaro.

Frente ao avanço dos óbitos da pandemia, os números da baixa execução foram alvo de um inquérito do Ministério Público Federal. A resposta não veio na forma de um plano de combate ao avanço da pandemia, no qual o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, finalmente, assumisse a sua responsabilidade de coordenação das ações entre os entes federados via Sistema Único de Saúde.

Conforme destacado pela jornalista Maria Cristina Fernandes em sua coluna de quinta-feira no Valor Econômico, o Ministério da Saúde publicou no dia primeiro do mês uma portaria para distribuir 13,8 bilhões de reais aos municípios. Após 15 dias e a repercussão das críticas do Ministro Gilmar Mendes sobre a

condução da pasta por parte dos militares, ocorreu uma execução de 5 bilhões de reais.

Nada de novo em um governo que, desgastado por sua incapacidade de gestão e por denúncias que envolvem o clã Bolsonaro, refugia-se no apoio do denominado Centrão, por meio da distribuição de bilhões de reais em emendas parlamentares e cargos no governo.

Sem uma coordenação nacional e as pressões por abertura das atividades econômicas, os municípios buscam alternativas das mais variadas, e muitas vezes as mais despropositadas, como a distribuição de caixas com medicamentos sem eficácia comprovada para tratamento da Covid-19, enquanto faltam medicamentos essenciais para sedar e intubar pacientes graves. O governo, em vez de enfrentar o problema, apenas o aprofunda.

Já a irresponsabilidade com a gestão pública, para dizer o mínimo, fica evidente nas palavras do Secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, coronel Luiz Otavio Franco Duarte, em reunião da comissão da Câmara dos Deputados que tratava da resposta à Covid-19, na segunda-feira (13/07):

“O medicamento está acima do preço. Compre o medicamento, fundamentado em salvar vidas. Ao mesmo tempo os senhores abrem processo administrativo, ou uma simples sindicância, para apurar sobrepreço do medicamento”

Apesar de o Ministério contar com os instrumentos necessários para uma coordenação nacional, falta quem tenha conhecimento e experiência na gestão do Sistema Único de Saúde. Um Ministério da Saúde desmontado em sua capacidade técnica por um presidente irresponsável com a população, indiferente à morte de mais de 70 mil de pessoas.

QUEM PAGA OS IMPOSTOS?

04.08.20

Com a colaboração de Paulo Gil Souza

Em meio à grave crise sanitária e econômica, levantamento da ONG Oxfam a partir de dados da revista Forbes aponta que, no Brasil, enquanto milhões de cidadãos buscam o auxílio emergencial de 600 reais para sobreviver, 42 bilionários ampliaram suas fortunas em US\$ 34 bilhões, mais de 160 milhões de reais, em média, no período entre março e junho.

Todos os brasileiros, sem exceção, pagam tributos, pois ao se consumir um produto ou usar um serviço o imposto está incluso no preço. São os impostos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o Imposto sobre Serviços.

Assim, sobre os produtos consumidos, aquele que enfrenta a luta pela sobrevivência com os 600 reais do auxílio emergencial paga os mesmos 29,0% de impostos embutidos no preço final da carne, os 20,6% nos ovos, ou os 36,8% em um achocolatado que um desses 42 bilionários. Independentemente da renda ou do patrimônio, nos impostos indiretos todos pagam essas mesmas porcentagens de impostos sobre produtos.

Diferente da maioria dos países, no Brasil existe um grande peso dos impostos sobre o consumo, que representam praticamente a metade do total da arrecadação, em detrimento dos impostos que incidem de forma direta sobre a renda e o patrimônio, pois tributa-se pouco quem tem altas rendas e grande patrimônio.

No Brasil a incidência de tributos sobre o consumo representa 49,7%, enquanto a média entre os países da OCDE é de

32,4%. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, os impostos sobre consumo representam 17% e 18%, respectivamente. Por outro lado, a incidência de tributos sobre o patrimônio é de apenas 4,4% e sobre a renda de 18,3%, uma somatória de 22,7%. Em média, nos países da OCDE os impostos sobre renda e patrimônio somam 39,6%.

Existem dois problemas no excessivo peso na tributação sobre o consumo: encarecer o preço dos produtos e serviços e tornar o sistema tributário regressivo, ou seja, quem ganha menos paga mais. Ao ferir o princípio da capacidade contributiva, segundo o qual quem auferir mais renda ou possui mais riqueza deve pagar mais (progressividade tributária), o sistema tributário brasileiro contribui para a grande desigualdade econômica e social.

Para mudar essa estrutura, basta passar a tributar mais uma pequena minoria de maior renda e diminuir a carga de impostos sobre aqueles de menor renda e a classe média.

Nenhuma das propostas de reforma tributária divulgadas na mídia propõe uma mudança nessa estrutura tributária. Em linhas gerais, apenas buscam unificar os impostos sobre o consumo em um único imposto, como no caso das duas propostas que tramitam no parlamento, uma do Senado e outra da Câmara, e agora a proposta fatiada do governo federal, que no primeiro encaminhamento propõe a unificação de dois tributos federais (PIS e Cofins).

Ao limitar a reforma tributária à simplificação dos tributos, a discussão se restringe ao tamanho da alíquota-padrão, equivalente ao arrecadado hoje com diferentes tributos sobre o consumo, as exceções e a distribuição entre os entes federativos.

Aquelas diferentes porcentagens citadas no início do texto seriam substituídas por uma ou duas alíquotas-padrão, com

algumas exceções, mas com média equivalente e o mesmo peso relativo do imposto indireto, o que pode mudar para pior, aumentar ainda mais a participação do imposto sobre o consumo no faturamento da proposta de reforma do ministro Paulo Guedes.

Visando alterar a alta regressividade do sistema tributário, os partidos de oposição em conjunto apresentaram a proposta Reforma Justa e Solidária, que amplia a tributação sobre a renda e o patrimônio para reduzir a tributação sobre o consumo. Isso permite a redução da carga tributária sobre a classe média e a de menor renda, rumo à redução da desigualdade e ao crescimento econômico.

Nessa proposta, o imposto de renda sobre pessoa física passa a incidir sobre lucros e dividendos e são ampliadas as faixas das alíquotas até 45%. Apenas 324 mil brasileiros, que ganham mais de 40 salários mínimos mensais, o que representa apenas 0,3% da população, teriam ampliação do imposto a pagar. Em contrapartida, seria ampliado o número de pessoas isentas do imposto de renda.

Em relação aos tributos sobre o patrimônio, seria regulamentado o Imposto sobre Grandes Fortunas, que incidiria sobre a riqueza a partir de 10 milhões de reais.

Entretanto, até agora a discussão sobre a reforma tributária está restrita a uma pequena minoria que tem acesso aos meios de comunicação e poder de pressão sobre o governo e o Congresso, ou seja, bem distante da maioria da população. Urge romper isso.

FOTOS DA LINHA DO TEMPO II



Amir e amigos no Chile, out/2015.



Amir e amigos no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago do Chile, out/2015.



Amir comendo centolla (caranguejo do mar) no Mercado Central de Santiago do Chile, out/2015.



Amir no aeroporto de Santiago do Chile com amigos, 2015.



Amir Khair no Programa Roda Viva, set/2015.
Desenho feito pelo cartunista Paulo Caruso.



Amir amigos nos churrascos deliciosos em sua casa, 2016.

Amir e Eduardo, seu
motorista e parceiro.
Prêmios de aeromodelismo,
seu hobby, 2016.



Amir e amigos, out/2017.





Tarde de autógrafos do 1º livro da série, *Quem põe o guizo no gato?*, em Boiçucanga, abr/2019.



Amir e amigos em Boiçucanga, abr/2019.



Amir em seus encontros semanais com Henrique Chaguri e Vanderlei Rodrigues para o programa "Economia com Amir Khair", da Rádio Madalena.



A "Turma do Bar", grandes amigos com quem Amir gostava de falar acerca do cenário político e econômico brasileiro. Na foto, live com a presença de Carlos Henrique, Haroldo, Francisco Troccoli e Luiz Afonso.

Palavra de AMIR



Amir com sua equipe do espaço virtual “Palavra de Amir”, com Carlos Biaggioli, Paulo Gil de Souza e Julia Biaggioli.

Livros e Afetos:

Uma homenagem a Amir Khair

● **Live**

11/12/2020



/palavradeamir

19h30 às 21h



**Márcio
Pochmann**



**Luiza
Erundina**



**José Luiz
Conrado Vieira**



**Luiz Afonso
Simoens da Silva**



**Lenina
Pomeranz**

Chamada de live realizada em 11/12/2020 em homenagem a Amir Khair.



Siga **Palavra de Amir**

 Facebook

 Instagram

 YouTube

O legado de Amir Khair abrange livros, artigos, entrevistas, depoimentos e vídeos, que estão à disposição para fomento ao debate através do memorial virtual contido em linktr.ee/palavradeamir.

